



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 36ª REUNIÃO

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**07/08/2018
TERÇA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Jorge Viana**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 07/08/2018.**

36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Terça-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 72/2018 - Não Terminativo -	SENADORA ANA AMÉLIA	8
2	MSF 73/2018 - Não Terminativo -	SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN	9
3	MSF 74/2018 - Não Terminativo -	SENADORA KÁTIA ABREU	57
4	PDS 63/2018 - Não Terminativo -	SENADOR JORGE VIANA	108

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES		MDB	SUPLENTE
Edison Lobão(8)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 Ailton Sandoval(8)(14)(26)(27)	SP
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	2 Valdir Raupp(8)	RO (61) 3303-2252/2253
Roberto Requião(8)(14)	PR (61) 3303-6623/6624	3 Hélio José(PROS)(8)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	4 Marta Suplicy(18)(22)(23)	SP (61) 3303-6510
Fernando Bezerra Coelho(22)	PE (61) 3303-2182		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Gleisi Hoffmann(PT)(6)	PR (61) 3303-6271	1 Fátima Bezerra(PT)(6)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Kátia Abreu(PDT)(6)(17)(25)	TO (61) 3303-2708	2 José Pimentel(PT)(6)	CE (61) 3303-6390 / 6391
Jorge Viana(PT)(6)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Paulo Paim(PT)(6)	RS (61) 3303-5227/5232
Lindbergh Farias(PT)(6)	RJ (61) 3303-6427	4 Humberto Costa(PT)(6)(17)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Bloco Social Democrata(DEM, PSDB)			
Antonio Anastasia(PSDB)(3)	MG (61) 3303-5717	1 Cássio Cunha Lima(PSDB)(3)	PB (61) 3303-9808/9806/9809
Paulo Bauer(PSDB)(3)	SC (61) 3303-6529	2 Ronaldo Caiado(DEM)(9)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Ricardo Ferraço(PSDB)(3)(13)(24)	ES (61) 3303-6590	3 Flexa Ribeiro(PSDB)(12)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)(9)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Tasso Jereissati(PSDB)(13)	CE (61) 3303-4502/4503
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
Lasier Martins(PSD)(7)	RS (61) 3303-2323	1 José Medeiros(PODE)(7)	MT (61) 3303-1146/1148
Ana Amélia(PP)(7)	RS (61) 3303 6083	2 Gladson Cameli(PP)(7)	AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)			
Cristovam Buarque(PPS)(5)	DF (61) 3303-2281	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(5)	AM (61) 3303-6726
Rudson Leite(PV)(5)(19)(28)	RR	2 Randolfe Rodrigues(REDE)(2)	AP (61) 3303-6568
Bloco Moderador(PTC, PR, PTB, PRB)			
Fernando Collor(PTC)(4)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Wellington Fagundes(PR)(4)(15)(16)(11)(20)	MT (61) 3303-6213 a 6219
Pedro Chaves(PR)(4)	MS	2 Armando Monteiro(PTB)(4)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

(1) O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

(2) Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

(3) Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

(4) Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

(5) Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

(6) Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

(7) Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

(8) Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

(9) Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

(10) Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

(11) Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

(12) Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).

(13) Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).

(14) Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).

(15) Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).

(16) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

(17) Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (Of. 74/2017-GLBPRD).

- (18) Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (19) Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (20) Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
- (21) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (22) Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
- (23) Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
- (24) Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
- (25) Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
- (26) Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
- (27) Em 28.05.2018, o Senador Airtón Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of 67/2018-GLPMDB).
- (28) Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 42/2018-GLBPDC).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAUJO SOUZA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA

Em 7 de agosto de 2018
(terça-feira)
às 10h

PAUTA
36ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2018

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO BODELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 73, de 2018

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO APPARICIO DA SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 74, de 2018

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 63, de 2018

- Não Terminativo -

Aprova os textos dos Instrumentos de Emenda à Constituição e à Convenção da União Internacional de Telecomunicações (UIT), contidos nos Atos Finais das Conferências de Plenipotenciários de Antalya (PP-06) e Guadalajara (PP-10).

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

1

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 73, DE 2018

(nº 388/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO APPARICIO DA SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 388

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FERNANDO APPARICIO DA SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Os méritos do Senhor Fernando Apparicio da Silva que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de julho de 2018.

EM nº 00162/2018 MRE

Brasília, 28 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FERNANDO APPARICIO DA SILVA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FERNANDO APPARICIO DA SILVA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 355 - C. Civil.

Em 11 de julho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FERNANDO APPARICIO DA SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**INFORMAÇÃO****CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE FERNANDO APPARICIO DA SILVA**

CPF: 678.357.407-53

ID: 9047 MRE

1959 Filho de Raimundo Benedito Silva e Laura Fidelis Apparicio da Silva, nasce em 14 de abril, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1983 Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro
1988 École Nationale d'Administration (ENA), Paris/FR, Prêmio do IRBr
1995 CAD - IRBr
2005 CAE - IRBr, A Implementação do Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares: uma Apreciação Crítica.

Cargos:

1986 Terceiro-secretário
1991 Segundo-secretário
1999 Primeiro-secretário
2004 Conselheiro
2007 Ministro de segunda classe

Funções:

1985 CPCD-IRBr
1987-91 Divisão das Nações Unidas, assistente
1991-95 Embaixada em Paris, segundo-secretário
1995-97 Embaixada em Moscou, segundo-secretário
1997-00 Departamento de Organismo Internacionais, assistente
2000-03 Delegação Permanente em Genebra, primeiro-secretário
2004-09 Secretaria-Geral de Relações Exteriores, assessor
2004 Embaixada em Porto Príncipe, primeiro-secretário e conselheiro em missão transitória
2005-06 Missão junto à ONU, Nova York, conselheiro em missão transitória (12 meses)
Membro da Delegação da Argentina junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (2006), nos termos da Declaração Conjunta dos Presidentes do Brasil e da Argentina de 16/10/2003 sobre cooperação e trabalho conjunto no âmbito do referido Conselho
2009-10 Assessor especial do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
2011 Subsecretaria-Geral de Política II
2013 Subsecretaria-Geral de Política III
2014 Embaixada em Bissau, embaixador

Condecorações:

1986 Prêmio Rio-Branco, Medalha de Vermeil
2000 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
2005 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2009 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

VIETNÃ



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O VIETNÃ

NOME OFICIAL:	República Socialista do Vietnã
GENTÍLICO:	vietnamita
CAPITAL:	Hanói
ÁREA:	331.210 km²
POPULAÇÃO:	94,5 milhões

IDIOMA:	vietnamita (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Nenhuma religião ou religiões tradicionais vietnamitas (73,2%), budismo (12,2%), catolicismo (6,8%), caodaísmo (4,8%), hoahaoísmo (1,4%), protestantismo (1,5%), outras (0,1%)
SISTEMA POLÍTICO:	República socialista parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral – Assembleia Nacional, composta por 500 membros, eleitos para mandatos de cinco anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Tran Dai Quang (desde 2 de abril de 2016)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Nguyen Xuan Phuc (desde 7 de abril de 2016)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Vice-Primeiro-Ministro Pham Binh Minh (desde 3 de agosto de 2011)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 220,4 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 647,36 bilhões
PIB PER CAPITA (2017):	US\$ 2.353,69
PIB PPP PER CAPITA (2017):	US\$ 6.913,12
VARIAÇÃO DO PIB:	6,8% (2017); 6,21% (2016); 6,68% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,683/115º de 188
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	75,9 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2015):	94,5%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	2,2%
UNIDADE MONETÁRIA:	dong (VND)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Embaixador Do Ba Khoa
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há estimativa de 150 brasileiros residentes no Vietnã

Fontes: FMI (economia); Banco Mundial (população); PNUD (IDH e correlatos)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

BRASIL →	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
VIETNÃ									
Intercâmbio	29,1	47,1	109,3	323,2	564,4	1.440,9	2.333,3	3.913,0	3.918,7
Exportações	11,4	25,0	61,6	216,3	344,8	794,0	1.192,3	2.124,3	1.732,6
Importações	17,7	22,1	47,7	106,9	219,6	646,9	1.141,0	1.788,7	2.186,1
Saldo	-6,3	2,9	13,9	109,4	125,2	147,1	51,3	335,6	-453,5

Fontes: MDIC; AliceWeb

PERFIS BIOGRÁFICOS

NGUYEN PHU TRONG

Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã



Nasceu em 1944. Bacharel em Literatura e Linguística pela Universidade de Hanói e Doutor em Ciência Política pela Academia de Ciências Sociais da União Soviética. Em 1988, tornou-se membro da seção do Partido Comunista do Vietnã (PCV) voltada a estudos teóricos, posição na qual se destacou como um dos principais formuladores políticos do país. Desde janeiro de 1994 integra o Comitê Central do PCV, havendo ingressado no *Politburo* do Partido em dezembro de 1997. Em 2002, foi eleito pela primeira vez para a Assembleia Nacional, instituição que veio a presidir entre 2006 e 2011.

Em janeiro de 2011, no 11º Congresso Nacional do PCV, ascendeu ao cargo de secretário-geral do Partido, o mais elevado na estrutura política vietnamita. Em janeiro de 2016, durante o 12º Congresso do PCV, tornou-se o primeiro secretário-geral a ser reconduzido ao cargo.

Lidera campanha anticorrupção na estrutura partidária e estatal vietnamita, que já resultou no afastamento de altos dirigentes do país. Seu antecessor, Nong Duc Manh, visitou o Brasil em maio de 2007.

Em 2012, o lado brasileiro cancelou, pouco antes de seu início, sua visita oficial ao Brasil.

TRAN DAI QUANG
Presidente da República Socialista do Vietnã



Nasceu em 1956. Ingressou na Academia da Polícia do Povo em 1972 e estudou na Escola de Línguas e Cultura do Ministério da Segurança Pública. De 1982 a 1986, fez cursos na Academia de Segurança do Povo do Vietnã, instituição que controla a polícia e integra as Forças Armadas nacionais, sob a coordenação do Partido Comunista. Completou mestrado em língua chinesa pela Universidade de Hanói e, em 1997, obteve doutorado em Direito pela Academia Nacional de Administração Pública, onde também fez estudos teóricos de alto nível.

Todas as suas funções públicas foram exercidas no âmbito do Ministério da Segurança Pública, antes denominado Ministério do Interior. Desde 2006, integra o Comitê Central do Partido Comunista do Vietnã.

Em 2011, passou a integrar o *Politburo* e a exercer mandato como deputado na Assembleia Nacional, renovado em 2016. Também em 2011, foi nomeado ministro de segurança pública, cargo que ocupou até 2016. Em 2012, foi promovido a general (quatro estrelas), patente mais alta na hierarquia militar vietnamita.

Foi nomeado presidente pelo Congresso Nacional do PCV, em janeiro de 2016, e confirmado no cargo, em abril do mesmo ano, pela Assembleia Nacional. Foi a primeira vez em que um ministro da segurança pública ascendeu à presidência do país.

Exerce a função de altermo do Comitê Central Anticorrupção do Partido, abaixo apenas do secretário-geral do PCV. Preside o Conselho Nacional de Defesa e Segurança e lidera o Comitê Central para Reforma do Judiciário. É o chefe das Forças Armadas do Vietnã.

NGUYEN XUAN PHUC
Primeiro-Ministro



Nasceu em 1954. Formou-se em Economia e Administração na Universidade Nacional de Singapura. Em sua província natal, Quan Nam, exerceu diversas funções administrativas, governamentais e na estrutura do PCV, até ascender a governador, cargo que ocupou até 2001. No mesmo ano, tornou-se membro do Congresso Nacional do PCV e da Assembleia Nacional, onde integrou o Comitê de Economia e Orçamento.

Em 2007, ingressou no Comitê Central do PCV e no *Politburo*. Entre 2011 e 2016, exerceu a chefia do Escritório do Governo (cargo sob a autoridade do Primeiro-Ministro, equivalente a chefe da casa civil) e a função de vice-primeiro-ministro.

Foi nomeado primeiro-ministro em janeiro de 2016, pelo Congresso Nacional do PCV, e confirmado no cargo pela Assembleia Nacional, em abril do mesmo ano.

Ao longo de sua trajetória política, tem-se concentrado em temas relacionados à gestão econômica e orçamentária do país. Nos últimos anos, despontou como um dos principais políticos vietnamitas na interlocução com o setor privado. Defende a adoção de reformas estruturais na economia local, com vistas a abrir o país ao mundo e facilitar a entrada de investimentos estrangeiros.

NGUYEN THI KIM NGAM
Presidente da Assembleia Nacional



Nasceu em 1954. Graduiu-se na Universidade de Finanças do Vietnã e obteve o mestrado na mesma instituição. Ingressou no PCV em 1981 e nomeada vice-ministra de Finanças em 1995. De 2002 a 2006 foi secretária do comitê do Partido na província de Hai Duong.

Em 2006 foi nomeada vice-ministra do Comércio e, em 2007, ministra do Trabalho, Inválidos de Guerra e Assuntos Sociais, cargo que ocupou até 2011. No mesmo ano, foi eleita para o Secretariado do Comitê Central do Partido, permanecendo neste cargo até 2013, quando foi nomeada vice-presidente da Assembleia Nacional.

Em março de 2016 foi eleita presidente da Assembleia Nacional, a primeira mulher a ocupar o cargo.

RELAÇÕES BILATERAIS

Panorama geral

As relações diplomáticas com o Vietnã foram estabelecidas em 1989. A Embaixada do Brasil em Hanói, a primeira de um país latino-americano no país, foi aberta em 1994. Em 2000 foi aberta a Embaixada do Vietnã em Brasília.

Do ponto de vista vietnamita, as relações com o Brasil fazem parte de política de diversificação de parcerias. Nesse quadro, o aumento do intercâmbio com atores extrarregionais atende à finalidade de diminuir a dependência econômica do Vietnã com relação a grandes potências tradicionais.

O Vietnã entende ser o Brasil ator global, de peso econômico próprio e política externa independente, com capacidade de influir no encaminhamento de temas regionais e internacionais de seu interesse. Desse entendimento decorre acentuada boa vontade e perceptível desejo de estreitar laços com o Brasil, em todos os níveis e em todos os setores.

São dois os principais mecanismos regulares de diálogo entre o Brasil e o Vietnã: (i) as reuniões de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum, cuja sexta e

última edição ocorreu em 30 de junho de 2017, em Brasília; e (ii) a Comissão Mista, cuja segunda reunião ocorreu em abril de 2012, também em Brasília.

Cabe menção, ainda, ao Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Vietnã, relançado, pela parte brasileira, em setembro de 2017. A seção brasileira, criada em 20 de abril de 1999, por ato do então presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (Resolução nº4/99), é atualmente presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB/MG). Já a seção vietnamita é presidida, desde novembro de 2016, por Nguyen Khac Dinh, membro do Comitê Central do Partido e presidente da Comissão de Leis da Assembleia Nacional. Desde sua formação, o grupo organizou três visitas do Vietnã ao Brasil.

A história relativamente curta das relações bilaterais é positiva e inclui marcos relevantes: em 2007, a visita ao Brasil do então secretário-geral do Partido Comunista, Nong Duc Manh, e, em 2008, a visita ao Vietnã do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a qual se afirmou, em comunicado conjunto, "a determinação de se construir parceria abrangente" entre os dois países. Destaca-se, ainda, a visita ao Brasil, em maio de 2015, da então vice-presidente do Vietnã, Nguyen Thi Doan.

O ano de 2017 foi marcado por intensa revitalização do relacionamento bilateral. Em fevereiro, o então ministro de Estado das Relações Exteriores, José Serra, avistou-se, à margem de reunião ministerial do G-20, com o vice-primeiro-ministro e chanceler Pham Binh Minh. Em junho, o vice-ministro Ha Kim Ngoc visitou Brasília, quando liderou a delegação vietnamita à VI Reunião de Consulta sobre Assuntos de Interesse Comum e foi recebido pelo ministro Aloysio Nunes Ferreira.

Em setembro de 2017, o ministro Aloysio Nunes realizou visita de trabalho a Hanói, ocasião em que se reuniu com o primeiro-ministro, Nguyen Xuan Phuc, e com o vice-primeiro-ministro e chanceler, Pham Binh Minh. Assinou-se, na oportunidade, Acordo sobre Transportes Marítimos, que conferirá maior segurança jurídica à navegação marítima entre o Brasil e o Vietnã e facilitará as operações das companhias de navegação dos dois países. Poucas semanas depois, o chanceler vietnamita participou, em Nova York, à margem da 72ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, da segunda reunião ministerial ASEAN-MERCOSUL, ocasião em que se encontrou, novamente, com o ministro Aloysio Nunes.

Ainda em setembro de 2017, delegação do Partido Comunista do Vietnã (PCV) visitou Brasília, sob a liderança do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Comitê Central do Partido, Hoang Bin Quan. Tratou-se de significativo gesto da cúpula partidária vietnamita em favor da aproximação bilateral, tendo em vista que, em 2012, o lado brasileiro cancelara, abruptamente, encontro entre o secretário-geral do PCV e a então presidente Dilma Rousseff em Brasília.

O intercâmbio bilateral de autoridades estaduais e municipais também ganhou impulso. Em novembro de 2017, por exemplo, o vice-governador do Maranhão visitou o Vietnã, e o vice-prefeito de Hanói realizou viagem a Brasília.

Mais recentemente, em maio de 2018, após impossibilidade de realização da prevista viagem presidencial ao Vietnã, o chanceler Aloysio Nunes Ferreira fez nova visita a Hanói, onde manteve encontros com o vice-primeiro-ministro Vuong Dinh Hue e, novamente, com seu homólogo vietnamita, o ministro dos Negócios Estrangeiros Pham Binh Minh. Nessa ocasião, foram firmados instrumentos de cooperação sobre treinamento de diplomatas e sobre parceria entre a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e a União das Organizações de Amizade do Vietnã (VUFO).

Entre os dias 2 e 4 de julho próximo, está prevista a vinda ao Brasil do vice-primeiro-ministro Vuong Dinh Hue, ocasião em que também deverão ser assinados instrumentos bilaterais.

Com mais de 90 milhões de habitantes (terceiro país mais populoso do Sudeste Asiático) e tendo registrado expressivo crescimento econômico desde o início das reformas liberais, em 1986, o Vietnã apresenta relevante potencial para a atuação de empresas brasileiras de diversos setores, como alimentos, indústria aeronáutica e de defesa.

As relações distinguem-se pela notável trajetória do comércio bilateral, que saltou de US\$ 47,1 milhões em 2003 para US\$ 3,913 bilhões em 2015. Em 2016, contudo, registrou-se retração de 23% (total de US\$ 3 bilhões), em razão, principalmente, de queda de 34% nas exportações brasileiras. Como resultado, o comércio bilateral, antes superavitário para o Brasil, encerrou o ano de 2016 com déficit de US\$ 201 milhões.

O ano de 2017 registrou resultados mais positivos. A corrente de comércio avançou 30% em relação a 2016, totalizando US\$ 3,918 bilhões, mas o déficit para o Brasil aumentou, chegando a US\$ 453,5 milhões. A pauta segue concentrada, do lado das exportações brasileiras, em produtos de menor valor agregado.

As trocas comerciais permanecem aquém de seu potencial. A importação de produtos básicos pelo Vietnã, por exemplo, deverá seguir tendência de crescimento nos próximos anos, criando oportunidades para incremento das vendas de produtos do agronegócio brasileiro. Nesse contexto, a abertura de adidância agrícola na Embaixada do Brasil em Hanói, em dezembro de 2017, estabelece quadro promissor, em especial no que se refere às tratativas para reconhecimento de certificados sanitários para exportações brasileiras, ainda em negociação. A visita a Hanói, em 2016, do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, constituiu importante marco para o avanço em entendimentos bilaterais.

Em relação aos investimentos, há igualmente amplo campo para expansão. Atualmente ao menos três empresas brasileiras estão em operação no Vietnã. O escritório brasileiro de arquitetura GEMA atua há mais de quatro anos na cidade de Ho Chi Minh. A empresa Medevice 3S, *joint-venture* coreano-brasileira também sediada em Ho Chi Minh, fabrica preservativos. Já a empresa JBS instalou, em 2014, nos arredores de Ho Chi Minh, unidade de distribuição, produção e acabamento de couros, base para exportações para Ásia e EUA.

No momento, a perspectiva de maior aproximação entre o Brasil e o Vietnã beneficia-se, entre outros fatores, de convergência de visões sobre a defesa do livre-comércio. O Vietnã tem sido um dos mais vocais atores, em fóruns globais, contra recrudescimento de sentimentos e tendências protecionistas em algumas das principais nações do mundo.

Há perspectivas igualmente promissoras em outras vertentes do relacionamento bilateral. Está em avaliação, por exemplo, a assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica.

Deverá ser assinado, proximamente, Memorando de Entendimento na Área de Defesa. O diálogo poderá conferir, por exemplo, maior dimensão estratégica ao intercâmbio de militares, que ocorre com certa frequência entre os dois países.

Na vertente cultural e de promoção da língua portuguesa, autoridades locais atribuem importância ao papel desempenhado pelo departamento de português da Universidade de Hanói, que conta com o ativo trabalho de leitora brasileira.

A vertente ambiental também desponta como campo promissor, no qual o Vietnã tem mostrado grande interesse em aumentar a capacitação de seus funcionários encarregados do tema.

Os apoios recíprocos a pleitos e candidaturas de ambos os países confirmam em âmbito multilateral o bom nível tradicionalmente observado no relacionamento bilateral. O Vietnã apoia publicamente o modelo de reforma defendido pelo G-4 e a candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança. Além disso, respaldou a candidatura do Rio de Janeiro para sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O Brasil, por sua vez, prestou apoio à adesão do Vietnã à Organização Mundial de Comércio (OMC), em 2007, bem como à eleição do país a mandatos eletivos ao Conselho de Segurança (2008-2009) e ao Conselho de Direitos Humanos (2014-2016) da Organização das Nações Unidas (ONU).

POLÍTICA INTERNA

O sistema político é marcado pela primazia do Partido Comunista do Vietnã (PCV), que constitui, por preceito constitucional, “a força que lidera o Estado e a sociedade”. Dentro do PCV há embates entre correntes de inclinação diversa, o que

assegura rotação periódica de altos dirigentes.

As duas instâncias centrais de poder são o Comitê Central do PCV, com cerca de 200 integrantes, e o *Politburo*, com 19 membros. Cabe ao Comitê Central do PCV escolher, entre os membros do *Politburo*, o secretário-geral do PCV.

O governo é chefiado pelo secretário-geral do PCV, Nguyen Phu Truong; pelo presidente, Tran Dai Quang, e pelo primeiro-ministro, Nguyen Xuan Phuc. O presidente da República (chefe de estado) e o primeiro-ministro (chefe de governo) têm mandatos de cinco anos, renováveis uma vez.

O poder legislativo é unicameral, constituído pela Assembleia Nacional, com 500 assentos (atualmente 494 ocupantes) e mandatos de quatro anos. Esse órgão cumpre três funções principais: legislar, decidir sobre questões nacionais importantes e exercer supervisão sobre as atividades do Estado. É responsável, ainda, por eleger, de modo indireto, o presidente da República - que, por sua vez, indica o primeiro-ministro. Na atual legislatura (2016-2020), 473 deputados pertencem ao PCV, enquanto 21 deputados são independentes. Os candidatos são previamente aprovados pela "Frente Patriótica", ligada ao PCV (nas últimas eleições, concorreram 870 candidatos a 500 vagas). As próximas eleições gerais ocorrerão no início de 2021.

Na Assembleia Nacional, 36% dos parlamentares são mulheres, percentual já pouco acima de meta mínima de 35% estabelecida pelas autoridades vietnamitas para a representação feminina. Também são mulheres a vice-presidente da República e a presidente da Assembleia Nacional.

Em janeiro de 2016, organizou-se o XII Congresso Nacional do PCV, reunião quinquenal com objetivo de formar o governo. Renovou-se então o mandato do secretário-geral, Nguyen Phu Trong, visto como político que favorece a tomada de decisões colegiadas e que tem interesse em manter interlocução com diversas alas do Partido. Do mesmo modo, o XII Congresso definiu, no âmbito do sistema de planejamento nacional, as diretrizes prioritárias do país para o próximo quinquênio (2016-2021). Em abril de 2016, a Assembleia Nacional confirmou a indicação de seu presidente, Nguyen Thi Kim Ngan, bem como do primeiro-ministro, Nguyen Xuan Phuc, e do presidente, Tran Dai Quang.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1986, no âmbito do processo de abertura econômica, e, mais aceleradamente, a partir de 1991, com o lançamento da política externa de "portas abertas", o Vietnã tem buscado continuamente a ampliação dos laços políticos e econômicos com países de todas as regiões do mundo, independentemente de viés ideológico.

em que se encontrava o país até meados dos anos 1990. Destacou-se a normalização das relações com a China, país com que o Vietnã esteve em conflito por mais de dez anos, em razão da invasão vietnamita do Camboja, em 1978, além da reaproximação com os países europeus, tendo à frente a ex-metrópole França, com os Estados Unidos e com o Japão. Também foram promovidas a manutenção das relações com parceiros tradicionais, como a Rússia e Cuba, e a aproximação com novos parceiros, como a Índia.

Os três lemas oficiais da diplomacia vietnamita, acordados no 12º Congresso Nacional do Partido (janeiro de 2016), são: i) o Vietnã "é parceiro e amigo confiável e membro responsável da comunidade internacional"; ii) o Vietnã "contribui de modo proativo e positivo para construir e influenciar mecanismos multilaterais"; e iii) o Vietnã "promove e aprofunda relações com parceiros, em particular parceiros estratégicos e países grandes com papel importante para o desenvolvimento e a segurança nacional".

No caso dos Estados Unidos, as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1995 e evoluíram, desde então, para o nível de parceria estratégica, nos setores diplomáticos e de defesa, revertendo o clima de discórdia da Guerra do Vietnã, encerrada em 1975. Nos últimos anos, o Vietnã tornou-se um dos mais estratégicos parceiros dos EUA no Sudeste Asiático. Do ponto de vista econômico, atualmente o país é o mercado de exportação de mais rápido crescimento para os EUA, tendo a corrente de comércio, nos últimos 20 anos, saltado de US\$ 400 milhões para US\$ 45 bilhões. Uma vez que o saldo comercial é favorável ao Vietnã, o país poderia ser prejudicado por eventuais decisões norte-americanas no sentido de rever laços comerciais com parceiros que mantenham superávits com os EUA. Esse ponto tem impulsionado os esforços diplomáticos por parte do Vietnã.

O Japão é um dos principais parceiros internacionais do país. A parceria estratégica foi estabelecida em 2009 e elevada a "parceria estratégica estendida" (*extensive strategic partnership*) em 2014. Em 2011, o Japão tornou-se o primeiro país do G-7 a reconhecer o Vietnã como economia de mercado. Atualmente, é o maior provedor de assistência ao desenvolvimento (AOD) ao Vietnã, seu segundo maior investidor e quarto maior parceiro comercial. Mais de 1.600 empresas japonesas atuam no país.

As questões territoriais no Mar do Sul da China constituem tema de significativa relevância para o Vietnã. Hanói defende a necessidade de obter solução negociada, além de sublinhar que as partes devam abster-se de quaisquer atos considerados como "provocação" na zona em disputa.

O Vietnã mantém atualmente relações diplomáticas com 188 países-membros das Nações Unidas e integra mais de 70 organismos regionais e internacionais, com destaque para o sistema ONUL e para a Associação de Nações do Sudeste Asiático.

(ASEAN).

Na ONU, o Vietnã ocupou assento não permanente no CSNU, no biênio 2008-2009. Candidatou-se novamente ao mandato 2020-2021 – candidatura apoiada pelo Brasil. Candidato único da região Ásia-Pacífico, deverá ser eleito pela Assembleia Geral das Nações prevista para junho de 2019. Integra, ainda, o Conselho de Direitos Humanos, mandato 2014-2016, novamente com o apoio do Brasil. Aderiu ao FMI em 1993 e, em 2007, após 12 anos de negociações, à OMC, sempre com o apoio brasileiro.

Posição central na diplomacia vietnamita é ocupada pela ASEAN, associação regional criada em 1967, que passou a ter o Vietnã como um de seus membros em 1995. A partir da plataforma da ASEAN, o Vietnã busca intensificar o processo de diversificação de sua rede de relacionamentos políticos e comerciais com países de todo o globo, além de aprofundar as já intensas relações com o Japão, a Coreia do Sul e a Austrália.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A inserção do Vietnã na economia global traduz-se na estratégia de liberalização econômica por meio de tratados de livre-comércio, que atraem investimentos estrangeiros e promovem a rápida industrialização do país.

Exemplificam essa tendência o acordo de parceria econômica com o Japão, que entrou em vigor em 2009, e o acordo de livre-comércio com o Chile, vigente desde 2014. Também em 2014, o Vietnã concluiu acordos de livre-comércio com a Coreia do Sul e com a União Aduaneira da Eurásia (integrada pela Rússia, por Belarus e pelo Cazaquistão), e obteve concessões dos Estados Unidos em relação a barreiras para a exportação de produtos alimentícios. Em 2015, o país concluiu negociações com a União Europeia.

Juntamente com 10 parceiros que participaram das negociações da *Trans-Pacific Partnership* (TPP), abandonadas pelos Estados Unidos, o governo vietnamita firmou, em março de 2018, o *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership* (CPTPP). Em novembro do mesmo ano, ocorreu em Hanoi reunião da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), com a presença dos líderes da China e dos EUA, entre outros.

Atualmente, o Vietnã negocia ALCs com a Associação Europeia de Livre-Comércio (formada pela Suíça, pela Noruega, pela Islândia e por Liechtenstein) e com Israel; e mantém tratativas – como membro da ASEAN – com a China, o Japão, a Coreia do Sul, a Índia, a Austrália e a Nova Zelândia, no marco da *Regional*

Comprehensive Economic Partnership (RCEP).

Desde 1999 a economia vietnamita registra crescimento acima de 5% ao ano. O Banco Mundial estima que a taxa deverá ser mantida ao redor de 6% ao menos até 2019. Em 2017, a taxa de expansão do PIB foi de 6,8%, acima da meta oficial do governo de 6,7%. No primeiro trimestre de 2018, o crescimento da atividade acelerou ao ritmo de 7,38%, mais significativa taxa registrada nos últimos 10 anos.

Ainda em 2017, o volume de comércio global do país seguiu tendência de crescimento e a balança comercial manteve-se superavitária (US\$ 2,79 bilhões). Pela primeira vez o valor das exportações do país ultrapassou a barreira de US\$ 200 bilhões, totalizando US\$ 214 bilhões – crescimento de 21% em relação a 2016. Os principais produtos da pauta foram telefones móveis e peças associadas. Outros artigos relevantes para a exportação incluíram têxteis, computadores e seus componentes e calçados. Já as importações somaram US\$ 211 bilhões, com expansão de 20,8%. No primeiro trimestre de 2018, o superávit do Vietnã foi de US\$ 1,3 bilhão. Os EUA permanecem o principal mercado para produtos vietnamitas, seguidos da União Europeia, da China, do Japão e da Coreia do Sul. A China mantém o papel de maior exportador para o Vietnã, por meio, principalmente, da venda de bens intermediários para montagem de produtos de exportação. A categoria que lidera a pauta de importações vietnamitas é a de máquinas, equipamentos, ferramentas e instrumentos.

Igualmente no ano de 2017, registrou-se o mais alto nível de ingresso de investimento estrangeiro direto (IED) no país, no montante de US\$ 17,1 bilhões (+10,8% em relação a 2016), valor significativo levando-se em conta que o PIB nominal é de cerca de US\$ 198 bilhões.

Observa-se uma estreita relação entre o avanço do investimento estrangeiro direto e a expansão do setor manufatureiro. À medida que aumentam os salários e os custos de operação na China, cresce a atratividade dos investimentos no Vietnã. O ambiente para negócios segue atraente, em razão da estabilidade política e social do país, de sua localização estratégica no Sudeste Asiático e da consistência das ações do governo em favor da promoção do comércio exterior. Cerca de 70% das exportações vietnamitas têm como fonte empresas estrangeiras baseadas no território nacional. Estima-se que apenas a empresa sul-coreana Samsung seria responsável por 30% das vendas externas do país.

Os resultados econômicos do país em 2017 são positivos quando confrontados com qualquer parâmetro, regional ou global. A taxa de desemprego flutua em torno de 2%, enquanto o número de novas empresas abertas no país, 61 mil somente no primeiro semestre daquele ano, ilustra a confiança dos investidores nacionais e estrangeiros na resiliência da economia vietnamita.

O governo vietnamita empreende contínuo esforço de reformas estruturais, incluindo, por exemplo, programa de privatização. Desde o início da abertura econômica, o Vietnã já reestruturou 5 950 empresas estatais e privatizou 4 460. Até 2020, autoridades vietnamitas planejam privatizar outras 143 empresas — inclusive nos setores financeiro, de infraestrutura (aeroportos) e de recursos naturais (óleo e extração mineral).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

179 a.C. - 938 d.C.	Domínio chinês sobre a maior parte do atual Vietnã.
1858	Início da dominação colonial francesa sobre a Indochina.
1930	Fundação do Partido Comunista da Indochina (PCI)
1941	Invasão japonesa.
1945	Proclamação da Independência da República Democrática do Vietnã
1946	Início da guerra de independência contra os franceses.
1954	Batalha de Dien Bien Phu. Derrota francesa. Acordos de Genebra; divisão do Vietnã em Norte e Sul.
1963	Guerrilhas comunistas no Sul derrotam unidades do Exército sul-vietnamita. Queda e assassinato do presidente sul-vietnamita, Ngo Dinh Diem.
1964	Incidente de Tonquim. Bombardeios dos EUA no Vietnã do Norte.
1965	200.000 soldados dos EUA chegam ao Vietnã do Sul.
1968	Ofensiva militar comunista no Sul (Ofensiva do Tet).
1969	Morte de Ho Chi Minh. Início da redução de tropas norte-americanas no Vietnã (“vietnamização”).
1970	Início das conversações de paz entre EUA e Vietnã do Norte, em Paris.
1973	Acordo de cessar-fogo em Paris. Retirada das tropas dos EUA.
1975	Queda de Saigon. Tropas norte-vietnamitas ocupam o Sul.
1976	Proclamação da República Socialista do Vietnã.
1979	Tropas do Vietnã invadem o Camboja e derrubam o regime do Khmer Vermelho. Conflito na fronteira entre China e Vietnã.
1986	Início da política de abertura econômica inspirada no modelo chinês, conhecida como <i>Doi Moi</i> (Renovação).
1989	Retirada das tropas vietnamitas do Camboja.
1992	Nova Constituição permite algumas liberdades econômicas.
1994	Fim do embargo econômico de 30 anos dos EUA ao Vietnã.
1995	Restabelecimento de relações diplomáticas entre o Vietnã e os EUA. Ingresso do Vietnã na ASEAN.
2000	Visita do presidente dos EUA, Bill Clinton, ao Vietnã.
2005	Visita do primeiro-ministro Phan Van Khai aos EUA.
2006	X Congresso do Partido Comunista do Vietnã. Novos presidente e primeiro-Ministro.
2007	Entrada do Vietnã na OMC (janeiro). Eleição do Vietnã como membro não permanente do CSNU (mandato 2008-2009)
2007	Presidente Nguyen Minh Triet realiza primeira visita de Chefe de Estado aos EUA desde o fim da Guerra do Vietnã, em 1975 (junho).
2010	Vietnã exerce a presidência de turno anual da ASEAN. Inscrição da Cidadela Thang Long na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO.
2011	Último Congresso do PCV renova líderes partidários. Eleições gerais para a Assembleia Nacional (maio). XI Congresso do Partido Comunista do Vietnã; eleições para o novo Comitê Central, <i>Politburo</i> e secretário-geral (janeiro). China e Vietnã assinam acordo sobre as disputas do Mar do Sul da China, que inclui troca de informações e um fórum de duas reuniões ao ano (outubro).

2012	O Parlamento aprova a criação de dispositivo de voto de confiança anual aos principais líderes eleitos do país (novembro)
2013	Assembleia Nacional aprova revisão constitucional (novembro).
2016	XII Congresso do Partido Comunista do Vietnã reconduz Nguyen Phu Trong à Secretaria-Geral do Partido, cargo que concentra maior poder e autoridade no sistema político do país.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

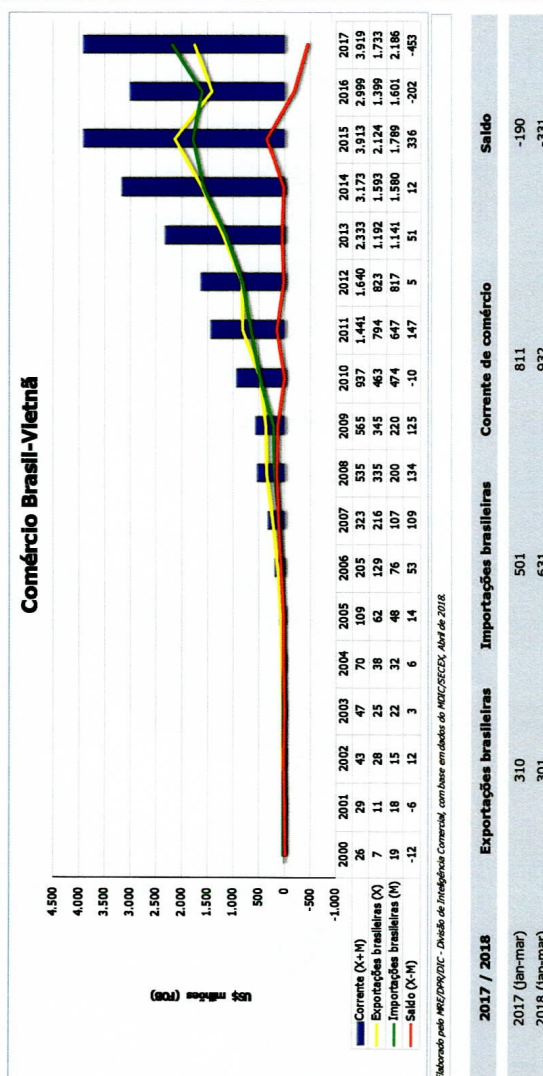
1989	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Vietnã (maio).
1993	Visita do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Le Mai (outubro).
1994	Visita da primeira missão empresarial brasileira ao Vietnã (abril).
	Visita do vice-primeiro-ministro Phan Van Khai (junho).
	Instalação da Embaixada em Hanói (setembro).
1995	Visita do presidente do Vietnã, Le Duc Anh (outubro).
1997	Abertura do Consulado-Geral do Vietnã em São Paulo.
1998	Primeira Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (maio).
2000	Abertura da Embaixada residente do Vietnã em Brasília (outubro).
2003	Visita de missão político-empresarial brasileira chefiada pelo deputado federal Aldo Rebelo, líder do Governo na Câmara (outubro).
	II Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (outubro).
	Visita do ministro da Defesa do Vietnã, Pham Van Tra (novembro).
2004	Visita do vice-presidente da Comissão Parlamentar de Rel. Ext. do Vietnã (janeiro).
	Visita ao Brasil do vice-ministro Le Van Bang e III Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (outubro).
	Visita ao Brasil do presidente do Vietnã, Tran Duc Luong (novembro).
	Realização, em São Paulo, do 1º “Fórum Empresarial Brasil-Vietnã” (novembro).
2005	Criação do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Vietnã
2006	Visita do presidente da Assembleia Nacional do Vietnã, Nguyen Van An (março).
2007	Visita do secretário-geral do Partido Comunista, Nong Duc Manh (maio).
	Missão chefiada pelo secretário-executivo do MDIC, Ivan Ramalho (outubro).
	IV Sessão de Consultas Brasil-Vietnã, em Hanói (novembro).
2008	Visita a Hanói do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (fevereiro)
	Visita do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias (março).
	Visita ao Vietnã do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, senador Heráclito Fortes (março).
	Visita oficial ao Vietnã do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (julho).
	Visita do vice-primeiro-ministro e chanceler, Pham Gia Khiem, a Brasília, por ocasião da I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN (novembro).
	Visita do vice-ministro do Comércio e Indústria do Vietnã, Do Huu Hao, para a reunião de instalação da COMISTA e para Conferência Internacional sobre Biocombustíveis (novembro).
2009	Visita do vice-ministro da Indústria e do Comércio Exterior do Vietnã, Do Huu Hao para I Reunião da Comissão Mista Brasil-Vietnã (maio).
	Visita do ministro da Cultura, Esportes e Turismo, Hoang Tuan Anh, para participar da celebração dos 20 anos de relações, em Brasília (outubro).
2010	Visita a Brasília do vice-chanceler, atual titular da pasta, Pham Binh Minh, para chefiar a delegação vietnamita à V Reunião de Consultas Políticas (maio)
	<i>Criação da Associação de Amizade Camaradagem Vietnã-Brasil (associação vietnamita)</i>

	Participação do vice-primeiro-ministro e ministro da Educação do Vietnã, Nguyen Thien Nhan, na 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em Brasília (julho).
2011	Visita do vice-ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (junho)
2012	Visita do vice-ministro de Ciência e Tecnologia, Nguyen Van Lang (abril)
	Criação da seção brasileira da Associação de Amizade e Cooperação Brasil-Vietnã
	Visita do vice-ministro da Indústria e Comércio, Tran Tuan Anh, chefiando a delegação vietnamita à II Reunião da Comissão Mista (abril)
	Participação do vice-primeiro-ministro Nguyen Thien Nhan na Rio+20 (junho).
	Visita a Hanói do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota (julho).
	Visita do vice-ministro-permanente das Finanças do Vietnã, Nguyen Cong Nghiep (novembro).
2013	Missão de inspeção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério da Pesca e Aquicultura ao Vietnã (março).
	Visita ao Vietnã do presidente do PC do B, Renato Rabelo, quando manteve encontro com o secretário-geral do Partido Comunista, Nguyen Phu Trong (abril).
	Visita ao Brasil do diretor do Departamento de Informação ao Estrangeiro do PCV (julho).
2015	Visita da vice-presidente vietnamita, Nguyen Thi Doan (maio).
	Visita do ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira (julho).
2017	Visita do vice-ministro das Relações Exteriores, Ha Kim Ngoc, ao Brasil e realização da VI Reunião de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (junho).
	Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (setembro).
2018	Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (maio).

ACORDOS BILATERAIS

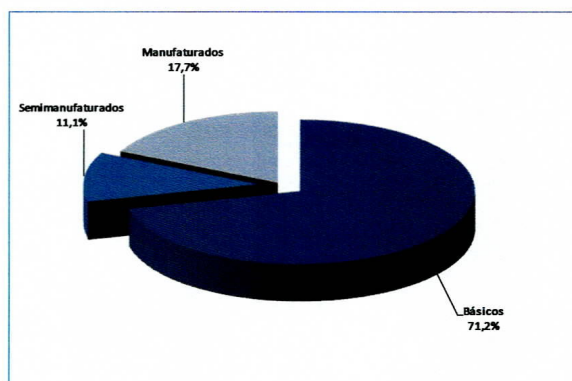
Título do Acordo	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo sobre Transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	11/09/2017	Tramitação Ministérios/Cas a Civil	---
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Oficiais ou de Serviço	24/11/2008	07/07/2009	18/06/2009
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	10/07/2008	01/02/2012	13/07/2015
Acordo de Cooperação em Saúde e Ciências Médicas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã.	29/05/2007	29/05/2007	15/06/2007
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã	24/10/2003	20/09/2005	03/01/2006

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

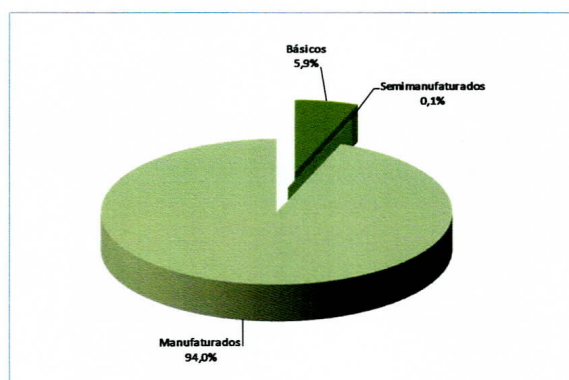


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



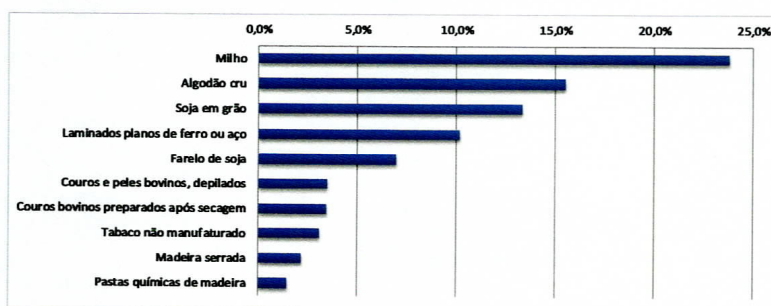
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Vietnã (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Milho	833	39,2%	479	34,2%	412	23,8%
Algodão cru	212	10,0%	162	11,6%	269	15,5%
Soja em grão	261	12,3%	108	7,7%	231	13,3%
Laminados planos de ferro ou aço	10	0,5%	1	0,1%	176	10,2%
Farelo de soja	230	10,8%	98	7,0%	120	6,9%
Couros e peles bovinos, depilados	94	4,4%	65	4,6%	60	3,5%
Couros bovinos preparados após secagem	59	2,8%	75	5,4%	59	3,4%
Tabaco não manufaturado	47	2,2%	55	3,9%	53	3,1%
Madeira serrada	22	1,0%	26	1,9%	37	2,1%
Pastas químicas de madeira	14	0,7%	29	2,1%	25	1,4%
Subtotal	1.782	83,9%	1.098	78,5%	1.442	83,2%
Outros	342	16,1%	301	21,5%	291	16,8%
Total	2.124	100,0%	1.399	100,0%	1.733	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



Composição das importações brasileiras originárias do Vietnã (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aparelhos elétricos de telefonia	629	35,2%	635	39,7%	915	41,9%
Circuitos integrados eletrônicos	82	4,6%	185	11,6%	234	10,7%
Calçado com sola de borracha/plástico e parte superior de matérias têxteis	179	10,0%	133	8,3%	136	6,2%
Partes de aparelhos de TV, radar, gravação ou reprodução de som	3	0,2%	5	0,3%	104	4,8%
Filés de pescados	76	4,2%	64	4,0%	101	4,6%
Impressoras	50	2,8%	47	2,9%	56	2,6%
Acumuladores elétricos	32	1,8%	29	1,8%	41	1,9%
Pneus novos	25	1,4%	22	1,4%	39	1,8%
Fios de filamentos sintéticos	7	0,4%	16	1,0%	34	1,6%
Partes e acessórios de máquinas para escritório	159	8,9%	32	2,0%	33	1,5%
Subtotal	1.242	69,4%	1.168	73,0%	1.693	77,4%
Outros	547	30,6%	433	27,0%	493	22,6%
Total	1.789	100,0%	1.601	100,0%	2.186	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alexweb, Abril de 2018.

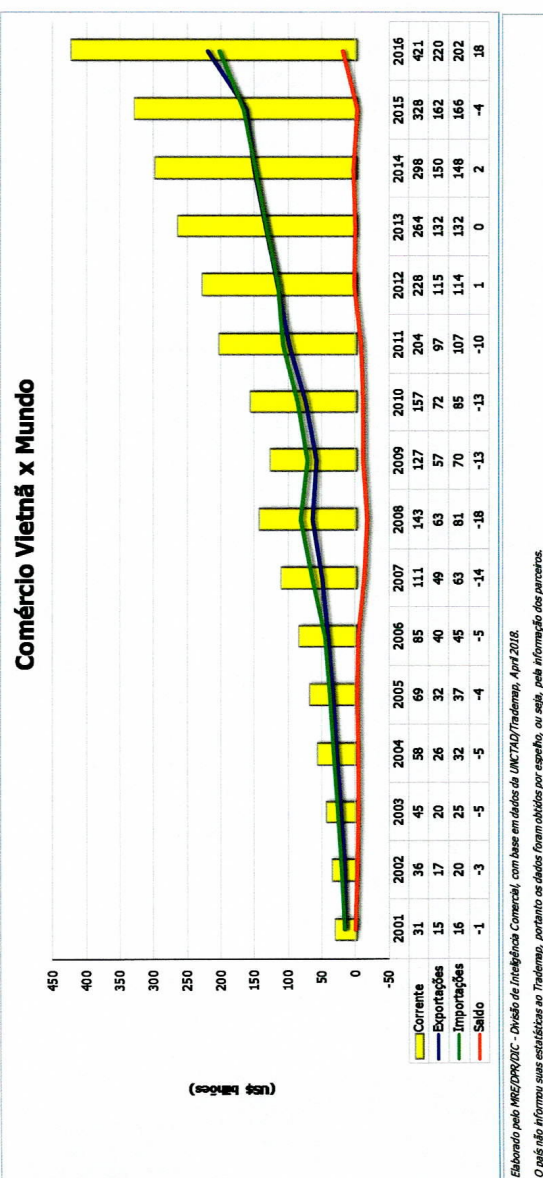
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Farelo de soja	2	0,7%	61	20,3%	Farelo de soja 20,3%
Algodão não cardado nem penteado	10	3,1%	49	16,4%	Algodão não cardado nem penteado 16,4%
Milho	43	14,0%	34	11,3%	Milho 11,3%
Laminados planos de ferro ou aço	34	10,9%	25	8,4%	Laminados planos de ferro ou aço 8,4%
Couros bovinos curtidos ou em crosta	17	5,5%	12	4,0%	Couros bovinos curtidos ou em crosta 4,0%
Tabaco não manufaturado	10	3,3%	12	3,9%	Tabaco não manufaturado 3,9%
Couros bovinos preparados	26	8,4%	11	3,7%	Couros bovinos preparados 3,7%
Madeira serrada e polida	8	2,7%	11	3,7%	Madeira serrada e polida 3,7%
Minérios de ferro	0	0,0%	9	2,9%	Minérios de ferro 2,9%
Soja	70	22,5%	8	2,8%	Soja 2,8%
Subtotal	221	71,1%	233	77,4%	
Outros	90	28,9%	68	22,6%	
Total	310	100,0%	301	100,0%	
Importações					
Aparelhos eletrônicos para telefonia	212	42,3%	238	37,6%	Aparelhos eletrônicos para telefonia 37,6%
Partes de aparelhos de TV, câmeras fotográficas, radar, de gravação, monitores e projetores	3	0,7%	69	11,0%	Partes de aparelhos de TV, câmeras fotográficas, radar, de gravação, monitores e projetores 11,0%
Circuitos integrados eletrônicos	53	10,7%	51	8,1%	Circuitos integrados eletrônicos 8,1%
Calçados com sola exterior de borracha, plásticos, couro natural ou reconstituído e parte superior de matérias têxteis	41	8,1%	44	7,0%	Calçados com sola exterior de borracha, plásticos, couro natural ou reconstituído e parte superior de matérias têxteis 7,0%
Filés de peixe	33	6,5%	28	4,5%	Filés de peixe 4,5%
Acumuladores elétricos e seus separadores	8	1,5%	20	3,2%	Acumuladores elétricos e seus separadores 3,2%
Impressoras e máquinas auxiliares para impressão	12	2,4%	15	2,4%	Impressoras e máquinas auxiliares para impressão 2,4%
Partes e acessórios de computadores, máquinas de escrever ou calcular	4	0,8%	10	1,6%	Partes e acessórios de computadores, máquinas de escrever ou calcular 1,6%
Pneus novos	10	1,9%	10	1,6%	Pneus novos 1,6%
Fios de filamentos sintéticos	5	1,0%	9	1,4%	Fios de filamentos sintéticos 1,4%
Subtotal	380	75,9%	496	78,6%	
Outros produtos	121	24,1%	135	21,4%	
Total	501	100,0%	631	100,0%	

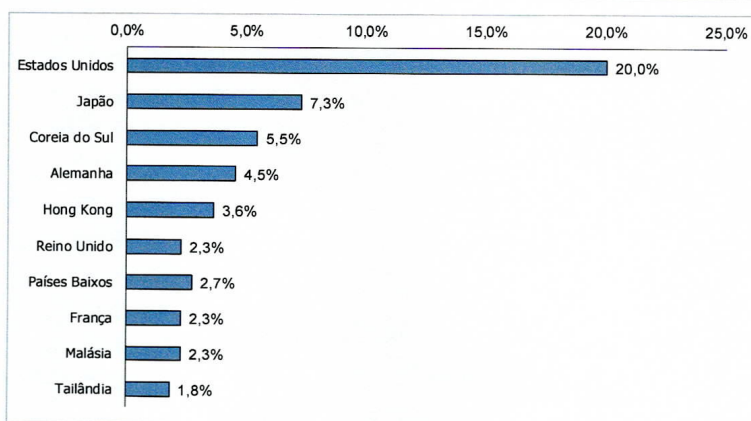
Elaborado pelo MEGEP/DEC - Divisão de Intelecto Comercial, com base em dados do MEG/RECD/Mineiro, Abril de 2018.



Principais destinos das exportações do Vietnã
US\$ bilhões

Países	2 0 1 6	Part. % no total
Estados Unidos	44	20,0%
Japão	16	7,3%
Coreia do Sul	12	5,5%
Alemanha	10	4,5%
Hong Kong	8	3,6%
Reino Unido	5	2,3%
Países Baixos	6	2,7%
França	5	2,3%
Malásia	5	2,3%
Tailândia	4	1,8%
...		
Brasil (24º lugar)	2	0,7%
Subtotal	117	53,0%
Outros países	103	47,0%
Total	220	100,0%

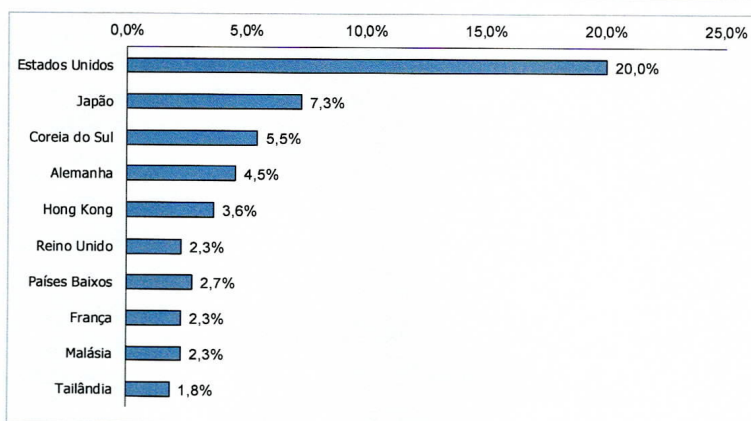
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2018.



Principais destinos das exportações do Vietnã
US\$ bilhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Estados Unidos	44	20,0%
Japão	16	7,3%
Coreia do Sul	12	5,5%
Alemanha	10	4,5%
Hong Kong	8	3,6%
Reino Unido	5	2,3%
Países Baixos	6	2,7%
França	5	2,3%
Malásia	5	2,3%
Tailândia	4	1,8%
...		
Brasil (24º lugar)	2	0,7%
Subtotal	117	53,0%
Outros países	103	47,0%
Total	220	100,0%

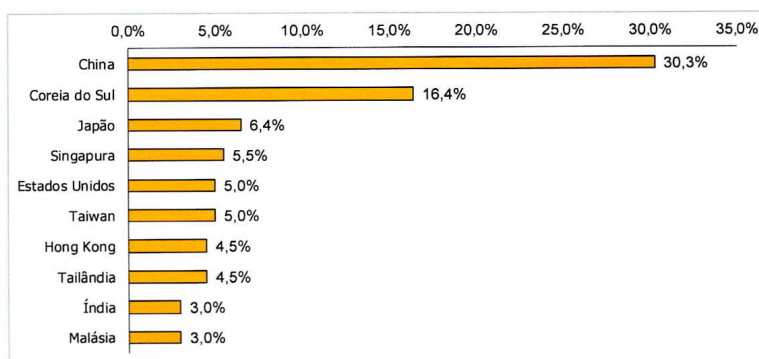
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2018.



Principais origens das importações do Vietnã
US\$ bilhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	61	30,3%
Coreia do Sul	33	16,4%
Japão	13	6,4%
Singapura	11	5,5%
Estados Unidos	10	5,0%
Taiwan	10	5,0%
Hong Kong	9	4,5%
Tailândia	9	4,5%
Índia	6	3,0%
Malásia	6	3,0%
...		
Brasil (16º lugar)	1	0,7%
Subtotal	169	84,0%
Outros países	32	16,0%
Total	202	100,0%

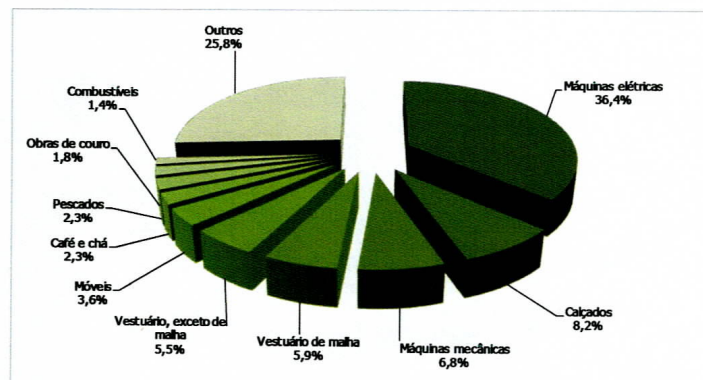
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações do Vietnã (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Máquinas elétricas	80	36,4%
Calçados	18	8,2%
Máquinas mecânicas	15	6,8%
Vestuário de malha	13	5,9%
Vestuário, exceto de malha	12	5,5%
Móveis	8	3,6%
Café e chá	5	2,3%
Pescados	5	2,3%
Obras de couro	4	1,8%
Combustíveis	3	1,4%
Subtotal	163	74,2%
Outros	57	25,8%
Total	220	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

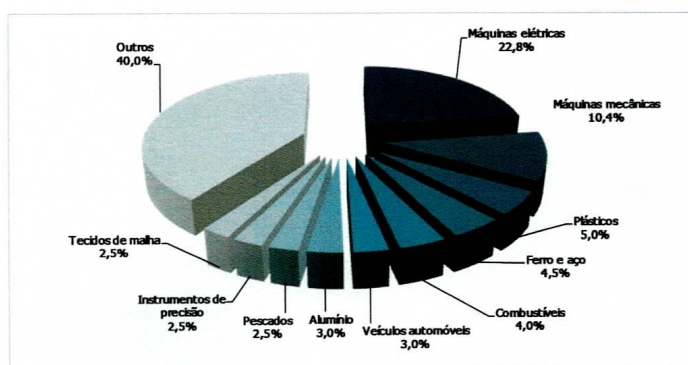


Composição das importações do Vietnã (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Máquinas elétricas	46	22,8%
Máquinas mecânicas	21	10,4%
Plásticos	10	5,0%
Ferro e aço	9	4,5%
Combustíveis	8	4,0%
Veículos automóveis	6	3,0%
Alumínio	6	3,0%
Pescados	5	2,5%
Instrumentos de precisão	5	2,5%
Tecidos de malha	5	2,5%
Subtotal	121	60,0%
Outros	81	40,0%
Total	202	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Vietnã

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	6,21%	6,30%	6,30%	6,20%	6,20%
PIB nominal (US\$ bilhões)	201,31	215,96	234,69	255,67	277,79
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.172	2.306	2.482	2.677	2.881
PIB PPP (US\$ bilhões)	595,37	643,90	697,75	756,83	820,66
PIB PPP "per capita" (US\$)	6.423	6.876	7.378	7.925	8.512
População (milhões habitantes)	92,69	93,64	94,58	95,49	96,41
Desemprego (%)	2,33%	2,33%	2,33%	2,33%	2,33%
Inflação (%) ⁽²⁾	4,74%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	4,09%	1,29%	1,45%	0,88%	0,50%
Dívida externa (US\$ bilhões)	86,95	96,64	107,54	115,93	124,20
Câmbio (D / US\$) ⁽²⁾	22,74	22,69	23,25	23,74	24,00

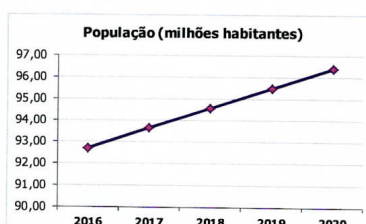
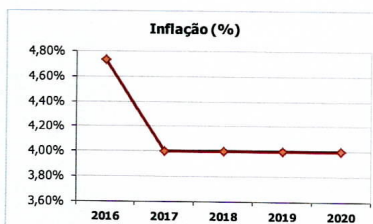
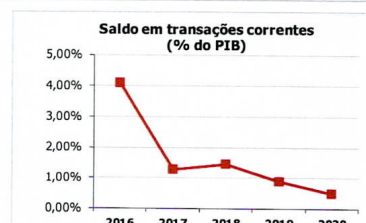
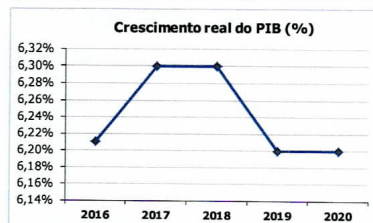
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	15,9%
Indústria	32,7%
Serviços	41,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



EMBAIXADA DO BRASIL EM HANOI
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR MARCO ANTÔNIO DINIZ BRANDÃO

Ao assumir a chefia da embaixada em Hanói, em fevereiro de 2015, encontrei um posto já bem estruturado por meus antecessores, contando com boa lotação e funcionários com funções bem determinadas por setores, com chancelaria instalada, embora naturalmente com os desgastes e problemas decorrentes de sua idade e localização, com residência oficial adequada e com canais de comunicação abertos com o Governo e a sociedade locais. Com base nesse bom fundamento, que pude consolidar e aperfeiçoar ao longo de três anos e meio de gestão, sempre com o apoio inestimável de colaboradores brasileiros e vietnamitas, em quadro de funcionários que se foi renovando paulatinamente, foi possível cumprir as tarefas de representação, informação, negociação e proteção de brasileiros de maneira, acredito, satisfatória.

A. ASSUNTOS POLÍTICOS

2. Pouco após assumir o posto, recebi expressiva missão de parlamentares brasileiros para reunião da União Interparlamentar, que ofereceu grandes oportunidades de interação entre o grupo brasileiro e os demais participantes, inclusive, é claro, parlamentares vietnamitas. Os contatos então feitos possibilitaram-me seguir mantendo com o legislativo vietnamita profícuo entendimento. Chefiou o grupo brasileiro o deputado Maurício Quintella Lessa e o compuseram a senadora Ana Amélia, o senador Ciro Nogueira, o senador Gladson Cameli, o senador Sérgio Petecão, o deputado Átila Lins, o Deputado Cláudio Cajado, a deputada Iracema Portella, o deputado José Rocha, o deputado Jarbas Vasconcellos e o deputado Jutahy Júnior.

3. A pedido das autoridades vietnamitas, o posto organizou também, nos primeiros momentos de minha gestão, visita oficial ao Brasil da senhora Nguyen Thi Doan, Vice-Presidente da República, que se deslocou a nosso país para participar da Cúpula Mundial das Mulheres, que se realizou em São Paulo de 14 a 17 de maio de 2015. A Senhora Vice-Presidente, que se fez acompanhar de delegação empresarial, foi recebida pela Senhora Presidente da República em audiência no dia 15 de maio e foi homenageada por almoço no Itamaraty pelo Senhor Ministro de Estado. A visita em muito contribuiu para fortalecer clima de amizade e confiança e criou condições para a retomada de contatos entre os dois Governos. Em consequência dessa visita, o Presidente Troung Tan Sang, enviou carta à Presidente Dilma Roussef na qual, ao agradecer a acolhida dada à vice-presidente vietnamita, convidou a mandatária brasileira a realizar visita ao Vietnã "no futuro breve e em tempo conveniente", o que constituiria "ótima oportunidade para se estabelecerem diretrizes e medidas concretas para o desenvolvimento das relações entre o Vietnã e o Brasil".

4. Na sequência da visita da vice-presidente vietnamita ao Brasil, realizou visita ao Vietnã, em 27 de julho de 2017, o embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. A visita teve grande repercussão na mídia local, que ressaltou o encontro do chanceler brasileiro com seu homólogo vietnamita, o vice-primeiro ministro e chanceler Pham Binh Minh, como marco

no relançamento de relação mais intensa entre Brasil e Vietnã. Celebrou-se como sinal importante a decisão de ambos os países de elevar seu patamar de trocas comerciais bilaterais dos então cerca de US\$ 4 bilhões anuais para o nível de US\$ 20 bilhões em futuro próximo. Foram igualmente sublinhados os esforços que seriam feitos para acelerar e aprofundar a cooperação em outras áreas, como a científica e a educacional. Ressaltaram-se as identidades de posições dos dois países na arena multilateral, o que permitiria esforço ainda maior para a coordenação de iniciativas comuns naquele plano. Foram, por fim, trocadas informações sobre a situação política na região e em outras áreas do globo. Na mesma ocasião, o Chanceler Mauro Vieira foi recebido pelo primeiro-ministro Nguyen Dung, com quem passou em revista os resultados de seu encontro com o Chanceler Pham Binh Mihn e a quem transmitiu a aceitação, pela presidente Dilma Rousseff, do convite a ela estendido para visitar o Vietnã, o que se previa poderia realizar-se no final de 2015.

5. Nesse quadro, acertou-se, após vários encontros sobre o assunto entre mim e a chancelaria local, a data de 1º e 2 de dezembro de 2015 para a visita de Estado da Presidente Dilma Rousseff ao Vietnã e iniciaram-se os preparativos para o evento, ao qual os dois lados desejavam dar máximo relevo e toda a substância possível. Assim, desenvolveu-se intenso esforço negociador para assegurar fossem firmados, durante a visita, acordos nas áreas educacional, de cooperação técnica, de cooperação militar, de cooperação agrícola, de turismo e de transportes. Iniciou-se também a negociação de Comunicado Conjunto, onde ficassem registradas as conversações, seus resultados e os pontos de vistas e coincidências de posições externados durante o encontro. Naturalmente, a toda essa faina de negociação substantiva somaram-se os esforços de organização logística, de não pouca monta, com visita preliminar de equipes do cerimonial brasileiro e de funcionários do Planalto.

6. Infelizmente, às vésperas da visita presidencial, acontecimentos políticos internos no Brasil levaram a seu adiamento, com desapontamento certamente, mas também com compreensão do lado vietnamita. Por acordo entre a Embaixada e a Chancelaria vietnamita continuou em curso a negociação dos textos de acordos preparados para a visita presidencial, na certeza de que outra oportunidade se apresentaria para sua celebração.

7. Em agosto de 2016, visitou o Brasil, por ocasião da realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, o Ministro da Cultura, Esportes e Turismo do Vietnã, Nguyen Ngoc Thien, que, em encontro com o Ministro interino do Turismo, Alberto Alves, assinou Memorando de Entendimento com vistas à promoção e facilitação do turismo entre o Vietnã e o Brasil.

8. De 15 a 17 de setembro de 2016 visitou Hanói o Ministro Blairo Maggi, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, à frente de grande delegação oficial e empresarial. Primeira visita de um ministro da agricultura brasileiro ao Vietnã, constituiu para os vietnamitas claro sinal simbólico e político da importância que atribuímos ao país, além de produzir resultados concretos em termos de liberação de mercados. De fato, pôde-se aprovar modelo de certificados sanitários, que já vinham sendo negociados pela embaixada e que abriram a importação pelo Vietnã de produtos lácteos, carne suína e de aves. Também se convencionou dar tratamento acelerado à análise de outros certificados sanitários (cf. § 34 abaixo). Foi particularmente valiosa a vinda de número expressivo de empresários na missão Maggi, com a criação de oportunidades concretas de negócios.

9. Visitou o Vietnã, nos dias 23 e 24 de janeiro de 2017, o Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, com a finalidade de explorar possibilidades de cooperação entre o Brasil e o Vietnã no campo do direito ambiental. O Ministro avistou-se com a Vice-Presidente do Supremo Tribunal Popular, Senhora Nguyen Thuy Hien, com o diretor do Departamento de Direito e Tratados Internacionais, Senhor Lai Xuan Hoang, com o Vice-Ministro da Justiça, Phan Chi Hieu, com o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Meio Ambiente, Nguyen Linh Ngoc, em longa reunião substantiva, e com o presidente do Instituto de Estado e Direito, "think tank" de altíssima visibilidade no Vietnã. Em todos os encontros, foram trocadas informações e pontos de vista sobre meio ambiente e direito, tendo o Ministro Benjamin convidado seus interlocutores a visitar o Brasil.

10. O Vice-Primeiro-Ministro e Chanceler Pham Binh Minh encontrou-se, a pedido da parte vietnamita, com o Chanceler José Serra à margem da reunião ministerial do G20, em Bonn, em fevereiro de 2017. O encontro, que teve notável repercussão na mídia vietnamita, focou-se nas possibilidades de incremento do relacionamento bilateral em todas as áreas. Os dois ministros passaram em revista vários pontos de interesse comum e comprometeram-se a acelerar a negociação de acordos em várias áreas de interesse bilateral e a promover a intensificação da troca de visitas de alto nível

11. Em julho de 2017 realizou-se em Brasília a VI Reunião de Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum Brasil-Vietnã. O lado vietnamita foi chefiado pelo vice-chanceler Ha Kim Ngoc, e o lado brasileiro pelo Senhor SGASC, Embaixador Georges Lamazière. O Chanceler Aloysio Nunes Ferreira também recebeu o embaixador Ngoc para visita de cortesia. Durante a reunião, que contou com a participação de funcionários de praticamente todas as áreas da secretaria de Estado, foi possível passar em revista, ampla e minuciosamente, vários itens de interesse bilateral e multilateral, com a identificação de obstáculos a serem transpostos ou mecanismos a serem acelerados ou, ao contrário, abandonados. Resultou dos trabalhos panorama muito claro do relacionamento bilateral, e das medidas necessárias para aprofundá-lo e melhorá-lo. O Embaixador Ngoc também visitou o Ministério da Agricultura, onde manteve conversações sobretudo sobre o interesse vietnamita de ampliar seu leque de exportações de produtos agrícolas para o Brasil, mas também sobre as possibilidades de cooperação com o Vietnã.

12. Em setembro de 2017 visitou o Brasil o Senhor Hoang Binh Quan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Partido Comunista do Vietnã, autoridade de nível equivalente, na hierarquia local, ao de Ministro das Relações Exteriores. O Senhor Quan teve encontros partidários, em Brasília, mas pediu para ser recebido pelo Chanceler brasileiro. Na ausência desse, em viagem pelo Sudeste Asiático, recebeu-o no dia 13 de setembro o Embaixador Marcos Galvão, que o homenageou com almoço e com ele manteve densa conversação sobre as relações Brasil/Vietnã.

13. Entre os dias 9 e 12 de setembro, visitou o Vietnã o Chanceler Aloysio Nunes Ferreira, que cumpriu intenso programa oficial. Em cerimônia reservada a hóspedes ilustres, depôs coroa de flores no mausoléu de Ho Chi Minh, prestou reverência a seus despojos e visitou a residência-museu do prócer vietnamita. Manteve reunião de trabalho com o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores Pham Binh Minh, que lhe ofereceu almoço. Durante visita à União Vietnamita de Organizações de Amizade (VUFO), encontrou-se com o presidente da

Associação de Amizade Vietnã-Brasil, recebeu os embaixadores lusófonos sediados em Hanói (Angola, Moçambique e Timor Leste) e também o Embaixador Pham Sanh Chau, candidato vietnamita naquele momento à direção-geral da UNESCO. Foi recebido, no final da visita, pelo Primeiro-Ministro Ngyen Xuan Phuc. Durante sua estada, assinou, juntamente com o Ministro dos Transportes vietnamita, acordo de transportes marítimos entre o Vietnã e Brasil.

14. A visita do Chanceler Nunes Ferreira teve importância crítica para a retomada de vários assuntos que haviam ficado pendentes desde os preparativos para a visita oficial da presidente Dilma Rousseff ao Vietnã, em 2015, e para avaliação criteriosa das possibilidades que se ofereciam para o aprofundamento do relacionamento. O Ministro foi portador de convite do Presidente Temer para visita oficial do Presidente e do Primeiro-Ministro vietnamitas ao Brasil, e recebeu também convite para que o mandatário brasileiro viesse ao Vietnã em visita de Estado. Ficou claro que sua vinda tinha como foco adiantar preparativos para que tais visitas de alto nível pudessem realizar-se, em cenário em que ambos os lados vinham avaliando como necessárias para energizar e catalisar o relacionamento bilateral.

15. Em outubro de 2017 visitou Hanói e Ho Chi Minh missão oficial e empresarial do Estado do Maranhão, chefiada pelo vice-governador Carlos Brandão e integrada por grande número de autoridades e empresários. A missão, pioneira em sua modalidade, foi extremamente bem recebida e deixou aberturas concretas para a realização de negócios e para a continuação do diálogo com o estado do Maranhão, que interessa a seu governo e claramente também a setores da sociedade e do Governo vietnamita.

16. O final do ano de 2017 e os primeiros meses de 2018 foram dedicados aos preparativos da visita do Senhor Presidente da República Michel Temer a Hanói. Como ocorrera por ocasião da malograda visita da Presidente Dilma Rousseff, retomaram-se os entendimentos logísticos – sempre de grande envergadura no caso de deslocamentos presidenciais –, os arranjos protocolares (agenda, gestos simbólicos, banquetes) e as discussões substantivas sobre acordos que poderiam ser assinados na ocasião. Foram discutidos, especialmente, acordos ou memorandos de entendimento sobre educação, agricultura, defesa e cooperação técnica, além de instrumentos bilaterais entre a APEX-Brasil e a Câmara de Comércio e Indústria do Vietnã (VCCI, na sigla em inglês); entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Vietnã; e entre a Fundação Alexandre de Gusmão e a União Vietnamita de Organizações de Amizade (VUFO). A visita, marcada para os primeiros dias de janeiro de 2018, acabou por não ocorrer em razão de problemas de saúde que acometeram o Senhor Presidente da República no final de dezembro de 2017. A parte vietnamita compreendeu sem dificuldade as inesperadas circunstâncias e manteve-se atenta à possibilidade de retomada da iniciativa.

17. Novas datas para a visita presidencial foram acordadas para o mês de maio de 2018, mas, ainda uma vez, agora por motivo de eventos imprevisíveis de política interna brasileira, foi preciso adiar a vinda do primeiro mandatário do Brasil. Felizmente, o Ministro Aloysio Nunes Ferreira logrou reorganizar sua agenda e realizar visita oficial a Hanói em 12 de maio de 2018. Na ocasião, o Ministro Nunes Ferreira explicou pessoalmente ao chanceler Pham Binh Minh as razões pelas quais o senhor presidente da República não pudera deslocar-se ao Vietnã. O Chanceler Pham agradeceu a presença do Ministro brasileiro para esclarecer os motivos do cancelamento, que, declarou, não prejudicam as boas relações bilaterais e a parceria abrangente entre Brasil e Vietnã.

Relatório preliminar de gestão – Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão (junho de 2018)

18. Ambos os Chanceleres ressaltaram o bom estado geral das relações entre os dois países, mas sublinharam, igualmente, o potencial ainda não realizado do comércio bilateral, que poderia avolumar-se sem dificuldade nos próximos anos, caso os dois governos se dediquem a criar condições propícias para tanto. Dois assuntos de direto interesse bilateral, e que ainda estão em andamento, foram tratados em seguida:

O Chanceler Pham Binh Minh pediu o apoio do Brasil para o pleito vietnamita, na Organização Mundial do Comércio, de ser o país reconhecido formalmente como economia de mercado. O Ministro Nunes Ferreira respondeu que o assunto é atualmente tratado em grupo de trabalho interministerial da CAMEX, que dará seu parecer oportunamente;

O Chanceler brasileiro anunciou que se encontraria, em poucos dias, com seus homólogos do MERCOSUL, ocasião em que examinaria a possibilidade de abertura de diálogo exploratório para eventual celebração de acordo de livre-comércio entre o bloco e o Vietnã.

19. A visita oficial completou-se com a assinatura de dois instrumentos bilaterais: o memorando de entendimento entre as academias diplomáticas brasileira e vietnamita (oficialmente intitulado “Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Vietnã sobre cooperação mútua para o treinamento de diplomatas”) e o Memorando de Entendimento entre a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e a União das Organizações de Amizade do Vietnã (VUFO).

20. No final do dia 12 de maio, o Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira honrou esta missão diplomática ao inaugurar oficialmente a nova sede de sua chancelaria.

21. Como evento político relevante em pleno andamento nesta data, quero ressaltar a visita ao Brasil do Vice-Primeiro Ministro Vuong Dinh Hue, que estará em Brasília no dia 2 de julho e em São Paulo no dia 3. Em Brasília, o Vice-Primeiro Ministro Vuong se reunirá com o Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, será recebido pelo Senhor Presidente da República, manterá encontro com o Ministro Aloysio Nunes Ferreira, que lhe oferecerá almoço no Itamaraty, e, na parte da tarde, avistar-se-á com o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Deverão ser assinados acordos bilaterais, cuja confirmação ainda está pendente, mas que poderão incluir os setores de agricultura e cooperação técnica, além de memorando de entendimento entre a APEX-Brasil e a VCCI. O Ministro Vuong, economista de formação e responsável por temas econômicos e comerciais no governo do Vietnã, insiste na primasia de tais setores em sua missão ao Brasil: far-se-á acompanhar de numerosa missão comercial com representantes dos setores público e privado e, em São Paulo, participará de seminário de integração entre sua comitiva e empresários brasileiros. O Ministro Vuong também deverá encontrar-se com representantes da FIESP e da Embraer.

22. Tema importante em vários níveis e por diversos motivos é a cooperação militar, que tem grande potencial de desenvolvimento entre o Brasil e o Vietnã. A embaixada conta com adido militar e aeronáutico não-residente (baseado em Jacarta, na Indonésia), que, nos momentos em que

pode visitar Hanói, mantém contatos produtivos com autoridades militares locais. O adido militar é responsável pelo plano de emergência da embaixada em caso de calamidade natural ou distúrbios político-sociais e contribui na organização de visitas, como as três missões presidenciais que acabaram por não se realizar. A coordenação é próxima, apesar da distância, mas conviria, a meu ver, contar, tão logo possível, com adido residente nesta capital. A cooperação militar – os vietnamitas reiteram com frequência seu interesse em aprender com a prática brasileira de combate na selva e seu desejo de conhecer nossa experiência em missões de paz das Nações Unidas – e as oportunidades de venda de material bélico parecem-me tangíveis, faltando apenas o agente adequado para os contatos com as autoridades relevantes.

B. ASSUNTOS CULTURAIS

23. Reuni-me, logo no início da minha gestão, com o Professor Nguyen Dinh Luan, Reitor da Universidade de Hanói, e com a professora Vu Thu Ha, diretora do departamento de Português daquela universidade, para tratar do apoio do Governo brasileiro ao que se configura como o maior programa de promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira no Vietnã, no sudeste asiático, e talvez em todo o oriente: o programa de bacharelado em língua portuguesa daquela Universidade, com cerca de 200 alunos regulares e que vem, há anos, formando jovens com proficiência na língua portuguesa, na cultura lusítana e na cultura brasileira. Expliquei-lhe que, por falta de recursos, havíamos interrompido em 2014 a presença de leitor brasileiro na instituição e prometi-lhe envidar esforços para a vinda de novo docente. A nomeação de novo leitor foi possível em janeiro de 2016, após seleção no Brasil e escolha, pela parte vietnamita, do nome da Professora Pamela Andrade, que vem desde então exercendo suas funções com grande competência.

24. A cooperação da Embaixada com o Departamento de Português da Universidade de Hanói foi, aliás, ponto ao qual procurei dar grande relevo, por me parecer extremamente relevante para a difusão cultural do Brasil, em todos os seus aspectos. Assim, enquanto foi permitida administrativamente essa modalidade, realizaram-se estágios de treinamento de alunos de português na Embaixada, para a prestação de serviços em áreas não reservadas, para sua familiarização com o uso cotidiano da língua portuguesa e com os aspectos relevantes de nossa cultura. Também regularmente diplomatas e funcionários do quadro realizaram palestras na Universidade sobre diversos temas - organização política, história e geografia do Brasil, música, artes plásticas e gastronomia, entre outros - seguidas de debates. Com a mudança da Chancelaria da Embaixada, a que me refiro nos §§ 40 a 42 deste relatório, obtivemos espaço específico, com instalações confortáveis e equipamento técnico, para a realização de conferências ou encontros. Assim, tem sido continuada a prática de realização de palestras por funcionários da embaixada, agora já com o acolhimento dos alunos em nossas instalações próprias. Também participamos ativamente de todas as comemorações ou eventos promovidos pelo Departamento de Português da Universidade, muitas vezes em conjunto com as outras embaixadas dos países de língua oficial portuguesa sediadas em Hanói.

25. O relacionamento com as embaixadas dos países de língua oficial portuguesa (Palops) - estão aqui as embaixadas de Angola, Moçambique e Timor-Leste - tem sido outra das prioridades do setor cultural deste posto, no quadro do Grupo dos Embaixadores dos Palops, criado por minha antecessora, Embaixadora Victoria Alice Cleaver. Contando com um fundo financeiro pequeno, mas adequado, para o qual contribuem todas as embaixadas, e com reuniões periódicas e formais,

o Grupo tem podido realizar um sem número de atividades de caráter cultural, culminando todos os anos com um grande convívio da colônia lusófona em Hanói. Tem sido prática normal também encontro desse Grupo com os visitantes ilustres de cada um dos seus membros que venham a Hanói, para que conheçam suas atividades. Durante minha estada, foram promovidos tais encontros entre o chanceler de Angola, com o primeiro-ministro de Moçambique e com o Chanceler Aloysio Nunes Ferreira, em uma de suas estadas no Vietnã.

26. Também no âmbito do Grupo de países lusófonos organizei, durante o período em que fui seu presidente, a doação de livros para a Biblioteca Nacional do Vietnã, para que pudesse formar uma seção de livros em português, até então inexistente. Colaboramos com doações de livros eu próprio e os funcionários da embaixada, além das outras embaixadas do Grupo, de modo a criar considerável acervo, que foi entregue à Biblioteca em cerimônia solene organizada em suas instalações.

27. Em outro esforço de divulgação da cultura brasileira, foi possível manter, durante um certo período de minha gestão, contrato com rádio local, "Voice of Vietnam", para a transmissão diária de programa dedicado à música brasileira, utilizando-se para tanto da coleção de discos "Brazilian Hour", produzida pelo departamento cultural do consulado-geral do Brasil em Los Angeles, com audiência apreciável. Infelizmente, aumento exorbitante do preço solicitado pela rádio impossibilitou a continuação do programa.

28. A embaixada tem estado sempre presente nos festivais de cinema promovidos pelos países latino-americanos em Hanói, contribuindo com filmes e para a produção de material de divulgação, tramitação das películas pela censura local e cerimônias de inauguração.

29. Bazares beneficentes, sobretudo aqueles organizados pela Chancelaria local, com enorme afluxo de público, são outra modalidade de promoção da presença cultural brasileira em Hanói. Nessas ocasiões, temos contribuído com exemplos da culinária nacional, sobretudo doces, e com a distribuição de material de divulgação brasileiro, em língua vietnamita, como revistas para o público infantil ou pequenos livros de receitas culinárias brasileiras.

C. CONSULAR E ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS

30. Noto, com satisfação o aumento da comunidade brasileira neste país, composta de cidadãos ordeiros e bem integrados, em que pese à distância cultural entre os dois países. Há empresários, pilotos, funcionários de algumas empresas brasileiras instaladas na Cidade Ho Chi Minh e suas famílias. A expansão do contingente de brasileiros e seu registro no setor consular levou ao incremento do número de eleitores residentes no Vietnã e, em 2018, tudo indica que será, pela primeira vez, aberta sessão eleitoral em Hanói para o pleito presidencial de outubro deste ano.

31. O setor consular da embaixada está adequadamente lotado e bem equipado para atender à demanda por vistos (em passaportes comuns apenas) e por assistência por parte de cidadãos brasileiros. De maneira geral, não tem havido incidentes dignos de nota e os serviços prestados têm essencialmente natureza cartorial.

Relatório preliminar de gestão – Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão (junho de 2018)

32. Registro, por oportuno, que o fluxo turístico de brasileiros em visita ao Vietnã tem registrado contínuo aumento, como se pode ver na tabela a seguir:

2013	8.231 brasileiros
2014	10.666 brasileiros
2015	11.154 brasileiros
2016	13.419 brasileiros
2017 (1º semestre)	8.654 brasileiros

D. PROMOÇÃO COMERCIAL

33. O fluxo comercial bilateral conhece expansão contínua há vários anos, como demonstram as estatísticas abaixo (valores em US\$, fonte: MDIC):

ANO/OP.	EXP. BRASIL	EXP. VIETNÃ	FLUXO TOTAL	SALDO BRASIL
2013	1.192.284.240	1.140.945.539	2.333.229.779	51.338.701
2014	1.592.127.042	1.580.454.847	3.172.581.889	11.672.195
2015	2.123.972.982	1.788.637.848	3.912.610.830	335.335.134
2016	1.398.745.712	1.600.755.733	2.999.501.445	- 202.010.021
2017	1.732.642.449	2.186.065.285	3.918.707.734	- 453.422.836

34. A balança comercial bilateral caracteriza-se, em linhas gerais, por exportações de produtos de base brasileiros para o Vietnã e produtos industrializados vietnamitas para o Brasil. Os principais produtos comercializados em 2017 entre os dois países foram (fonte: MDIC):

Exportações brasileiras para o Vietnã (dez principais produtos):

PRODUTO	VALOR EM US\$ MILHÕES
Milho em grãos	268,68
Algodão	412,22
Soja triturada	230,89
Produtos laminados planos de ferro ou Aço	185,26
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	120,12
Couros e peles, depilados, exceto em bruto	120,28
Madeira cerrada ou fendida	37,08
Celulose	25,1
Trigo em grãos	24,96
Demais produtos básicos	21,86

Exportações vietnamitas para o Brasil (dez principais produtos):

PRODUTO	VALOR EM US\$ MILHÕES
Circuitos impressos e outras partes para aparelhos de telefonia	909,53
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	234,16
Calçados	187,4
Partes de aparelhos transmissores ou receptores	103,83
Fios de fibras têxteis sintéticas ou artificiais	67,14

Relatório preliminar de gestão – Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão (junho de 2018)

Pneumáticos	38,96
Máquinas e aparelhos para impressão, tipográfica ou ofsete	32,1
Partes e acessórios de máquinas para processamento de dados	31,9
Microfones e altofalantes e suas partes	281
Demais produtos manufaturados	80,03

35. Em 2015, deparei-me com situação complexa no setor agrícola das relações comerciais bilaterais: o Vietnã havia suspenso o credenciamento de empresas exportadoras brasileiras de carnes e não havia movimentação em torno do reconhecimento de certificados sanitários internacionais brasileiros (CSIs) para exportação de produtos cárneos (carne bovina, suína e de aves). O período de preparação da visita do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Senhor Blairo Maggi, a Hanói (cf. § 8º acima), permitiu, porém, destravar esses dois setores, e as empresas brasileiras voltaram a ser credenciadas pelo ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Vietnã (MARD, na sigla em inglês) a partir de setembro de 2016. Como também mencionei, três CSIs brasileiros passaram a ser reconhecidos a partir daquele momento. Gradualmente têm avançado as negociações para o reconhecimento de CSIs para carne bovina, bovinos e bubalinos vivos e farinhas animais.

36. No final de 2017, a embaixada em Hanói foi contemplada com a designação de um adido agrícola designado pelo MAPA, Dr. Tiago Charão de Oliveira, que se integrou com grande sucesso à equipe e passou a assessorar o setor comercial (SECOM) desta repartição consular em temas de agricultura. A competência e o empenho do Dr. Oliveira muito têm contribuído para a intensificação das operações do SECOM no setor agrícola.

37. De maneira mais ampla, o SECOM mantém suas atividades de promoção das exportações brasileiras, dando assistência a empresários brasileiros desejosos de conhecer as condições do mercado vietnamita, fornecendo informações sobre exportadores brasileiros a importadores vietnamitas, acompanhando missões oficiais técnicas brasileiras em operações de inspeção de exportadores vietnamitas, negociando regularmente com diferentes departamentos do MARD e recebendo e assistindo missões empresariais brasileiras. O SECOM mantém, igualmente, contacto regular com a Câmara de Comércio e Indústria do Vietnã (VCCI, na sigla em inglês). Destaco, ainda, a assistência prestada por mim pessoalmente a empresas do porte da AVIBRAS e da EMBRAER em suas visitas a Hanói.

Cooperação

38. Embora não ligada imediatamente a operações comerciais, parece-me oportuno recordar que a cooperação enseja aprofundamento do conhecimento mútuo e formulação de projetos que criam necessidade de fornecimento de matérias primas, equipamentos e insumos diversos para sua implantação. A cooperação é eficiente vetor de conexão entre dois países ou blocos, como demonstram os sucessos comerciais da Europa e dos Estados Unidos ao longo de décadas.

39. O Brasil tem potencial, e assim é percebido pelo Vietnã, para oferecer conhecimentos específicos a este país. As autoridades locais sabem-no e não hesitam em mencioná-lo sempre a oportunidade se apresenta. Não se trata de benemerência, naturalmente, mas de acordos mutuamente vantajosos, que poderiam ser estabelecidos em setores como agricultura (com apoio

da Embrapa), piscicultura (em especial no controle de doenças específicas da criação de peixes), defesa, medicina e medicamentos. Recordo que, durante a visita ao Vietnã do vice-governador do Maranhão, as autoridades vietnamitas levantaram a possibilidade de cooperação na proteção do cultivo de arroz.

E. ADMINISTRAÇÃO

Mudança da chancelaria

40. Ao chegar a Hanói, encontrei a chancelaria abrigada em conjunto de duas casas residenciais, unidas por uma construção *ad hoc*. As instalações eram claramente inadequadas e, embora fossem o que havia de melhor nesta cidade no momento da mudança, não mais podiam disfarçar o desgaste do tempo e a fragilidade da improvisação a que foram obrigados meus antecessores para ali acomodar a repartição brasileira. A sala do chefe do posto encontrava-se precisamente no corredor que unia as duas casas e, na verdade, era passagem entre as duas metades da chancelaria; infiltrações, goteiras, parasitas, mofo, acanhamento, insegurança, má localização na cidade – nada podia ser invocado para justificar a permanência da embaixada no antigo endereço diante de tamanha inadequação.

41. Com aprovação da Secretaria de Estado e após cuidadosa e demorada pesquisa no mercado local, foram alugadas as atuais instalações, em prédio comercial moderno, no centro da cidade, ao lado do hotel Meliã, um dos mais prestigiosos da capital vietnamita. Trata-se da totalidade do quarto andar do edifício da SAS-CTAMAD, empresa imobiliária cuja sede se encontra no primeiro andar. Com 573 m², a nova sede acomoda com dignidade e distinção, embora sem luxo, todos os setores que compõem a chancelaria – chefia, subchefia, administração, comercial (SECOM), político, cultural, consular, comunicações e arquivo. Dispõe de sala de reuniões para doze pessoas, sala multi-uso e copa-cozinha. Como já se fazia prever, dispunha até mesmo de sala para o novo adido agrícola, que foi lotado em Hanói logo após a mudança. O contrato de locação, por cinco anos renováveis, contempla, ainda, cinco vagas para automóveis no edifício-garagem adjacente e espaços de estacionamento para motocicletas, o meio de transporte mais comum no Vietnã e utilizado pelos funcionários contratados localmente.

42. A manutenção das partes comuns do edifício, a cargo do locador, são de alta qualidade, e a manutenção dos espaços privativos da chancelaria, a cargo da embaixada, não deverão requerer especiais cuidados. É, assim, de prever-se que a chancelaria da embaixada do Brasil em Hanói possa permanecer por um largo período em sua nova sede, com segurança e funcionalidade.

Novo automóvel de serviço

43. O antigo automóvel de serviço, um Toyota Lexus com mais de dez anos de uso, apresentava problemas constantes, que exigiam custosa manutenção e levavam a crescente inconfiabilidade. Com autorização da Secretaria de Estado, novo veículo de serviço – Honda CRV novo, modelo 2017 – foi importado em 2017 e entregue à embaixada em abril de 2018. O antigo carro de serviço foi vendido como parte da transação.

Dotações orçamentárias

44. As dotações de rotina da embaixada – despesas com pessoas jurídicas (PJ), com pessoas físicas (PF) e com material de consumo (30) – foram aumentadas em 2015 a meu pedido, tendo seus valores mensais passado de US\$ 2.500,00, US\$ 150,00 e US\$ 1.000,00 a US\$ 3.500,00, US\$ 200,00 e US\$ 2.500,00, respectivamente. Os novos montantes revelaram-se satisfatórios e suficientes para o desempenho das tarefas essenciais e o atendimento dos compromissos do posto.

Lotação de pessoal

45. Em 2015, a meu pedido, a lotação do posto foi aumentada em um diplomata, o que permitiu cobrir adequadamente todos os setores que compõem as atribuições da embaixada em Hanói. A vaga foi preenchida até março de 2018, quando o diplomata foi removido para a Secretaria de Estado. No plano de remoções do primeiro semestre de 2018 nenhum diplomata foi designado para Hanói e, neste momento, a vaga está aberta. Conviria preenchê-la com a possível brevidade para permitir a otimização dos serviços prestados por esta repartição.

46. Em 2018, igualmente a meu pedido, foi autorizada a contratação local de um/a tradutor/a-intérprete. Com efeito, durante os três anos em que estive à frente da representação diplomática brasileira no Vietnã, senti aguda necessidade de funcionário/a capacitado/a a traduzir notas e outros documentos oficiais entre o português e o vietnamita, bem como habilitado/a a realizar interpretações, simultâneas ou consecutivas, durante encontros formais com autoridades locais. O/a mesmo/a funcionário/a poderá prestar tais serviços durante visitas de autoridades brasileiras. O processo seletivo está em andamento na data de redação deste relatório (junho de 2018).

47. Noto, ainda, que, das quatro vagas de pessoal do quadro permanente (oficiais e assistentes de chancelaria), apenas três estão preenchidas nesta data e conviria, a exemplo do que ponderei mais acima em relação à vaga de diplomata, preencher o quanto antes o cargo disponível remanescente. O problema torna-se mais agudo quando das férias e outras ausências legais e justificadas, momento em que a lotação do posto cai bastante aquém do que seria necessário a seu bom funcionamento.

F. CONCLUSÃO

48. O Vietnã é país que vem mostrando nas últimas duas décadas admiráveis índices de crescimento econômico, em quadro geral de desenvolvimento social e cultural de índices acima do comum. Já é sem dúvida um dos que se convencionou há tempos chamar de "tigres asiáticos", e tem tudo para tornar-se, com seu clima de estabilidade política e social, e com a ancestral disciplina e criatividade de seu povo, características bem exemplificadas nas guerras que venceu no século XX, um país ímpar entre eles.

49. A aproximação com o Vietnã constitui investimento de esforço diplomático e político, de conhecimento técnico e de capital que certamente renderá dividendos para o Brasil agora e no futuro próximo. Entre os países da ASEAN, é o mais ávido de progresso, o que busca com mais ênfase a diversificação de parceiros e um dos que se mostram mais flexíveis aos termos da relação internacional. E é um dos que mais procuram o Brasil, cujo tamanho e poderio leva muito em conta e que vê como alvo possível de amizade, cooperação e entendimento.

Relatório preliminar de gestão – Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão (junho de 2018)

50. É verdade que existem barreiras importantes para o relacionamento. Entre elas talvez a mais importante, mais mesmo que a distância que separa os dois países, seja o desconhecimento mútuo. Pouquíssimo se conhece do Vietnã no Brasil, quase nada mesmo, a não ser os ainda presentes ecos das guerras de libertação nacional e de reunificação contra a França e contra os Estados Unidos, e uma admiração difusa pelo heroísmo vietnamita. No Vietnã, além do futebol e de uma ou outra novela brasileira, rarissimamente exibidas nos canais locais, o desconhecimento do Brasil também é profundo.

51. Como ultrapassar essas barreiras e adensar as relações entre o Brasil e o Vietnã? O que parece factível, e dentro da competência do fazer diplomático seria a) multiplicar os encontros bilaterais entre autoridades de ambos os países, com visitas às capitais e reuniões às margens de eventos multilaterais b) prosseguir na negociação de acordos bilaterais, aprofundando e ampliando seu leque c) reativar a comissão mista Brasil/Vietnã, pedido que os vietnamitas vêm fazendo reiteradamente e que, creio, em muito poderia dinamizar o relacionamento entre os dois países d) planejar programa de visitas frequentes de missões comerciais e) contemplar a possibilidade de programas de cooperação científica e tecnológica, sobretudo na área agrícola f) e, talvez mais que tudo, ampliar exponencialmente a programação de difusão cultural do Brasil no Vietnã, valorizando-se o "soft power" que temos em muitas áreas.

3



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 74, DE 2018

(nº 389/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 389

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá.

Os méritos da Senhora Glivânia Maria de Oliveira que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de julho de 2018.

EM nº 00164/2018 MRE

Brasília, 28 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA**, ministra de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 356 - C. Civil.

Em 11 de julho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA

CPF.: 270.547.481-15

ID.: 9067 MRE

1962 Filha de João Teófilo de Oliveira e Zilda Lara de Oliveira, nasce em 19 de janeiro, em Monte Carmelo/MG

Dados Acadêmicos:

1984 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
 1985 CPCD - IRBr
 1992 Mestrado em Teoria Política pela London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido
 1996 CAD - IRBr
 2007 CAE - IRBr, A busca de maior democratização das instâncias decisórias internacionais: o G-4 e a elusiva convergência com a África no processo de reforma do CSNU.

Cargos:

1986 Terceira-secretária
 1991 Segunda-secretária
 1999 Primeira-secretária, por merecimento
 2003 Conselheira, por merecimento
 2007 Ministra de segunda classe, por merecimento
 2013 Ministra de primeira classe, por merecimento

Funções:

1987-1990 Divisão Especial de Pesquisas e Estudos Econômicos, assistente
 1988 Embaixada em Bissau, Encarregada de Negócios em missão transitória
 1990-1993 Licença Extraordinária
 1993-1996 Embaixada em Varsóvia, segunda-secretária
 1996-2000 Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, assistente e assessora
 1999-2000 Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, chefe, substituta
 2000-2001 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente
 2001-2004 Embaixada em Londres, primeira-secretária
 2004-2008 Divisão das Nações Unidas, chefe
 2008-2010 Embaixada em Assunção, ministra-conselheira
 2010-2011 Secretaria-Geral, chefe de Gabinete
 2011-2013 Diretora do Departamento de Organismos Internacionais
 2013-2014 Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores
 2015 Consulado-Geral do Brasil em Boston, cônsul-geral

Condecorações:

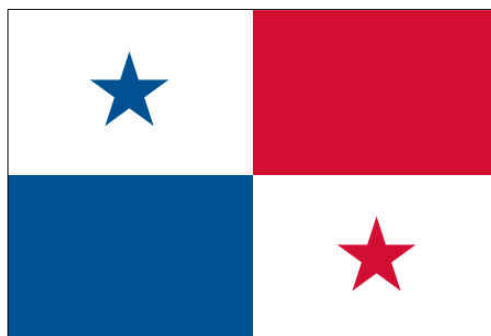
2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
 2012 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
 2013 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
 2013 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral da América Latina e do Caribe
Departamento da América Central, do México e do Caribe
Divisão do México e da América Central

PANAMÁ



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Panamá
GENTÍLICO	Panamenho
CAPITAL	Cidade do Panamá
ÁREA	74.340 km²
POPULAÇÃO (2017, FMI)	4,2 milhões
IDIOMAS	Espanhol; inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (85%); protestantes (15%);
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral: Assembleia Nacional (<i>Asamblea Nacional de Panamá</i>) com 71 assentos
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Juan Carlos Varela (desde julho de 2014)
VICE-PRESIDENTE E MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Isabel Saint Malo de Alvarado (desde julho de 2014)
PIB NOMINAL (2017, FMI est.)	US\$ 56,02 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (2017, FMI est.)	US\$ 13.441,00
PIB PPP (2017, FMI EST.)	US\$ 95,87 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (2017, FMI est.)	US\$ 23.002
CRESCIMENTO DO PIB (FMI)	5,4% (2017); 6,3% (2016); 6% (2015); 6,2% (2014); 8,4% (2013); 10,8% (2012);
IDH (PNUD, 2017)	0,780 (60ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2015)	77,6 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2015)	94,1 %
DESEMPREGO (FMI, 2017 est.)	4.5%
UNIDADE MONETÁRIA	Balboa (US\$ 1 = 1 \$B, paridade por lei)
EMBAIXADOR NO PANAMÁ	Flavio Helmold Macieira
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Edwin Emilio Vergara Cárdenas
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Estimada em 2000 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC										
Brasil-Panamá	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	416,3	220,6	382,0	439,2	413,4	4.434,7	371,3	313,5	317,1	643,0
Exportações (FOB)	391,3	210,2	367,2	418,7	397,4	4.423,1	361,9	304,7	308,6	633,0
Importações (FOB)	25,0	10,4	14,8	20,5	16,0	11,6	9,4	8,8	8,5	10,0
Saldo	366,3	199,8	352,4	398,2	381,4	4.411,5	352,5	295,9	300,1	623,0

Informação elaborada em 05/04/2018 pelo SS Antonio Bidart e revisada pelo Cons. Marcio Rebouças e pelo SS Daniel Ferreira Magrini.

APRESENTAÇÃO

A República do Panamá ocupa o extremo sul do istmo da América Central, conectando as duas massas continentais da América. Essa característica geográfica molda a estrutura econômica do país, que tem como base as receitas do Canal do Panamá e o rápido desenvolvimento do aeroporto de Tocumen como *hub* de conexões para voos regionais. O país tem se destacado pelo rápido crescimento econômico, baseado em modelo de economia aberta com crescentes fluxos internacionais, ao lado de significativo investimento em infraestrutura, entre os quais se destaca a inauguração do novo conjunto de eclusas do canal.

PERFIL BIOGRÁFICO

Juan Carlos Varela – Presidente



Juan Carlos Varela nasceu na Cidade do Panamá e estudou no *Georgia Institute of Technology*, nos Estados Unidos, onde recebeu o título de bacharel em Engenharia Industrial, em 1985. No setor privado, exerceu a vice-presidência da empresa *Varela Hermanos*, de propriedade de sua família, entre 1985 e 2008. Iniciou a vida política na década de 1970 e participou de diversas campanhas presidenciais. Em 2004, liderou o movimento renovador no *Partido Panameñista*, que preside desde 2006. Foi vice-presidente do governo de Ricardo Martinelli (2009-2014), tendo também exercido o cargo de ministro das Relações Exteriores de julho de 2009 a agosto de 2011. Venceu as eleições

presidenciais de maio de 2014 e assumiu a presidência do Panamá em julho do mesmo ano.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil realizou, ainda em 1903, gestões junto à Argentina e ao Chile para o reconhecimento imediato da independência panamenha. Em 1907, o primeiro representante diplomático brasileiro junto ao governo do Panamá, Antonio da Fontoura Xavier, entregou suas credenciais. No ano seguinte, o primeiro representante diplomático panamenho junto ao governo brasileiro foi nomeado.

O presidente Fernando Henrique Cardoso realizou a primeira visita presidencial brasileira ao Panamá, em 2002, em reciprocidade à visita oficial da presidente Mireya Moscoso ao Brasil, em 2001, ocasião em que foram assinados memorandos de entendimento sobre temas financeiros e acordos de cooperação científica, penal e diplomática. Em 2000, ambos os presidentes se encontraram por ocasião da Cúpula Ibero-Americana, realizada na cidade do Panamá.

O presidente Martin Torrijos veio ao Brasil duas vezes em 2004 e uma vez em 2007, quando foram assinados acordos sobre serviços aéreos e cooperação turística, além de memorandos sobre cooperação cultural, esportiva e científica.

O presidente Luis Inácio Lula da Silva visitou a Cidade do Panamá, ainda em 2007, ocasião em que se firmaram três tratados sobre matéria penal. O presidente Torrijos veio mais uma vez ao Brasil, em 2008, para a Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento. Em 2009, Ricardo Martinelli, ainda na condição de presidente eleito, encontrou-se com o então presidente Lula em Brasília. Finalmente, em 2015, o Panamá sediou a VII Cúpula das Américas, com a presença da presidente Dilma Rousseff.

Em março de 2018, os chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Isabel de Saint Malo mantiveram encontro à margem do Foro Econômico Mundial – América Latina, em São Paulo.

A importância que o Panamá adquiriu como economia dinâmica e base logística de comércio e serviços justifica o empenho do Brasil na consolidação dos laços entre os dois países.

O presidente Juan Carlos Varela definiu a área social como prioridade de seu governo e vem implementando diversos programas nessa área. Juan Carlos Varela defende uma "democracia funcional", com plena e efetiva garantia dos

direitos dos cidadãos. O Brasil tem experiência no combate à pobreza, e há espaço para o estabelecimento de cooperação e diálogo com o Panamá em áreas sociais.

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação Brasil-Panamá tem como marco legal o Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em 9 de abril de 1981, na Cidade do Panamá, e promulgado em 1º de março de 1983. A última reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica foi realizada em dezembro de 2010.

Em razão do quadro de restrições orçamentárias da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a partir do ano 2011, o programa de cooperação com o Panamá teve significativa redução em sua execução.

No início de 2017, a Embaixada do Brasil manifestou interesse na reativação do programa. A ABC respondeu favoravelmente à solicitação e aguarda a oficialização das áreas de interesse dos projetos para início das tratativas com as instituições brasileiras.

Classificação do Panamá como “País de Tributação Favorecida”

O Panamá integra a lista de jurisdições de tributação favorecida da Receita Federal do Brasil (RFB). O tema é objeto de gestões do governo panamenho, que pleiteia a exclusão do país. De acordo com a RFB, em informação transmitida ao lado panamenho em dezembro de 2017, o Panamá deve assinar um Acordo de Autoridade Competente (CAA) e rever suas alíquotas de tributação para que o Brasil possa retirá-lo da lista de países com tributação favorecida.

O Panamá participa do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias (FG) do G20/OCDE, em cujo âmbito manifestou compromisso com a melhoria do seu sistema tributário e com a implementação, até 2018, de mecanismos para troca automática de informações tributárias com outros países.

Em fevereiro de 2018, o governo panamenho emitiu lista de 20 países que praticariam "discriminação" contra interesses econômico-financeiros panamenhos, por definirem o país como paraíso fiscal. O Brasil está incluído na lista, ao lado de Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Peru, Uruguai, Venezuela, Croácia, Eslovênia, Estônia, França, Grécia, Lituânia, Polônia, Portugal, Cameroun, Geórgia, Rússia e Sérvia. Após divulgar essa lista, o

governo panamenho procederá a negociações diplomáticas com os países citados. Em caso de insucesso nas negociações, o Panamá indicou que estudará a adoção de medidas retaliatórias contra interesses fiscais daqueles países.

Assuntos Consulares

A embaixada do Brasil na Cidade do Panamá é a responsável pelos serviços consulares brasileiros no país. A comunidade brasileira no Panamá é estimada em cerca de 2000 cidadãos, divididos em três grupos principais: mulheres brasileiras casadas com panamenhos que estudaram no Brasil; executivos de empresas brasileiras ou de empresas multinacionais com operações no Panamá; e profissionais que chegam ao Panamá em busca de emprego.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há operações vigentes de financiamento brasileiros no Panamá.

POLÍTICA INTERNA

O Panamá é uma república presidencialista, com Poder Legislativo unicameral, exercido pela Assembleia Nacional. As eleições têm ocorrido em clima pacífico, com alternância de poder. A imprensa é livre, e as organizações sociais manifestam-se com vigor.

O Panamá realizou as últimas eleições gerais em maio de 2014. Para o cargo de presidente da República, foi eleito Juan Carlos Varela, do Partido Panameñista. Também foram renovados os 71 assentos da Assembleia Nacional, escolhidos 77 prefeitos e eleitos 20 deputados ao Parlamento Centro-Americano.

As eleições consagraram a divisão política do país em três blocos, correspondentes aos três grandes partidos políticos. A divisão também se refletiu no compartilhamento do poder: o Partido Panameñista obteve a presidência e a prefeitura da capital; o Partido Revolucionário Democrático (PRD) conquistou a maioria dos cargos executivos municipais; e o Câmbio Democrático (CD), partido do ex-presidente Ricardo Martinelli, manteve maioria na Assembleia .

Juan Carlos Varela venceu as eleições com 39% dos votos contra 32% do candidato do governo, José Domingo Arias, e 27,5% de Juan Carlos Navarro, do PRD. Embora tenha sido vice-presidente e chanceler (durante a primeira metade do mandato) de Martinelli, Juan Carlos Varela rompeu com o presidente e

transformou-se em seu principal opositor.

O presidente Varela tem enfatizado a importância da institucionalidade e da transparência e do combate à corrupção como diretrizes de seu governo. Nesse sentido, propôs uma reforma constitucional, que tem sido adiada em vista das dificuldades de obter apoio na Assembleia Nacional.

Varela tem manifestado preocupação com a área social, promovendo eventos para divulgar ações de caráter social no âmbito dos Objetivos do Milênio e do Desenvolvimento Sustentável, como o programa "Biocomunidade", de atenção multisectorial a comunidades carentes. Além disso, o governo tem investido na infraestrutura e base logística do país, com projetos como a reurbanização de Colón e a expansão do metrô.

Em 5 de maio de 2019 serão realizadas eleições gerais, com mandatos que cobrirão o período 2019-2024 (5 anos). O presidente Juan Carlos Varela tenciona promover série de inaugurações de obras que deverão incluir dois grandes projetos a cargo da construtora Odebrecht: o terminal dois do aeroporto de Tocumen e a linha 2 do Metropolitano da capital.

Processo Judicial contra o ex-Presidente Ricardo Martinelli

Em votação unânime, durante sessão extraordinária realizada em janeiro de 2015, o Tribunal Superior de Justiça (TSJ) acatou pedido de abertura de processo judicial contra o ex-presidente Ricardo Martinelli, com base em acusações de crimes contra a administração pública relacionados ao Fundo de Investimento Social, atual Programa de Ajuda Nacional (PAN).

A defesa do ex-presidente apresentou recurso ao TSJ sustentando que somente o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN), do qual Martinelli é membro, poderia suspender o foro privilegiado de que goza o ex-presidente. Ricardo Martinelli declarou-se vítima de perseguição política por parte do governo panamenho e partiu para os EUA. Martinelli foi preso em Miami em junho de 2017, tendo sido extraditado de volta ao Panamá em junho de 2018.

POLÍTICA EXTERNA

A diplomacia panamenha tem empreendido esforços para alçar o país à condição de centro regional de diplomacia multilateral, favorecendo a instalação, no país, de escritórios de agências do sistema ONU e de organismos latino-americanos. Nesse contexto, o Panamá sediou diversos eventos regionais,

como a Cúpula Ibero-Americana, em 2013, o Foro Econômico Mundial para a América Latina, em 2014, e a VII Cúpula das Américas, em 2015. Em 2019, organizará a Jornada Mundial da Juventude.

O país também ambiciona consolidar-se como centro de negócios internacionais e elo logístico para a América Latina. Desse modo, tem procurado ampliar sua participação no Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), como estratégia de inserção e ampliação de sua influência na região. O Panamá também concluiu, em 2012, processo de adesão à ALADI, convertendo-se no 13º país-membro da Associação. A adesão à Aliança para o Pacífico tem sido promovida como um dos principais objetivos de política externa do país.

O Panamá considera a OEA um fórum político primordial da região, no qual os temas de interesse comum devem ser debatidos independentemente de sua discussão em outros agrupamentos regionais.

A exemplo do restante da América Central, a agenda bilateral panamenha com os EUA também contempla temas de segurança e de combate ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro. A expansão do Canal do Panamá representa elemento de interesse comum.

Em Junho de 2012, o Panamá assinou o Acordo de Associação União Europeia (UE)-América Central. O acordo prevê diálogo político, cooperação e a formação de uma área de livre comércio. A UE representa um dos principais mercados de destino das exportações panamenhas.

O país também possui acordos de livre comércio em vigor com o Chile e, desde maio de 2012, com o Peru. Em 2015, entrou em vigor Tratado de Livre Comércio (TLC) com o México, que deverá possibilitar a participação do Panamá na Aliança do Pacífico.

Estabelecimento de Relações Bilaterais com a China

O principal evento recente de política externa no Panamá foi o reconhecimento da China continental em julho de 2017, com o consequente rompimento de relações com Taiwan. Em novembro de 2017, Juan Carlos Varela inaugurou a embaixada do Panamá em Pequim. Varela reafirmou o respeito panamenho à política de uma só China. Foram assinados cerca de 20 instrumentos, além do anúncio de estudo conjunto de viabilidade de acordo de livre comércio. Anunciou-se o estabelecimento de linha aérea regular entre Pequim e o Panamá. Um dos acordos prevê a instalação de sede regional do Banco de Desenvolvimento da China no Panamá para financiamento de projetos de infraestrutura. Um novo consulado em Xangai poderá registrar navios sob

bandeira panamenha.

Relações com a Venezuela

À medida que se aprofunda a crise venezuelana, nota-se evolução na perspectiva panamenha relativa ao tema, anteriormente mais inclinada à manutenção de relacionamento cordial com o regime de Maduro. Em março de 2018, o presidente Varela demonstrou preocupação com o influxo de migrantes daquele país. Estimou que seu país hospeda cerca de 100 mil venezuelanos e alertou para a possibilidade de desastre humanitário. No mês seguinte, o Panamá decretou "sanções" contra 55 pessoas físicas e 16 pessoas jurídicas venezuelanas – decisão que lhe angariou medidas retaliatórias de Caracas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia panamenha concentra-se no setor de serviços, responsável por 80% do PIB, com destaque para os segmentos de transporte marítimo e aéreo, serviços bancários, turismo, comunicações e comércio. No quinquênio 2011-2016, cresceu em média 8,4% anuais, registrando índices superiores a 10% em 2011 e 2012 (FMI).

Em 2017, a economia do Panamá cresceu 5,4% e deverá se expandir 5,6% em 2018. As atividades e fatores que mantiveram o crescimento econômico do país foram: o movimento dos portos e aeroportos, a operação do Canal do Panamá, a construção civil e o investimento público.

Embora a economia panamenha se mantenha como a de maior crescimento na região, o aumento da dívida pública e do desemprego vêm preocupando as autoridades locais. O exercício de 2017 foi o quarto ano consecutivo com aumento marginal do desemprego (6%); ao passo que nos primeiros três anos e meio da administração de Varela, a dívida do setor público não-financeiro (SPNF) aumentou em US\$ 5.827 bilhões. Cifras do ministério de Economia e Finanças indicam que, em 2015, a dívida pública alcançava US\$ 10.289 bilhões.

O crescimento panamenho tem sido impulsionado por investimentos governamentais em infraestrutura. Entre os novos projetos, destacam-se: o terminal 2 do aeroporto de Tocumen; as linhas 2 e 3 do metrô; a recuperação física da cidade portuária de Colón; a ampliação da Carretera Panamericana; a Quarta Ponte sobre o Canal; a linha de transmissão elétrica Colômbia-Panamá e o porto de Corozal. Recentemente, foi concluída a ampliação do Canal do

Panamá.

Os investimentos governamentais visam à transformação do Panamá em polo de comércio, serviços, negócios e ecoturismo. O presidente Varela tem reafirmado, nesse contexto, a vocação panamenha de centro mundial de transportes e logística. As zonas francas de Colón e Panamá Pacífico têm fundamental importância nessa estratégia, pois oferecem incentivos logísticos, fiscais, burocráticos, jurídicos, migratórios e trabalhistas.

Em seu relatório de revisão, o FMI avaliou positivamente o desempenho macroeconômico e o crescimento do Panamá, mas alertou para a vulnerabilidade do país a choques externos e enfatizou a importância da adoção de medidas de fortalecimento fiscal, em equilíbrio com esforços de estabilidade financeira e crescimento sustentável e inclusivo.

Ainda no que se refere ao comércio exterior, cabe destacar que o Panamá é um país importador líquido de bens de consumo, com escassa produção própria. O equilíbrio financeiro é mantido pela renda do canal e do sistema portuário, a qual, além de custear consumo, se reverte em investimento público e irrigação financeiro-bancária. Esse tipo de funcionamento - com forte contraste entre a evolução da renda e da produção - age para prevenir, matizar ou, mesmo, mascarar situações de crise nos setores econômicos desconectados diretamente das atividades do Canal de Panamá.

Comércio Bilateral

Em 2017, o comércio entre Brasil e Panamá totalizou US\$ 643,0 milhões, resultado 102,8% superior ao registrado em 2016 (US\$ 317,1 milhões). As exportações brasileiras somaram US\$ 633,0 milhões, o que equivale a 98,4% do total da corrente de comércio. Em 2016, as exportações atingiram US\$ 308,6 milhões.

As importações brasileiras totalizaram US\$ 10,0 milhões em 2017, cifra 17,6% superior à registrada em 2016 (US\$ 8,5 milhões). A balança bilateral é marcadamente favorável ao Brasil, com superávit de US\$ 623,0 milhões em 2017.

As exportações brasileiras para o Panamá são compostas principalmente por produtos manufaturados, também responsáveis pela maior parte das importações oriundas do Panamá em 2015. As principais exportações brasileiras são petróleo, máquinas e equipamentos, sementes, combustíveis e lubrificantes para aeronaves e chapas de alumínio. As principais importações são resíduos de alumínio, peixes congelados, memórias digitais e equipamentos eletrônicos.

Investimentos Bilaterais

Diversos indicadores internacionais posicionam o Panamá como um dos melhores países na América Latina para a realização de negócios e investimentos. Os fatores atrativos para investimentos no Panamá relacionam-se à sua posição geográfica, à boa conectividade, ao elevado grau de abertura econômica, à estabilidade social, política e econômica, bem como à existência de centro financeiro internacional.

Empresas brasileiras mantêm participação ativa na modernização da infraestrutura do país. Entre elas, destacam-se Cugnier, Eletrobras, Galores, Ibope, OAS, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e a Odebrecht. Essa última mantém grande carteira de obras no país e, em 2017, assinou acordo de leniência com o Ministério Público panamenho, em agosto de 2017, pelo qual se compromete a pagar US\$ 220 milhões, após a admissão de pagamentos irregulares a altos funcionários da administração pública do Panamá. A empresa devolveu a concessão da hidrelétrica de Chan II e deverá abster-se de disputar novas obras no país centroamericano no futuro próximo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PANAMÁ

1501	Descoberta do território, que veio a ser o Panamá, por Rodrigo de Bastidas.
1519	Fundação da Cidade do Panamá, por Pedro Arias Dávila (“Pedrarias”).
1671	A Cidade do Panamá é atacada pelo pirata inglês Henry Morgan. A cidade é evacuada e consumida por incêndio.
1673	Reconstrução da Cidade do Panamá, a 2 quilômetros de seu sítio original.
1821	Independência da Espanha. Após alguns meses, o Panamá se incorpora à Grã-Colômbia, sob o nome de Departamento do Istmo.
1826	O Panamá sedia o Primeiro Congresso Interamericano, convocado por Simón Bolívar.
1848	A descoberta de ouro na Califórnia impulsiona o comércio na Cidade do Panamá, que passa a receber o fluxo de transbordo com destino à costa oeste dos EUA.
1855	Inauguração da primeira ferrovia ligando os dois oceanos que banham o Panamá.
1881	Início da construção do Canal do Panamá, pela <i>Compagnie Universelle du Canal Interocéanique</i> , fundada por De Lesseps.
1889	Falência da <i>Compagnie Universelle</i> e paralisação das obras de construção do Canal.
1899	Início da Guerra dos Mil Dias, guerra civil entre liberais e conservadores.
1902	Fim da Guerra dos Mil Dias.
1903	Assinatura do Tratado Herrán-Hay entre Estados Unidos e Colômbia para finalizar a construção do Canal. O Panamá torna-se independente, na condição de protetorado dos EUA.
1914	Término da construção do Canal do Panamá, pelos EUA. O presidente Belisario Porras pleiteia pela primeira vez a assinatura de novo tratado sobre o Canal do Panamá.
1936	Assinatura do Tratado Arias-Roosevelt. O Panamá deixa de ser protetorado dos EUA.
1948	Criação da Zona Franca de Colón.
1955	A assinatura do Tratado Remón-Eisenhower, que prevê vantagens econômicas para o Panamá pelo arrendamento do Canal.
1964	Protestos estudantis contra o hasteamento de bandeira dos EUA no Canal terminam com a morte de 21 pessoas após o governador da

	Zona do Canal autorizar o uso de armas de fogo para reprimir as manifestações.
1965	Firmada a Declaração Robles-Johnson, que abordou temas como a administração do Canal, sua exploração por nova rota e sua defesa.
1968	Golpe de Estado culmina com a tomada do poder pelo general Omar Torrijos.
1977	Assinatura dos Tratados do Canal do Panamá (Tratados Torrijos-Carter), que previam a entrega da administração do Canal ao Panamá e o fechamento das bases militares dos EUA no país.
1981	O general Omar Torrijos morre em acidente aéreo.
1989	O general Manuel Noriega anula as eleições presidenciais realizadas e toma o poder. Invasão do Panamá pelos EUA, que depõem Noriega, alçando ao poder Guillermo Endara, ganhador das eleições presidenciais. Noriega é levado a julgamento nos EUA sob a acusação de tráfico internacional de drogas.
1992	Aprovação, em referendo nacional, de emenda constitucional que suprime o Exército.
1994	Ernesto Pérez Balladares é eleito presidente.
1999	Mireya Moscoso vence as eleições e se torna primeira mulher a governar o Panamá. O Panamá assume controle total do Canal do Panamá.
2004	Martín Torrijos, filho do general Omar Torrijos, é eleito presidente.
2009	Ricardo Martinelli é eleito presidente.
2014	Juan Carlos Varela é eleito presidente.
2016	Conclusão das obras de ampliação do Canal do Panamá.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-PANAMÁ

1904	Reconhecimento da independência do Panamá pelo governo brasileiro
1907	Entrega de credenciais pelo primeiro representante brasileiro junto ao governo do Panamá, residente em Havana.
1908	Nomeação do primeiro representante diplomático panamenho junto ao governo brasileiro, Belisário Porras, que posteriormente seria, em três ocasiões, presidente da República.
1944	Contingente do 1º Grupo de Caça da FAB permaneceu, de fevereiro a junho, em treinamento na Base de Aguadulce.

1947	Entrada em vigor do Convênio Cultural.
1954	Inauguração da Via Brasil, importante artéria na Cidade do Panamá.
1956	Participação do presidente Juscelino Kubistchek na 1ª Reunião de Chefes de Estado da OEA, no Panamá
1989	Invasão do Panamá pelos EUA. O governo brasileiro condenou o uso da força nas relações internacionais e reiterou apoio à soberania panamenha.
2000	presidente Fernando Henrique Cardoso participa da Cúpula Ibero-Americana, no Panamá. Assinatura do Acordo sobre Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826.
2001	Visita oficial da presidente Mireya Moscoso ao Brasil.
2002	Visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Panamá.
2003	Celebração do centenário da independência do Panamá. O senador Eduardo Suplicy representou o presidente da República. Visita de Martín Torrijos, então candidato à presidência, ao Brasil.
2004	Posse do presidente Martín Torrijos. O vice-presidente José Alencar representou o presidente da República. Martín Torrijos visita o Brasil duas vezes: como presidente eleito e, após sua posse, como convidado à Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto. Assinatura do acordo EMBRAER-Copa para aquisição de 10 aeronaves EMB-190 com opção de compra de 20 adicionais.
2006	Visita do ministro Luiz Fernando Furlan ao Panamá, liderando missão empresarial.
2007	Visita do presidente Martín Torrijos ao Brasil, em maio. Visita do presidente Lula da Silva ao Panamá, em agosto.
2008	Missão do IPHAN ao Panamá. Missão parlamentar brasileira ao Panamá, chefiada pelo senador Heráclito Fortes. Visita do presidente Martín Torrijos ao Brasil, quando da realização da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, em dezembro, na Costa do Sauípe.
2009	Em junho, Ricardo Martinelli, ainda na condição de presidente eleito, realizou sua única visita ao Brasil, encontrando-se com o presidente Lula da Silva. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Miguel Jorge, representou o presidente da República na cerimônia de posse de Ricardo Martinelli. A delegação foi composta por numeroso grupo de empresários brasileiros, que participaram de Rodada de Negócios com a presença de 73 empresas brasileiras e 128 panamenhas.

2010	Instalação da Embrapa Américas no Panamá, na Cidade do Saber.
2011	Visita do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, ao Panamá. Delegação do Congresso Nacional participa da 124ª Assembleia da União Interparlamentar.
2012	Visita do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, ao Panamá. O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, visita o Parlamento Latino-Americano.
2013	O Panamá sedia a Cúpula Ibero-Americana, em outubro. O deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, participa do IX Fórum Parlamentar Ibero-Americano
2014	Juan Carlos Varela é eleito presidente em maio. O Panamá sedia o Foro Econômico Mundial para a América Latina, em abril, com a presença dos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dos Transportes e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
2015	A vice-ministra das Relações Exteriores do Panamá, María Luisa Navarro, compareceu às cerimônias de posse da presidente Dilma Rousseff. O Panamá sedia a VII Cúpula das Américas, em abril, com a presença da presidente Dilma Rousseff.
2016	Em dezembro, a embaixada do Brasil foi autorizada a criar a Câmara de Comércio Brasil-Panamá. Em dezembro, representantes dos Ministérios Públicos dos dois países anunciaram entendimento relativo à assistência judiciária.
2018	Em março de 2018, os chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Isabel de Saint Malo mantiveram encontro à margem do Foro Econômico Mundial – América Latina, em São Paulo.

ATOS BILATERAIS

Título	Assinatura	Vigência	Publicação no DOU
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais	10/08/2007	Em Vigor	12/07/2013
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/08/2007	Em Vigor	03/11/2011
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a	10/08/2007	Em Vigor	20/05/2010

República do Panamá			
Acordo de Cooperação na Área do Turismo	25/05/2007	Em Vigor	31/03/2009
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	25/05/2007	Em Vigor	26/10/2009
Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	21/08/2001	Em Vigor	11/11/2005
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá no Campo da Luta Contra o Crime Organizado	21/08/2001	Em Vigor	23/10/2001
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	10/04/2000	Em Vigor	14/07/2000
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	10/04/2000	Em Vigor	09/06/2000
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá.	09/04/1981	Em Vigor	03/12/1982
Convênio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Panamá.	06/03/1944	Em Vigor	13/09/1946

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

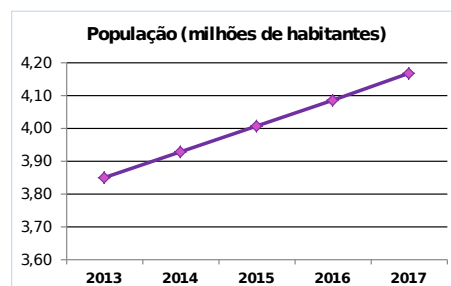
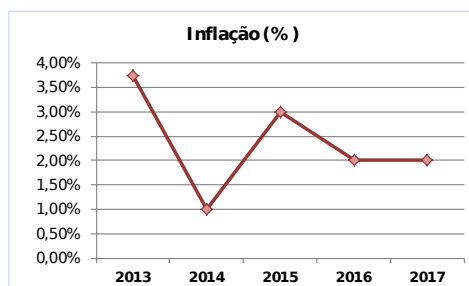
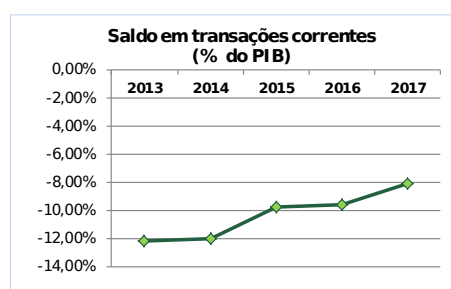
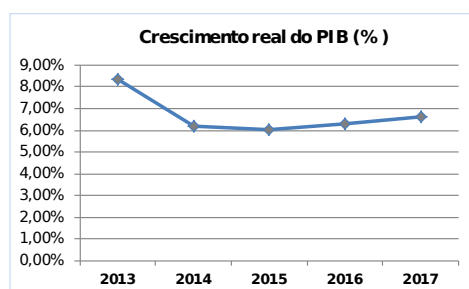
Principais indicadores socioeconômicos do Panamá

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	8,37%	6,19%	6,01%	6,30%	6,60%
PIB nominal (US\$ bilhões)	40,39	43,78	47,47	51,53	56,03
PIB nominal "per capita" (US\$)	10.489	11.146	11.850	12.609	13.441
PIB PPP (US\$ bilhões)	71,12	76,77	82,18	88,40	95,88
PIB PPP "per capita" (US\$)	18.470	19.546	20.512	21.632	23.002
População (milhões de habitantes)	3,85	3,93	4,01	4,09	4,17
Desemprego (%)	4,10%	4,82%	4,50%	4,50%	4,50%
Inflação (%) ⁽²⁾	3,74%	1,01%	3,00%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-12,18%	-12,01%	-9,79%	-9,61%	-8,12%
Dívida externa (US\$ bilhões)	16,47	18,38	20,02	21,74	23,27
Câmbio (B / US\$) ⁽²⁾	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura	3,0%				
Indústria	20,0%				
Serviços	77,0%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report December 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



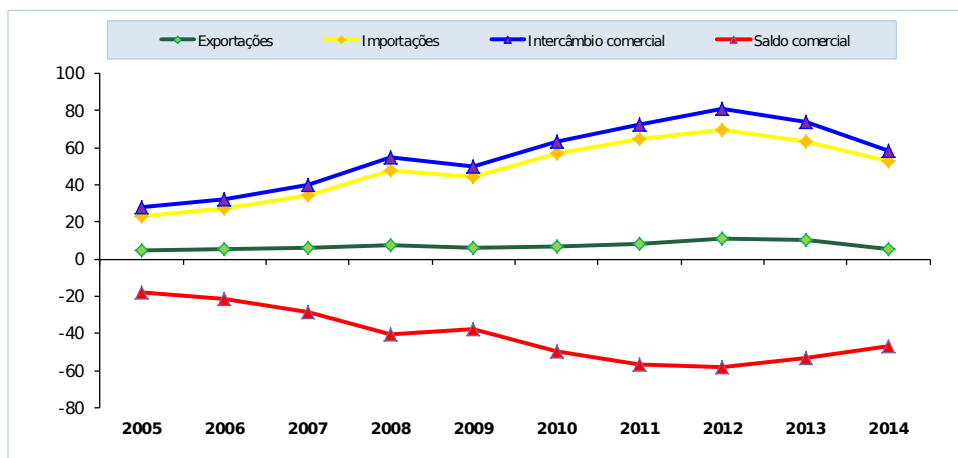
Evolução do comércio exterior do Panamá
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	4,81	39,1%	23,05	18,6%	27,86	21,7%	-18,24
2006	5,48	14,0%	27,05	17,4%	32,53	16,8%	-21,57
2007	5,83	6,4%	34,01	25,7%	39,84	22,5%	-28,18
2008	7,38	26,6%	47,67	40,2%	55,05	38,2%	-40,29
2009	6,28	-15,0%	43,87	-8,0%	50,15	-8,9%	-37,60
2010	6,75	7,5%	56,58	29,0%	63,32	26,3%	-49,83
2011	8,11	20,2%	64,59	14,2%	72,70	14,8%	-56,48
2012	11,17	37,7%	69,67	7,9%	80,84	11,2%	-58,50
2013	10,33	-7,6%	63,60	-8,7%	73,92	-8,6%	-53,27
2014	5,70	-44,8%	52,84	-16,9%	58,54	-20,8%	-47,14
Var. % 2005-2014	18,5%	--	129,3%	--	110,2%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



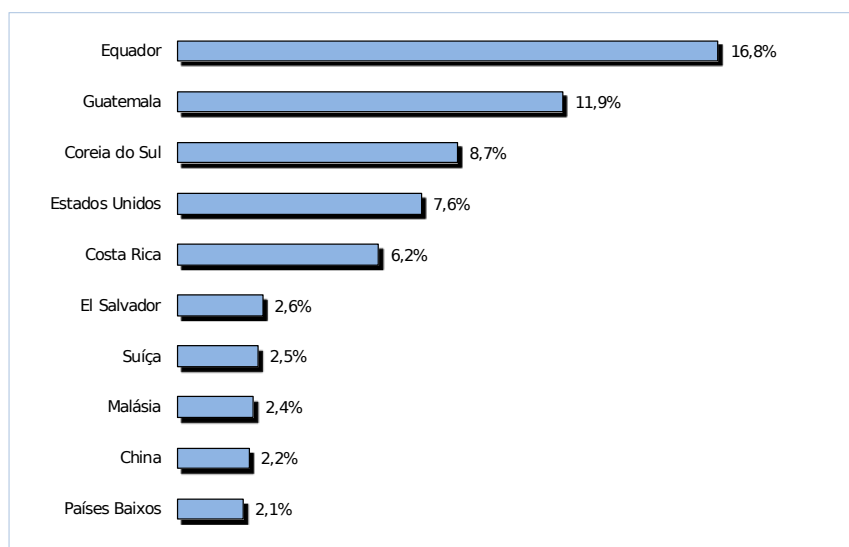
Direção das exportações do Panamá
US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Equador	0,96	16,8%
Guatemala	0,68	11,9%
Coreia do Sul	0,50	8,7%
Estados Unidos	0,43	7,6%
Costa Rica	0,36	6,2%
El Salvador	0,15	2,6%
Suíça	0,143	2,5%
Malásia	0,135	2,4%
China	0,13	2,2%
Países Baixos	0,12	2,1%
...		
Brasil (55ª posição)	0,01	0,2%
Subtotal	3,60	63,1%
Outros países	2,10	36,9%
Total	5,70	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



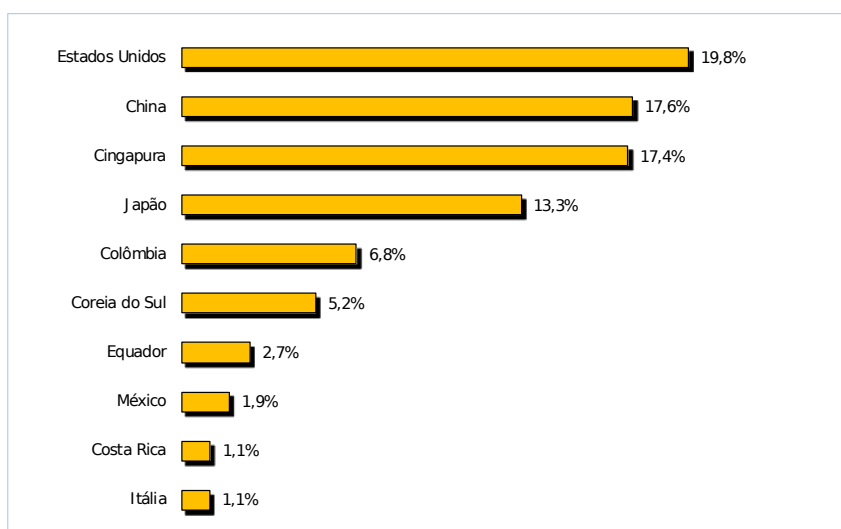
Origem das importações do Panamá
US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Estados Unidos	10,46	19,8%
China	9,31	17,6%
Cingapura	9,21	17,4%
Japão	7,01	13,3%
Colômbia	3,62	6,8%
Coreia do Sul	2,77	5,2%
Equador	1,41	2,7%
México	0,99	1,9%
Costa Rica	0,59	1,1%
Itália	0,58	1,1%
...		
Brasil (14ª posição)	0,40	0,7%
Subtotal	46,34	87,7%
Outros países	6,50	12,3%
Total	52,84	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



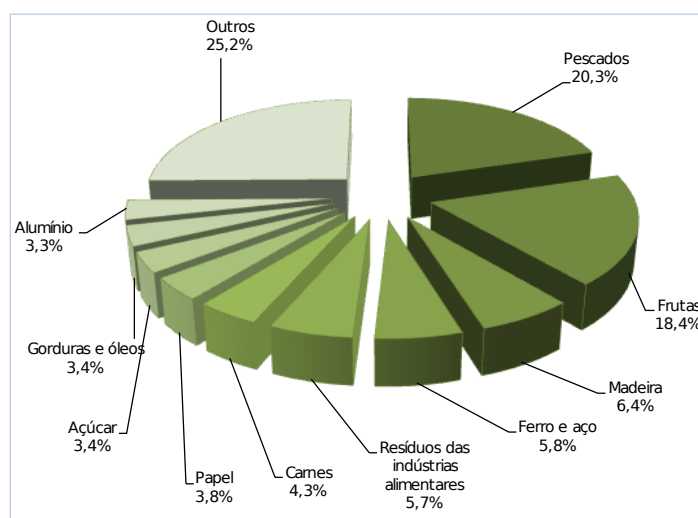
Composição das exportações do Panamá
Em %

Grupos de Produtos	Part.% no total
Pescados	20,3%
Frutas	18,4%
Madeira	6,4%
Ferro e aço	5,8%
Resíduos das indústrias alimentares	5,7%
Carnes	4,3%
Papel	3,8%
Açúcar	3,4%
Gorduras e óleos	3,4%
Alumínio	3,3%
Subtotal	74,8%
Outros	25,2%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



Composição das exportações do Panamá

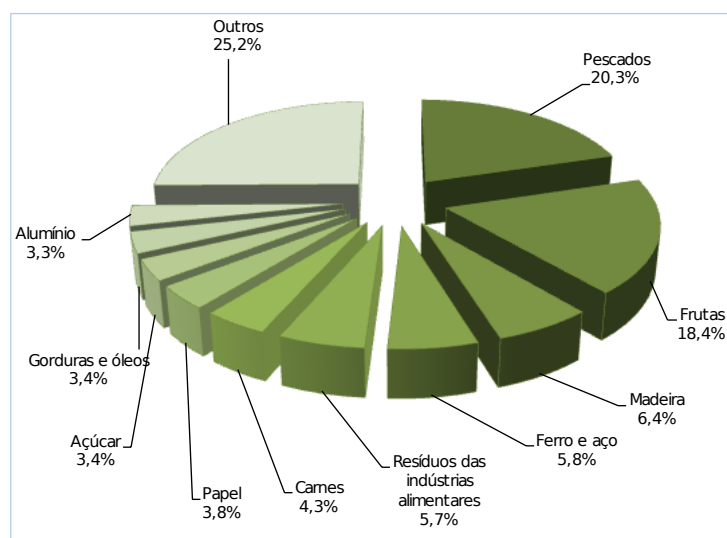
Em %

Grupos de Produtos	Part.% no total
Pescados	20,3%
Frutas	18,4%
Madeira	6,4%
Ferro e aço	5,8%
Resíduos das indústrias alimentares	5,7%
Carnes	4,3%
Papel	3,8%
Açúcar	3,4%
Gorduras e óleos	3,4%
Alumínio	3,3%
Subtotal	74,8%
Outros	25,2%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



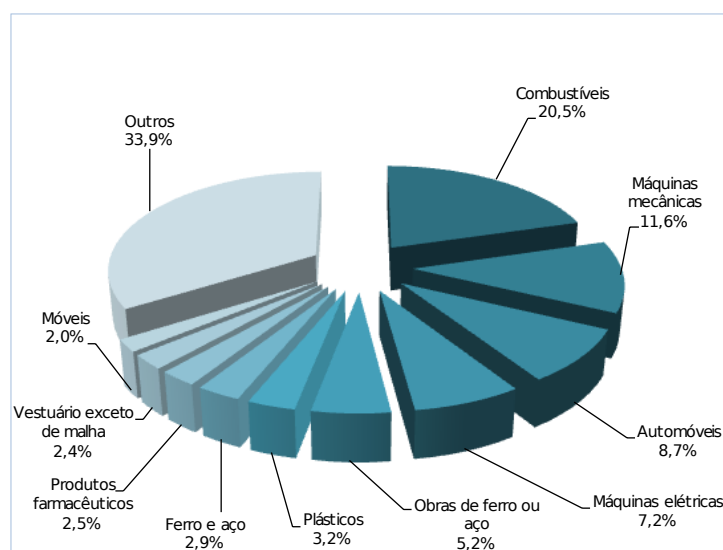
Composição das importações do Panamá
Em %

Grupos de produtos	Part.% no total
Combustíveis	20,5%
Máquinas mecânicas	11,6%
Automóveis	8,7%
Máquinas elétricas	7,2%
Obras de ferro ou aço	5,2%
Plásticos	3,2%
Ferro e aço	2,9%
Produtos farmacêuticos	2,5%
Vestuário exceto de malha	2,4%
Móveis	2,0%
Subtotal	66,1%
Outros	33,9%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados



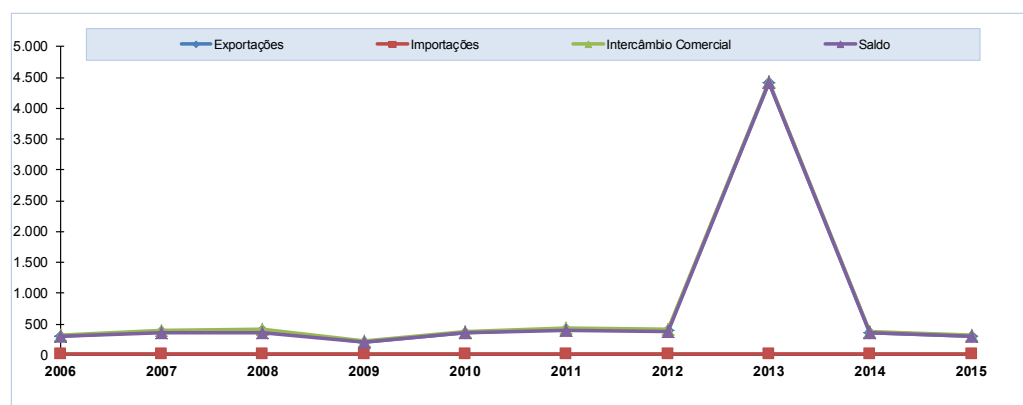
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Panamá
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	306	9,9%	0,22%	12,84	-5,5%	0,01%	319	9,2%	0,14%	293
2007	383	25,1%	0,24%	16,84	31,2%	0,01%	400	25,3%	0,14%	366
2008	391	2,2%	0,20%	25,03	48,6%	0,01%	416	4,1%	0,12%	366
2009	210	-46,3%	0,14%	10,44	-58,3%	0,01%	221	-47,0%	0,08%	200
2010	367	74,7%	0,18%	14,86	42,4%	0,01%	382	73,2%	0,10%	352
2011	419	14,0%	0,16%	20,48	37,9%	0,01%	439	14,9%	0,09%	398
2012	397	-5,1%	0,16%	15,98	-21,9%	0,01%	413	-5,9%	0,09%	381
2013	4.423	(+)	1,83%	11,55	-27,7%	0,00%	4.435	972,8%	0,92%	4.412
2014	362	-91,8%	0,16%	9,40	-18,6%	0,00%	371	-91,6%	0,08%	353
2015	305	-15,8%	0,16%	8,75	-6,9%	0,01%	313	-15,6%	0,09%	296
2016 (janeiro)	16,40	-2,4%	0,15%	0,39	-74,3%	0,00%	16,80	-8,4%	0,08%	16,01
Var. % 2006-2015	-0,4%	--	--	-31,8%	--	--	-1,7%	--	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

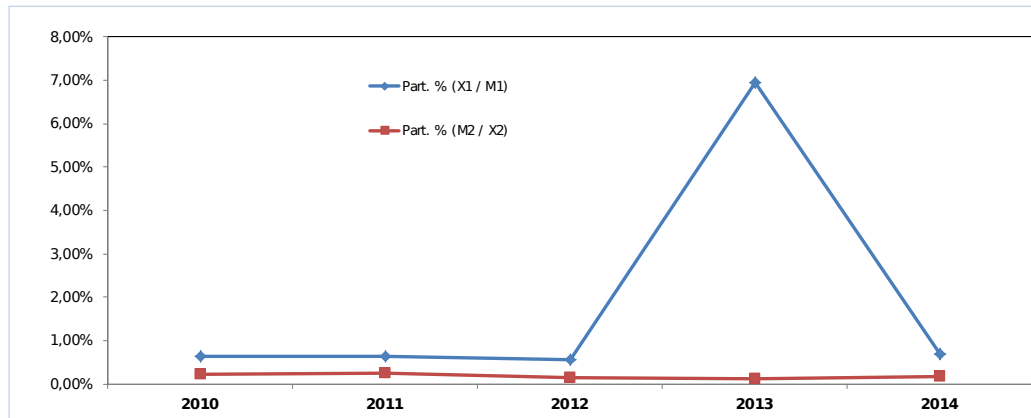
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio do Panamá
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/ 2014
Exportações do Brasil para o Panamá (X1)	367	419	397	4.423	362	-1,4%
Importações totais do Panamá (M1)	56.579	64.590	69.669	63.598	52.840	-6,6%
Part. % (X1 / M1)	0,65%	0,65%	0,57%	6,95%	0,68%	5,5%
Importações do Brasil originárias do Panamá (M2)	14,86	20,48	15,98	11,55	9,40	-36,7%
Exportações totais do Panamá (X2)	6.745	8.110	11.170	10.325	5.701	-15,5%
Part. % (M2 / X2)	0,22%	0,25%	0,14%	0,11%	0,16%	-25,1%

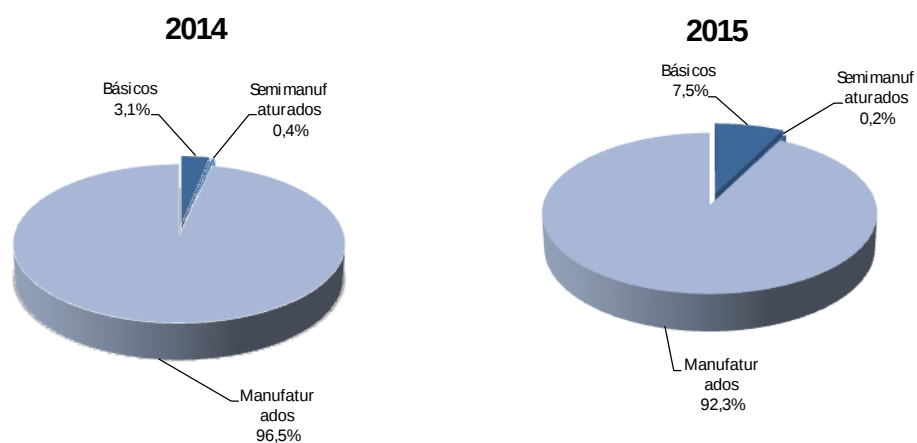
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Panamá e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



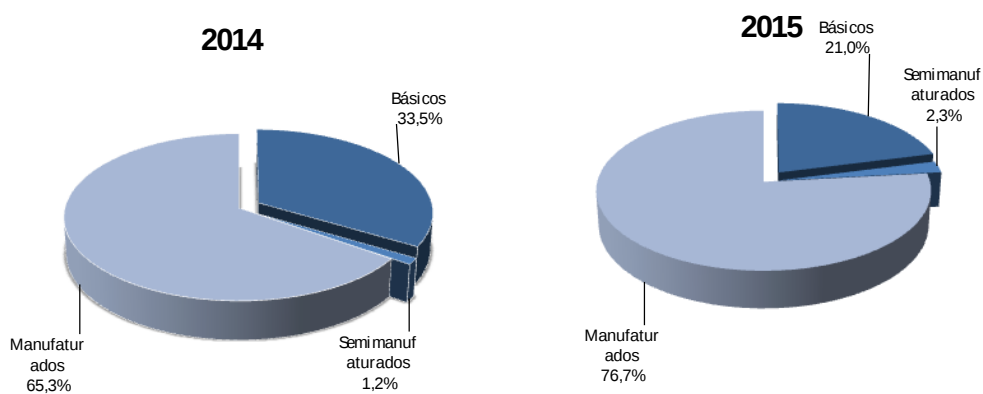
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

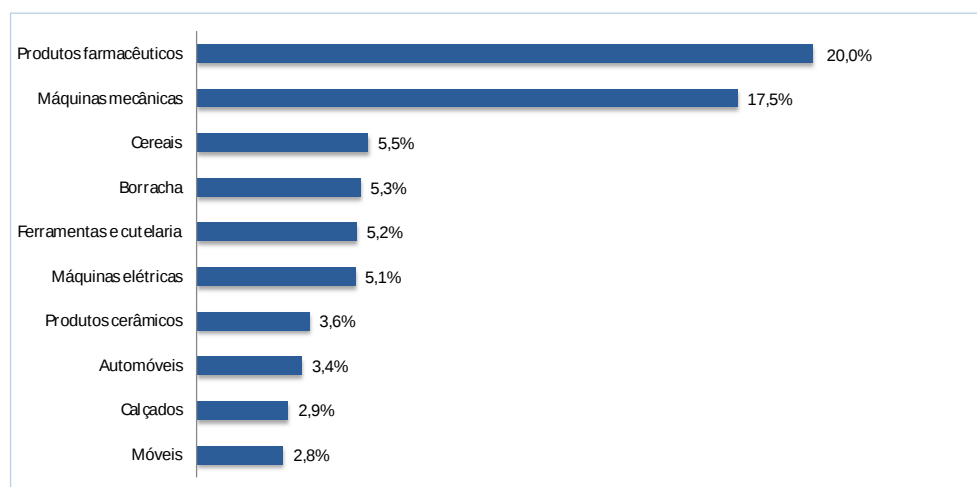
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para o Panamá
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos farmacêuticos	50,0	1,1%	60,4	16,7%	60,8	20,0%
Máquinas mecânicas	86,0	1,9%	65,5	18,1%	53,4	17,5%
Cereais	34,6	0,8%	4,7	1,3%	16,8	5,5%
Borracha	7,9	0,2%	13,3	3,7%	16,1	5,3%
Ferramentas e cutelaria	25,8	0,6%	27,0	7,4%	15,7	5,2%
Máquinas elétricas	54,7	1,2%	41,1	11,4%	15,5	5,1%
Produtos cerâmicos	7,4	0,2%	9,1	2,5%	11,0	3,6%
Automóveis	13,5	0,3%	6,9	1,9%	10,3	3,4%
Calçados	10,5	0,2%	10,6	2,9%	8,9	2,9%
Móveis	6,1	0,1%	7,9	2,2%	8,5	2,8%
Subtotal	297	6,7%	246,6	68,1%	217,1	71,2%
Outros produtos	4.127	93,3%	115,4	31,9%	87,7	28,8%
Total	4.423	100,0%	361,9	100,0%	304,7	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

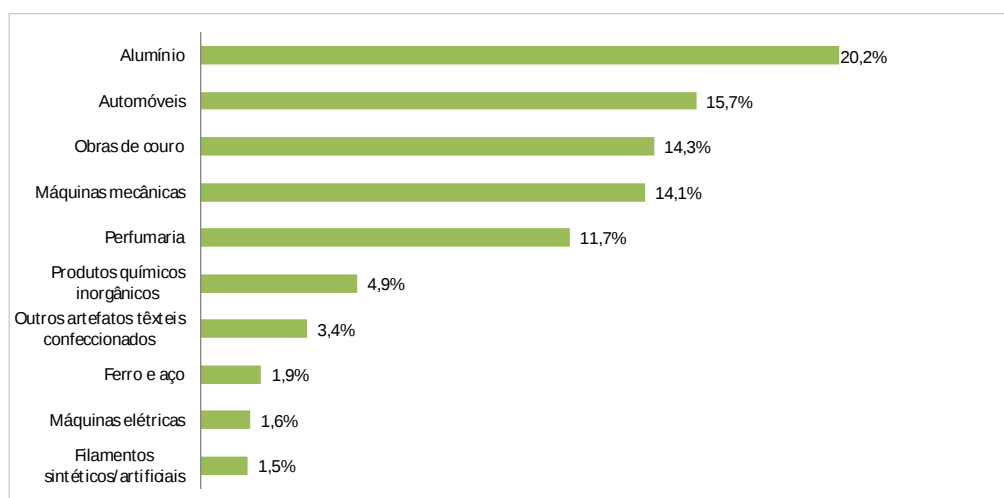


Composição das importações brasileiras originárias do Panamá
US\$ milhões

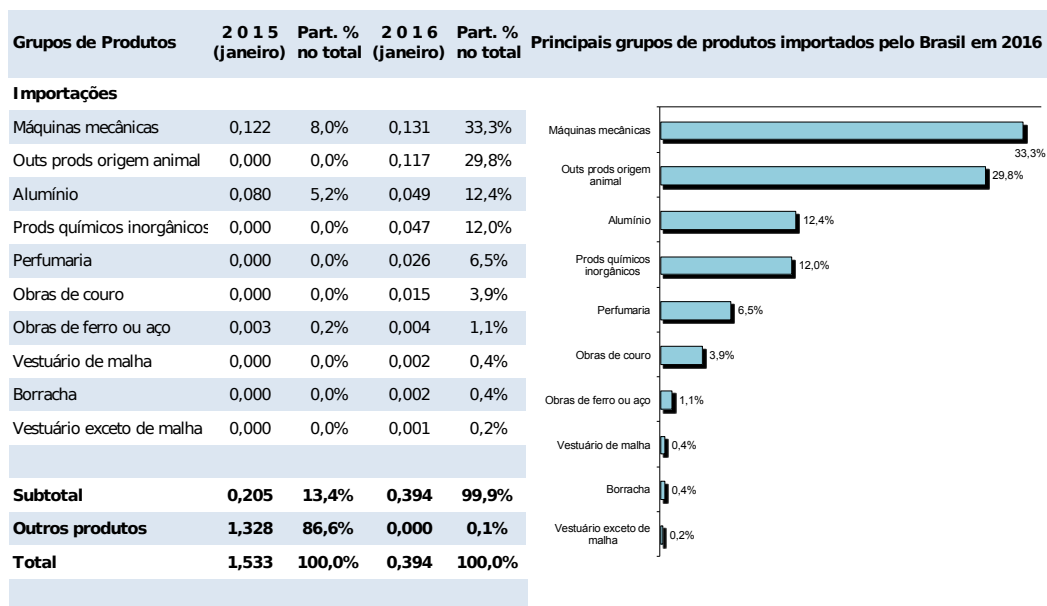
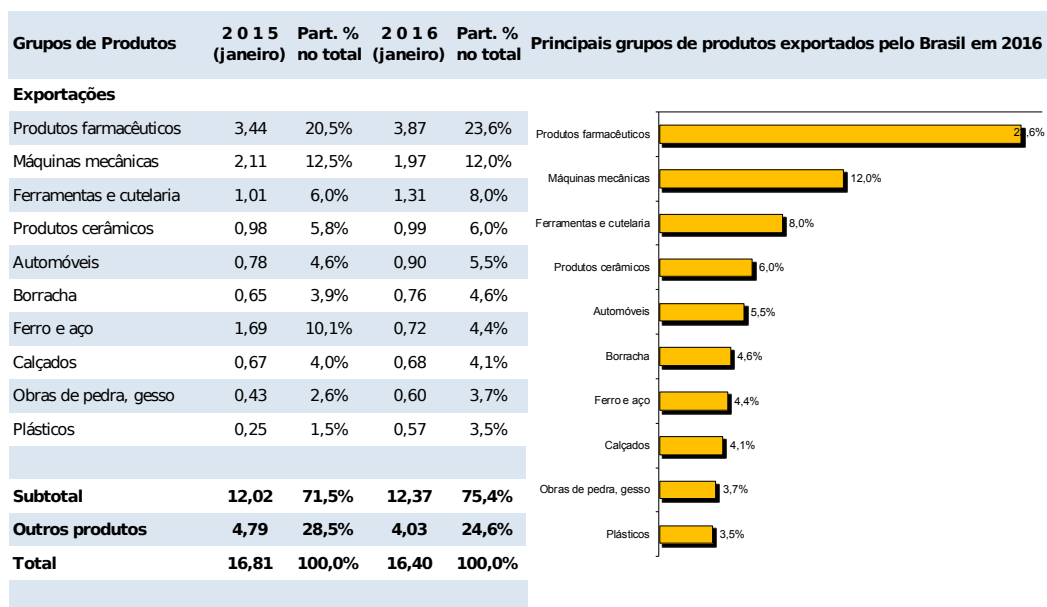
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alumínio	1,53	13,2%	2,03	21,6%	1,77	20,2%
Automóveis	0,20	1,7%	0,01	0,1%	1,37	15,7%
Obras de couro	0,24	2,0%	0,61	6,4%	1,26	14,3%
Máquinas mecânicas	1,82	15,7%	1,41	14,9%	1,23	14,1%
Perfumaria	4,06	35,1%	1,22	13,0%	1,02	11,7%
Produtos químicos inorgânicos	0,10	0,9%	0,52	5,6%	0,43	4,9%
Outros artefatos têxteis confeccionados	0,10	0,9%	0,03	0,3%	0,29	3,4%
Ferro e aço	0,10	0,9%	0,07	0,8%	0,17	1,9%
Máquinas elétricas	0,39	3,4%	0,29	3,1%	0,14	1,6%
Filamentos sintéticos/artificiais	0,51	4,4%	0,27	2,9%	0,13	1,5%
Subtotal	9,04	78,3%	6,46	68,7%	7,80	89,2%
Outros produtos	2,51	21,7%	2,95	31,3%	0,95	10,8%
Total	11,55	100,0%	9,40	100,0%	8,75	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

EMBAIXADA DO BRASIL NO PANAMÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA

INFORMAÇÕES POLÍTICAS

Política interna

Como é praxe na prática diplomática, a Embaixada informou e continuará a informar sobre as tendências da política interna panamenha, que exhibe uma característica singular: desde a redemocratização do país, em 1989, em nenhum pleito presidencial uma equipe de governo conseguiu ver membro de suas filas triunfar. Eleições gerais serão realizadas no dia 04 de maio de 2019. Na atualidade, os partidos discutem suas candidaturas à Presidência e outros cargos. Definições na matéria dependerão em certos casos das alianças que se venham a formar e de pronunciamentos da justiça local.

2. O ambiente político panamenho tem acumulado tensões no atual período pré-eleitoral. Ante maiores dificuldades para fazer tramitar e aprovar projetos e decisões na Assembleia Nacional, cuja maioria é opositora, o Presidente da República tem apelado ao sentido patriótico dos parlamentares para que, em nome da institucionalidade nacional, se abstenham de bloquear a aprovação de projetos de interesse geral. No Panamá, o debate e a militância política se desenvolvem de forma habitualmente contida e respeitosa. No entanto, no primeiro semestre de 2018, uma paralisação, por um mês inteiro, dos trabalhadores, no vital setor da construção civil panamenho, provocou uma queda de rendimento médio anual na economia do país e momentaneamente contaminou a convivência social e política. O Governo considerou a greve "desnecessária", já que produziu, ao finalizar-se, o mesmo ganho real de salários que havia sido proposto pelo governo nos primeiros momentos da mobilização operária. Investigações judiciais sobre casos de corrupção que teriam ocorrido em governos anteriores também contribuem, desde o início do atual governo, para dificultar o diálogo político nacional.

3. No cenário investigativo e judicial panamenho produziu-se, recentemente, evento de mais alta importância jurídica e política. Após três anos de ausência, o ex-presidente Ricardo Martinelli foi extraditado dos EUA para o Panamá, e se encontra detido no país. É alvo de acusações de escuta telefônica ilegal, além de peculato. Durante sua ausência do Panamá, processos foram movidos contra diversos ex-ministros e autoridades de seu governo, por tráfico de influência e recebimento de pagamentos ilegais. Martinelli mantém notórias divergências com seu ex-Vice-Presidente, atual Chefe de Estado.

4. Ainda no tocante à política interna, repercutiu profundamente no Panamá, o conteúdo de delações premiadas recebidas por órgãos judiciários brasileiros e comunicadas a este país. Não obstante, conforme se verá mais adiante, neste Relatório, a principal empresa de origem brasileira mencionada nessas delações entrou em acordo de ressarcimento com o Panamá, reabilitou-se legalmente, e continua a realizar grandes obras no país, segundo contratos previamente firmados.

5. Registre-se, finalmente, que um capítulo atribulado da história do país fechou-se definitivamente, com o falecimento do ex-Presidente de facto, Manuel Antonio Noriega. Cumprindo pena, no Panamá, com base em razões humanitárias (idade e enfermidades), Noriega teve seu traslado a prisão domiciliar autorizado quando seu estado de saúde se agravou. Faleceu em maio de 2017.

Política Externa

6. No campo externo, o acontecimento que dominou a agenda foi o rompimento de relações diplomáticas panamenho-taiwanesas, e o estabelecimento de relacionamento diplomático formal, de pleno direito, com a República Popular da China em junho de 2017. Consumado o estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais, mais de duas dezenas de acordos foram assinados entre China e Panamá em um ano. Os dois governos iniciaram, no mês de junho de 2018, a negociação de um Acordo bilateral de Livre-Comércio. A intensa e recíproca movimentação protocolar entre os dois países, no primeiro ano de relacionamento formal, incluiu a visita do MRE chinês à capital panamenha para inaugurar a Embaixada de seu país e uma visita presidencial a Pequim. Posteriormente, o

Presidente Varela e a Chanceler Saint Malo cumpriram agenda de viagens internacionais destinada a sinalizar que o estabelecimento de relações do Panamá com a China não prejudicava a pluralidade da política externa panamenha. Foram visitados: os EUA (Presidente Varela), o Japão e a Coréia (Vice-Presidente Saint Malo).

7. A crise venezuelana também vem motivando ação diplomática panamenha. O Panamá tem recebido fortes contingentes de imigrantes econômicos venezuelanos, que saturam o mercado de trabalho local. Também em função da fase de turbulência na Venezuela, as empresas daquele país têm reduzido drasticamente as importações desde a Zona Livre de Colón. No plano político, o Panamá abandonou sua posição neutra em relação à crise e tornou-se ativo defensor de ações que favoreçam soluções democráticas para a Venezuela. Em abril de 2018, o Governo panamenho chegou a decretar "sanção" ao Governo de Caracas, na forma de uma lista nominal de autoridades que teriam sua movimentação financeira neste país submetida a monitoramento. Ante retaliações econômicas da Venezuela, um entendimento bilateral reduziu tensões. A pressão migratória, porém, não dá mostras de arrefecer. Nesse contexto, o Panamá tem adotado restrições de entrada para migrantes venezuelanos. Fontes oficiais estimam que aproximadamente 100 mil imigrantes venezuelanos teriam ingressado no Panamá desde o início das turbulências no País do Orenoco e da recessão econômica ali instalada.

8. À crise venezuelana somou-se, em 2018, a turbulência político-social que se instalou na Nicarágua. Recorde-se que uma interrupção de trânsito na rodovia pan-americana, em país ao norte do Panamá, significa risco de desabastecimento para este país. Com a agudização do cenário nicaraguense, a Chancelaria panamenha expressou sua preocupação e conclamou à resolução da crise. Mais de 70 caminhoneiros panamenhos se encontravam retidos em território nicaraguense no pior momento. A dissolução dos bloqueios na via de circulação Norte-Sul foi vista com alívio, no Panamá. Porém, os acontecimentos no país conflagrado continuam a ser observados e analisados pelo Governo deste país.

9. A Administração panamenha também tem expressado preocupação pelo que estima ser um aumento da produção de drogas na Colômbia. Na interpretação governamental, setenta por cento dos homicídios praticados no país relacionam-se ao

narcotráfico e ao crime organizado. O Panamá, em consequência, tem buscado reforçar a securização da área do Darien, contígua ao vizinho do sul. Assinale-se, no contexto, que parte da opinião pública panamenha culpa a imigração e, em especial, a imigração ilegal, por ameaças crescentes de degradação dos níveis de segurança de que usufruía historicamente o Panamá.

10. As relações com os EUA, sempre intensas, tiveram como foco marcante, no período, as peripécias envolvendo a prisão do ex-Presidente Martinelli em Miami, e sua recente extradição para este país. Panamá e EUA continuam a ser países de forte interação em áreas como: cooperação em defesa e combate às drogas, transparência em finanças, prestação de serviços, logística e abastecimento. Na conjuntura presente e, na sequência da extradição de Ricardo Martinelli, o Governo Panamenho insiste, junto à Justiça e Executivo norte-americanos, na extradição também de dois filhos do ex-Presidente.

11. Em plano mais geral, o Panamá praticou, no período, política externa com forte expressão internacionalista, na qual destacou-se atuação no âmbito dos seguintes temas: direitos da mulher, entendimentos sobre normas financeiras de transparência, direitos humanos, combate ao terrorismo e combate às drogas, entre outros. O Panamá, nos dois últimos anos, tornou-se um país de cooperação ativa com países em desenvolvimento. Na atualidade, está a ponto de inaugurar um "hub" humanitário internacional para atendimento de emergências e catástrofes naturais. Tem buscado aproximação com o Brasil na matéria, negociando-se, presentemente, acordo bilateral específico.

Temas multilaterais

12. A Embaixada no Panamá é posto diplomático que conjuga o relacionamento bilateral, com o país onde está sediado, e o acompanhamento de temas multilaterais, dada a presença, na Cidade do Panamá de mais de trinta Organizações Internacionais, em representações locais, regionais, ou subsedes mundiais. O país tornou-se, com o tempo, e desde a devolução da chamada "Zona do Canal", a segunda maior sede da ONU, superando, em número de funcionários, a sede de Genebra. Às agências propriamente onusianas, somam-se organizações internacionais especializadas e representações de entidades

internacionais civis, atuantes em campos de atividade variados.

13. Essa presença maciça de representações de órgãos internacionais no Panamá decorre, em primeiro lugar, da decisão panamenha, à época da devolução da área antes ocupada, de atrair para os edifícios de antigo QG norte-americano, instituições de ensino, empresas de alta tecnologia e pesquisa, além das próprias organizações internacionais. As instalações militares e administrativas se transmutaram no que hoje se conhece como "Ciudad del Saber". Também concorrem para transformar a Cidade do Panamá em "hub multilateral" as notórias solvência e segurança cidadã do país, que têm possibilitado frequentes oferecimentos panamenhos de sediar reuniões internacionais, em especial, de caráter regional. A conectividade aérea e marítima panamenhas completam a lista de fatores que favorecem a expansão das atividades de diplomacia multilateral no país. Ao longo dos dois últimos anos, foram realizadas reuniões internacionais, no Panamá, com participação brasileira, em áreas tão variadas como: direitos humanos (reuniões da Corte e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos), segurança pública, preservação ambiental, combate às drogas, luta contra a corrupção, direitos da mulher, prevenção da violência contra a mulher, direito humanitário, economia previdenciária, justiça constitucional, assistência emergencial humanitária, função pública, finanças regionais (Assembleia da CAF), segurança nas escolas, transparência e fiscalização em contas públicas, regulação da internet, propriedade intelectual, alimentação escolar, regulação marítima, temas geográficos e outros.

CENÁRIOS ECONÔMICOS PANAMENHOS

14. A Embaixada no Panamá informa continuamente sobre o estado e operação do Canal do Panamá, com sua nova capacidade ampliada, dado o interesse brasileiro na utilização da via e das facilidades portuárias que a complementam. Igualmente, conforme já mencionado neste Relatório, é objeto de informação constante, o estado da praça bancária panamenha, e a evolução das normas jurídicas que a regulamentam. A operação da Zona Livre de Colón também merece menção como tema constante de interesse, para informação à SERE. De uma forma mais geral, a Embaixada seguiu informando, no período aqui considerado, sobre a evolução da economia panamenha, com

especial atenção ao seu setor mais competitivo: o da prestação de serviços.

15. A economia panamenha beneficia-se de abundância de capitais, dada a contínua geração de saldos pela operação do canal. Tem-se notado, porém, algum descompasso entre a economia financeira e a economia real do país, sujeita à influência de turbulências econômicas internacionais. O sistema produtivo local tem crescido nominal e setorialmente, dada a constante irrigação financeira que se lhe advém da renda do Canal e de setores de ponta. Mantém macroindicadores - renda per capita, índice de inflação e emprego, crescimento do PIB - em níveis extremamente positivos. Não obstante, os setores econômicos (industrial, agrícola, comercial, imobiliário) que não são diretamente impulsionados pela economia canalina atravessam período que se pode considerar moderadamente recessivo. O Governo panamenho tem buscado estimular a atividade econômica e a geração de empregos com investimentos em infraestrutura, sobretudo viária. Não raro, busca, nesse particular, o estabelecimento de parcerias internacionais, em particular com a China Continental (vide item seguinte). Também espera efeito multiplicador, para a economia do país, da plena operação do novo projeto Cobre-Panamá, de extração de minério de cobre em uma das maiores minas deste produto no mundo, localizada em território panamenho. Para 2019, está previsto o início das atividades exportadoras do projeto, com impacto positivo de 2 a 3% adicionais, na taxa de crescimento do PIB panamenho, segundo estimativa do governo.

16. Investimentos sociais importantes vêm sendo, igualmente, realizados, em busca de uma melhoria no padrão de distribuição de renda do país. Apesar da alta renda per capita panamenha, as estatísticas oficiais ainda apontam a existência de cerca de um milhão de cidadãos em situação de carência, no país, o que equivale a cerca de um quarto de sua população total. Nesse contingente incluem-se, frequentemente, as comunidades indígenas panamenhas, protegidas por avançada legislação específica. Educação, saneamento, saúde e moradia têm sido áreas especialmente visadas pelos programas de desenvolvimento humano governamentais. A gestão Varela estima haver retirado da situação de pobreza um total de mais de 150 mil cidadãos. Almeja construir, até a transferência do poder, moradias para um total de cem mil famílias panamenhas.

Diplomacia econômica

17. Membro do SICA, Sistema de Integração Centro-Americano, o Panamá mantém forte relacionamento econômico com os demais países do organismo. Recebe, igualmente, significativos investimentos colombianos e mexicanos. As relações econômicas com a Colômbia, porém, no período, continuaram a ser prejudicadas por divergências relativas ao regime comercial da ZL de Colón.

18. Na atualidade, o Governo panamenho aposta em investimentos provenientes da China para dinamização da economia local. Anuncia-se plano chinês de tomar a cargo construção de uma linha férrea entre a capital e a fronteira da Costa Rica, na região de David. A China está presente em investimentos portuários nas duas entradas do Canal do Panamá. Ocupa a posição de segundo maior usuário da via interoceânica e busca reforçar vínculo também com o "hub" aéreo de Tocúmen, no qual passou a operar a companhia Air China, com voos para Pequim. A expectativa panamenha é que a assinatura do TLC China-Panamá, ora em negociação, transforme-se em vetor do crescimento panamenho pela via da atividade exportadora.

19. Para completar o sumário das relações internacionais econômicas do Panamá, em período recente, cabe reiterar que o país vem realizando notável esforço de adaptação às normas internacionais de transparência financeira, de forma a deixar de ser considerado um "paraíso fiscal". A pressão internacional sobre o Governo do Panamá vinha-se incrementando desde a divulgação dos chamados "Panama papers", em 2015, na qual encontram eco assinalamentos que já haviam surgido no documento unilateral norte-americano denominado "Lista Clinton" de 1999. Quando este Relatório é redigido, o Panamá acaba de formalizar a aceitação da prática de fornecimento automático de informações financeiras no âmbito do Acordo Multilateral entre Autoridades Competentes (MCCAA), ao qual aderiu. Aplica, assim, os termos do acordo que negociou com a OCDE. A evolução da posição panamenha, que se faz sob observação e sob incentivo de entidades internacionais como o G20, a própria OCDE, o GAFI, e o Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Financeiras, valeu ao país a sua recente retirada da lista de "paraísos fiscais" da União Europeia.

20. Com base nessa medida europeia, o Panamá pleiteia ser excluído da lista brasileira de jurisdições financeiras externas que são objeto de monitoramento especial por suas práticas fiscais e informativas. A remoção desse ponto de discordância, da agenda bilateral, produziria efeito marcadamente positivo nas relações Brasil-Panamá.

RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS COM O BRASIL

Relações político-diplomáticas

21. As relações político-diplomáticas panamenho-brasileiras conservaram a tradicional cordialidade e facilidade de diálogo, no período considerado, a despeito das turbulências provocadas, no ambiente político local, por revelações de casos de corrupção envolvendo empresas brasileiras atuantes no Panamá - situação que, de resto, se reproduziu em outros países latino-americanos. No campo político, registro duas visitas de alto perfil, de dirigentes dos dois países, realizadas em contextos específicos e sem caráter bilateral: o comparecimento da Vice-Presidente e Chanceler, Isabel de Saint Malo, ao Fórum Econômico para a América Latina, em São Paulo, em março de 2018 (na ocasião, a visitante manteve reunião com seu homólogo brasileiro); e, em abril de 2018, a visita ao PARLATINO - Parlamento Latino-americano, sediado no Panamá - do Deputado Federal Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados.

22. A fluidez das relações políticas Brasil-Panamá, tem-se refletido em ativa cooperação no campo judicial, entre os dois países, mantida diretamente entre os respectivos poderes judiciários e Procuradorias. No terreno diplomático, verifica-se a ocorrência frequente de apoios, de parte a parte, às respectivas candidaturas internacionais.

23. O painel do relacionamento e da agenda política brasileira no Panamá completa-se com a menção ao PARLATINO - o Parlamento da América Latina. O órgão realiza sessões plenárias duas vezes ao ano, e seu calendário inclui reuniões de Comissões, a cada semestre. A Embaixada presta aos parlamentares brasileiros que atendem às reuniões o apoio que seja necessário. Busca, por outro lado, estar presente no

PARLATINO nas sessões que se organizam com frequência, com presença de convidados externos, para debates públicos.

Relações econômicas entre o Brasil e o Panamá

24. No terreno econômico-comercial, as relações bilaterais se mantiveram estáveis, a despeito de certa redução, recente, de atividades de empresas de construção civil brasileiras neste país. Ainda assim, empresas do ramo continuam presentes no mercado. A Odebrecht Internacional finaliza, presentemente, três obras de vulto, no país: terceira linha do metrô da capital, Terminal II do Aeroporto de Tocúmen, e reurbanização do centro de Colón, segunda maior cidade do país. Negociações da empresa com o Governo panamenho levaram a um acordo de ressarcimento que a habilitou a continuar operando no país.

25. O comércio bilateral, que nos últimos anos, se situava, em média, na faixa dos US\$ 300 milhões de volume total, em 2017, saltou para patamar superior dada a aquisição, no Brasil, pelo Governo panamenho, de frota de ônibus urbanos produzidos pela montadora Marcopolo, utilizando chassis produzidos pela empresa Volvo. É visível um aumento de interesse, entre os operadores de comércio externo do Panamá e do Brasil, por uma dinamização do intercâmbio. Em 2018, na Feira comercial panamenha EXPOCOMER, mais de uma centena de executivos brasileiros - a maioria, nesta oportunidade, procedentes de Santa Catarina e Goiás - procedeu à prospecção de mercado e à realização de negócios. Mencione-se, igualmente, a realização de eventos promocionais em hotéis da capital, no ano de 2018, por parte, da Associação Nacional de Fabricantes de Implementos Rodoviários, ANFIR, e da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará. Afigura-se absolutamente recomendável a continuidade da participação brasileira na EXPOCOMER, bem como um maior ativismo prospectivo dos empresários nacionais na Zona Livre de Colón e no mercado panamenho em geral.

26. O comércio bilateral apresenta considerável potencial de crescimento. No tocante à parte brasileira, além da citada intensificação do esforço de prospecção, cumpre buscar-se a superação de divergências entre as administrações públicas brasileira e panamenha, relativas a práticas recíprocas de prestação de informação financeira e tributária. Cabe evitar-se que essas divergências, as quais têm sido objeto de

diálogo técnico específico, prejudiquem o intercâmbio comercial.

27. Acrescenta-se a recomendação de que continue a ser buscada, com prioridade, a negociação e assinatura de um TLC entre o MERCOSUL e o SICA ou, alternativamente, entre o Brasil e o Panamá, medida incontornável para tornar competitiva, neste país, vasta gama de produtos brasileiros hoje sujeitos a concorrência proveniente de países que mantêm acordos desse tipo com o Panamá e, portanto, não veem suas exportações ao mercado panamenho serem gravadas por tarifas. Recorde-se, ainda, que, desde 2012, o Panamá é membro pleno da ALADI o que, porém, ainda não se refletiu em alteração sensível do perfil - moderadamente ascendente - do comércio com o Brasil.

COOPERAÇÃO BRASIL-PANAMÁ

28. A cooperação entre Brasil e Panamá, em sua vertente governamental, foi mais ativa no passado, tendendo a declinar, presentemente, à medida que o Panamá atinge novos padrões econômicos, passa a dispor de meios próprios para implementar uma política de desenvolvimento e se torna país prestador de cooperação sul-sul. Ainda assim, em setores específicos e sabendo-se que a realidade panamenha ainda não é a de um país desenvolvido, continuam a desenvolver-se programas de cooperação brasileiro-panamenha.

29. O setor educacional da embaixada desenvolveu intensa agenda de aproximação e relacionamento com instituições como: a Academia Panamenha da Língua Espanhola, a Polícia Nacional, a Universidade Especializada das Américas (UDELAS), a Universidade Tecnológica do Panamá (UTP), e as Diretorias locais de formação em atividades militares e Marinha Mercante. Anualmente, são concedidas, para estudantes de graduação universitária do Panamá, oportunidades de acesso ao ambiente acadêmico brasileiro através do programa PEC-G. Para concluir a subseção relativa a relações educacionais, registre-se que a existência, em bairro da capital, de uma escola básica denominada "República Federativa do Brasil" tem motivado a mobilização do pessoal da Embaixada e da comunidade brasileira para ações de apoio, cabendo registro de doação efetuada pela comunidade, no Natal de 2017, de mobiliário útil, itens escolares e brinquedos. Também estão

sendo encaminhados à instituição "kits" de xadrez fornecidos pela CGCE do Itamaraty.

30. No tocante à cooperação militar, registra-se envio regular de pessoal panamenho ao Brasil para formação em cursos de formação militar. Verifica-se, também, aproveitamento de vagas, pelo Panamá, para formação de pessoal especializado na Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante - estabelecimento brasileiro de excelência. No tocante a contatos no setor de defesa, cabe-me, à luz da experiência colhida ao longo de meu período no Panamá, recomendar a reinstalação, com a possível urgência, de Adidância, na área de Defesa, no Posto, ou, alternativamente, a instalação de Adidância Naval. A dissolução das Forças Armadas panamenhas, no período que se seguiu à intervenção externa no país, em 1989, acarretou a decisão de cessar-se a presença de adidos militares brasileiros na Embaixada. Não obstante, a estrutura policial do setor de defesa panamenho continua, por necessidades funcionais, a guardar similitude com a estrutura castrense. Essa constatação - e, também o fator estratégico maior representado pela propriedade e exploração, pelo Panamá, do Canal interoceânico - explicam porque tantas embaixadas acreditadas na Cidade do Panamá, inclusive sul-americanas, continuam a contar com Adidos Militares (assim como, obviamente, com Adidos Policiais).

31. Completando o subitem "cooperação", reporto a presença, em outubro de 2017, de pesquisadores da EMBRAPA-Gado de Leite, como conferencistas, em Congresso de genética de zebuínos, reunindo o setor de criação de gado do Panamá. Registro, ainda, que, a pedido da Parte panamenha, e no quadro dos preparativos para a JMJ, a Agência Brasileira de Cooperação montou programa de treinamento, ministrado pelo Corpo de Bombeiros do DF a seu congênere panamenho, em matéria de securização de grandes eventos. O programa visa a reforçar a capacitação dos bombeiros locais tendo em vista a realização da "Jornada Mundial da Juventude", em janeiro próximo, evento que trará ao istmo panamenho, além de Sua Santidade o Papa Francisco I, dezenas de milhares de peregrinos católicos, sendo esperado grande número de brasileiros. O Centro Cultural Brasil-Panamá, que funciona na chancelaria da embaixada, está empenhado, igualmente, em ação de cooperação motivada pela JMJ. Estão sendo ministradas, na instituição, aulas de português para cerca de cinquenta integrantes da Polícia Nacional panamenha, assim como vinte e cinco membros do Serviço Aeronaval local, que assim se

habilitam a melhor atender, em suas necessidades, o público brasileiro e português que compareça ao evento.

ASSISTÊNCIA À COMUNIDADE BRASILEIRA

32. O Setor Consular da Embaixada no Panamá tem crescido em movimento e demanda, como resultado de uma relação Brasil-Panamá abrangente e intensa. Estima-se que entre três e cinco mil cidadãos compõem a comunidade brasileira no Panamá. Em sua maioria, concentram-se na capital. Dedicam-se, principalmente, a atividades de gestão de construção civil e prestação de serviços logísticos e financeiros. Registra-se, também, a existência de profissionais brasileiros em setores tão diversos como: comércio exterior, hotelaria e lazer, alimentação, secretariado empresarial e gestão de empresas. A comunidade brasileira está fortemente enraizada no país, e, em muitos casos, constrói laços de família na sociedade local. Encontra, por outro lado, terreno fértil de relacionamento e projeção profissional na interação com o elevado número de panamenhos graduados por universidades ou outras instituições de ensino brasileiras em disciplinas e áreas de atividade tais como: medicina e odontologia, economia, administração, agronomia, pedagogia, defesa, prática naval.

33. Nessa "comunidade brasileira ampliada" - incluindo pessoas com vinculação importante com o Brasil - alinham-se, ainda, profissionais que cursaram programas de ensino da Língua Portuguesa no Centro Cultural Brasil-Panamá. Esses graduados estão catalogados em listas de contatos do CCBP, e costumam frequentar eventos promovidos pela instituição. São testemunhas diretas das vantagens, em matéria de colocação laboral, com que contam os profissionais locais que aprendem o português.

34. Na presente gestão, a Embaixada buscou ampliar o registro de brasileiros estabelecidos no Panamá, com vistas à criação de um Conselho de Cidadãos, que permita aos membros da Comunidade de expatriados nacionais interagirem, intercambiarem experiências, e apoiarem-se na resolução de problemas comuns. Ademais de promover essa experiência organizativa, a Embaixada tem buscado intensificar sua agenda social e cultural de forma a proporcionar à comunidade, e também ao grupo de pessoas que, neste país, cultivam a proximidade com a cultura brasileira, oportunidades de

interação. Tanto em 2017 como em 2018, a "comunidade brasileira ampliada" esteve bem representada na sucessão de eventos culturais organizados ou apoiados pela Embaixada. Formulo a recomendação de efetiva instituição do "Conselho de Cidadãos" sobre a base de dados já coletada (o setor consular da embaixada tem estimulado cada brasileiro que recorre ao atendimento do posto a voluntariamente informar dados básicos de localização, os quais são incluídos em fichário, para uso em caso de emergência ou necessidade de contato).

RELAÇÕES BRASIL-PANAMÁ. CULTURA

35. Como é de regra, no cenário latino-americano, a demanda por manifestações culturais brasileiras, no Panamá, é intensa e constante. Em fase de escassez de recursos para atividades do gênero, a embaixada se desdobra por ampliar a oferta pública de eventos de conteúdo cultural brasileiro.

36. Relaciono, a seguir, principais eventos realizados: 1) comemoração da fundação do Cento Cultural Brasil Panamá; 2) celebração da Semana da Língua Portuguesa (em conjunto com a Embaixada de Portugal); 3) participação, em 2018, do trompetista Bruno Lorensetto, membro da OSESP, no Festival Alfredo de Saint-Malo, organizado na capital. O músico brasileiro, além de atuar, no evento, como solista em concerto para trompete, ministrou palestras e coordenou oficinas relativas ao instrumento e seu repertório. Apresentou-se, no mesmo festival, o conjunto vocal brasileiro Ordinarius, com notável êxito de público e crítica; 4) presença brasileira na Feira do Livro do Panamá, versões 2017 e 2018 (a ocorrer). Em 2017, participou da mostra, em sua programação de seminários científicos, a Professora Janine Durand, de São Paulo, que dirige projeto de alta qualidade pedagógica e interesse social. Consiste na difusão de Clubes de Leitura, entre detentas, em estabelecimentos penais. O projeto despertou profundo interesse nos meios culturais e jurídicos do país; 5) participação na mostra "Sabores Solidários", com venda de especialidades alimentares nacionais em benefício de projetos comunitários na Cidade do Panamá. 6) organização de sessões de cinema no quadro da iniciativa panamenha "sessões de cine alternativo".

37. Menciono, por fim, magno evento cívico-cultural realizado em julho de 2018: a visita do navio-veleiro Cisne Branco, nau insígnia da Marinha Brasileira, ao Panamá, no

quadro do evento "Velas América Latina 2018". O navio desempenha funções de representação e difusão de imagem e cultura do Brasil. Visitou o Panamá, juntamente com navios-veleiros de mais seis países da América do Sul. Esteve aberto à visitação pela comunidade brasileira e público em geral. Finalizada a escala na capital, o Cisne Branco tomou rumo do Atlântico efetuando a travessia do Canal do Panamá.

38. Registro óbvia recomendação de ênfase sempre acrescida à presença cultural do Brasil no Panamá.

PANAMÁ-BRASIL. DIPLOMACIA ESPORTIVA.

39. Curta inserção deve ser dedicada, igualmente, a eventos esportivos da agenda panamenha, que contaram com participação ou acompanhamento brasileiro. Em abril de 2017, tiveram lugar, na capital, os Jogos Latino-americanos, realizados no contexto das Olimpíadas Especiais. O evento, apoiado pela UNICEF, foi organizado, com máxima generosidade, pelo Governo panamenho. Contou com a participação de mais de 800 atletas, e numerosa delegação brasileira (37 atletas, dirigentes, árbitros), com a qual tive a oportunidade de confraternizar.

40. A partir de outubro de 2017, o Panamá passa a ser dominado por euforia futebolística persistente, após a seleção nacional conseguir classificar-se, de forma pouco previsível, e pela primeira vez na história, para um Mundial de Futebol. A participação da equipe panamenha, na Rússia, foi festejada, no país, com efusividade total. O próprio Presidente Varela, com a popularidade reforçada pela campanha da equipe panamenha, deslocou-se a Moscou para assistir à abertura do campeonato e avistar-se com Vladimir Putin. Presenciou, ainda, o primeiro jogo da entusiasmada seleção. A falta de vitórias não cancelou a festa panamenha, desencadeada pela marcação de dois gols no mundial. A fase de Copa do Mundo, como é usual, colocou o Brasil e sua cultura futebolística em franca evidência no Panamá. Mencione-se, ainda, a participação do time profissional da Sociedade Esportiva Palmeiras, em evento esportivo de conteúdo cívico-humanitário, na Cidade do Panamá: jogos para a Paz de Colón, em junho de 2018.

TEMAS ADMINISTRATIVOS

41. Os temas da recuperação da residência brasileira e da mudança de sede da Chancelaria estiveram no centro da agenda administrativa do posto ao longo da gestão que se encerra. No que respeita à Residência, urgia recuperar o imóvel de propriedade nacional, que requer reforma estrutural. É iminente o início de obras com vistas ao reparo definitivo da edificação. Outra campanha administrativa centrou-se na incontornável mudança de local da Chancelaria da Embaixada, a qual deverá ocorrer proximamente.

42. Embora o Panamá seja, em geral, um país acolhedor, no qual os brasileiros encontram ampla receptividade, o posto enfrenta dificuldades crônicas de lotação. Estrangeiros que vivem no país devem enfrentar-se, entre outros, ao problema da carestia, decorrente da dolarização da economia, com reflexos sobre moradia e educação.

CONCLUSÃO

43. Ao concluir, cabe assinalar que a Embaixada do Brasil no Panamá se encontra em franca expansão de agenda e demanda de serviços, existindo vasto potencial de ampliação e adensamento das ações do posto. A importância real desta embaixada como posto diplomático não se mede pelo tamanho do território e da população do país em que se situa, mas por fatores objetivos bem conhecidos: a posse e operação do Canal do Panamá ampliado, a crescente atividade multilateral na capital, a solvência e alta renda per capita do país, a força de seu centro bancário, as negociações da comunidade internacional com o país sobre transparência financeira e fiscal, a existência e operação, no país, da maior Zona de Livre Comércio das Américas, assim como, também, a especialização da economia panamenha em atividades desenvolvidas em áreas relacionadas com a operação do canal: logística, serviços marítimos, seguros, portos e armazenagem.

44. Tradicionalmente sólido, intenso e abrangente, o relacionamento Brasil-Panamá, em todas as áreas de atividade, desenvolveu-se, nos últimos anos, em perspectiva ascendente que tende a manter-se e ampliar-se, acompanhando a fase de expansão que deve impor-se nas economias dos dois países.

45. Considerada a importância crescente do posto, não me esquivo de recomendar medidas de adequação administrativas

importantes tais como: autorização para mudança de Chancelaria, atualização incontornável de salários para o pessoal local, preenchimento das vagas existentes na grade funcional da Embaixada, conjugado ao aumento do quadro de lotação de funcionários diplomáticos e administrativos de forma a atender a demanda crescente de serviços diplomáticos e consulares. Reitero, ademais, com a mais forte convicção, a recomendação acima formulada, de abertura de uma Adidância de Defesa, ou Naval, nesta Embaixada.

46. Finalmente, toca-me retomar tema muitas vezes abordado na série telegráfica do posto: caberia revisão, segundo o alto critério da SERE e do Senhor ME, da classificação da Embaixada no Panamá, medida de justiça que contribuiria para a produtividade do posto. Deixo constância de meu mais profundo agradecimento ao pessoal do Serviço Exterior e local que, com desvelo, me assessorou e assistiu nos últimos dois anos. Agradeço, em particular, aos Ministros-Conselheiros Antônio Baptista da Luz e Sabine Nadja Popoff, à Conselheira Alessandra Vinhas e ao Secretário Patrick Mallmann o competente apoio e assessoramento recebido. Particular agradecimento dedico aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e Secretário-Geral das Relações Exteriores pela honrosa confiança em mim depositada no desempenho de minhas funções. A minha sucessora no posto, além dos melhores votos de felicidade pessoal, auguro, igualmente, vitorioso êxito em sua nova missão profissional.

4



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 63, DE 2018

(nº 545/2016, na Câmara dos Deputados)

Aprova os textos dos Instrumentos de Emenda à Constituição e à Convenção da União Internacional de Telecomunicações (UIT), contidos nos Atos Finais das Conferências de Plenipotenciários de Antalya (PP-06) e Guadalajara (PP-10).

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1506428&filename=PDC-545-2016



[Página da matéria](#)

Aprova os textos dos Instrumentos de Emenda à Constituição e à Convenção da União Internacional de Telecomunicações (UIT), contidos nos Atos Finais das Conferências de Plenipotenciários de Antalya (PP-06) e Guadalajara (PP-10).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam aprovados os textos dos Instrumentos de Emenda à Constituição e à Convenção da União Internacional de Telecomunicações (UIT), contidos nos Atos Finais das Conferências de Plenipotenciários de Antalya (PP-06) e Guadalajara (PP-10).

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão das referidas Constituição e Convenção assim emendadas pelos Instrumentos de que trata o *caput* deste artigo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2018.

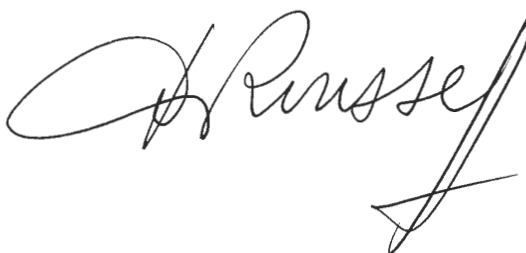
RODRIGO MAIA
Presidente

Mensagem nº 595

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, e das Comunicações, os textos das Conferências de Plenipotenciários de Antalya (PP-06) e Guadalajara (PP-10), que oferecem emendas à Constituição e Convenção da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Brasília, 29 de dezembro de 2015.

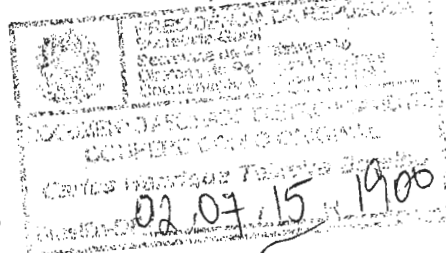
A handwritten signature in black ink, appearing to read 'A. Russef', with a large, stylized flourish extending from the bottom right.

09064.000094/2013-70

EMI nº 00321/2015 MRE MC

SAG

Brasília, 2 de Julho de 2015



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, os textos anexos das Conferências de Plenipotenciários de Antalya (PP-06) e Guadalajara (PP-10), que oferecem emendas à Constituição e Convenção da União Internacional de Telecomunicações (UIT). Os textos foram originalmente aprovados pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 67/1998, promulgados pelo Presidente da República, por meio do Decreto nº 2.962/1999, e alterados pelos Decretos Legislativos nº 34/2002 e nº 987/2009.

2. A União Internacional de Telecomunicações é a principal agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para a definição e disseminação de políticas regulatórias governamentais relacionadas às radiocomunicações, à normalização e ao desenvolvimento das telecomunicações e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). As referidas Emendas, em cuja negociação atuaram conjuntamente o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério das Comunicações (MC), e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), têm o fito de promover alterações a alguns dispositivos dos textos fundamentais da UIT, relacionados, em sua essência, à vida político-administrativa e à governança da organização. Cabe ressaltar que nenhuma das alterações resulta em impactos orçamentários ao Brasil.

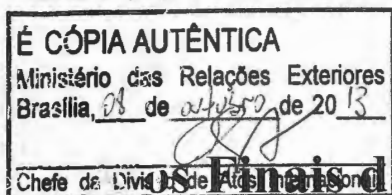
3. À luz do exposto, e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Art. 49, inciso I, combinado com o Art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira, Ricardo Jose Ribeiro Berzoini

SAG-APOIO
autenticado

União Internacional de Telecomunicações



Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários (Antalya, 2006)

**Instrumento de Emenda à
Constituição da
União Internacional de Telecomunicação (Genebra, 1992),
com emendas da
Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994), da
Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998) e da
Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002)**

**Instrumento de Emenda à
Convenção da
União Internacional de Telecomunicação (Genebra, 1992),
com emendas da
Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994),
da
Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998) e
da
Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002)**



NOTAS EXPLICATIVAS

Símbolos utilizados

Os símbolos apresentados na margem indicam as alterações adotadas pela Conferência de Plenipotenciários (Guadalajara, 2010), com relação aos textos da Constituição e da Convenção (Genebra, 1992), de acordo com as emendas da Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994), da Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998) e da Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002) e têm os significados que seguem:

- ADD = acréscimo de nova disposição
- MOD = modificação de disposição existente
- (MOD) = alteração no texto de uma disposição existente
- SUP = supressão de uma disposição existente
- SUP* = disposição mudada para outro lugar nos Atos Finais
- ADD* = disposição existente mudada de um lugar nos Atos Finais para o lugar indicado

Estes símbolos são seguidos pelo número da disposição existente. Para novas disposições (símbolo ADD), o lugar em que elas estão inseridas será indicado pelo número da disposição precedente, seguido por uma letra.

- 3 -

INSTRUMENTO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
DA
UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÃO
(GENEBRA, 1992)
com emendas da
Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994),
da
Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998)
e da
Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002)

(Emendas adotadas pela
Conferência de Plenipotenciários (Antalya, 2006))

CONSTITUIÇÃO DA
UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES*
(GENEBRA, 1992)

PARTE I. Prefácio

Em virtude de, e pela implementação das disposições pertinentes da Constituição da União Internacional de Telecomunicação (Genebra, 1992), com emendas da Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994), da Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998) e da Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002), em particular as constantes do Artigo 55, a Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicação (Guadalajara, 2010) adotou as seguintes emendas à Constituição citada

* A linguagem empregada nos instrumentos fundamentais da União (Constituição e Convenção) deve ser considerada isenta de conotações de gênero.

CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ARTIGO 11

Secretaria Geral

ADD* 73bis O Secretário Geral atuará como representante legal da União.
SUP* 76

ARTIGO 13

Conferências de Radiocomunicações e Assembléias de Radiocomunicações

MOD 90 2 As Conferências Mundiais de Radiocomunicações serão convocadas
PP-98 normalmente a cada três a quatro anos; no entanto, em conformidade com as
disposições pertinentes da Convenção, é possível não convocar uma
conferência desta natureza, ou convocar uma conferência adicional.

MOD 91 3 As Assembléias de Radiocomunicações serão convocadas normalmente
PP-98 também a cada três a quatro anos e podem estar associadas em suas datas e
lugar às Conferências Mundiais de Radiocomunicações, com o objetivo de
melhorar a eficácia e a produtividade do Setor de Radiocomunicações. As
Assembléias de Radiocomunicações estabelecerão as bases técnicas
necessárias aos trabalhos das Conferências Mundiais de Radiocomunicações e
darão andamento às solicitações das Conferências Mundiais de
Radiocomunicações. As funções das Assembléias de Radiocomunicações são
especificadas na Convenção.

- 5 -

ARTIGO 28

Finanças da União**MOD 161C**
PP-98

2) O Secretário Geral informará aos Estados Membros e aos Membros de Setor o valor provisório da unidade contributiva, tal como tenha sido determinado conforme o número 161B Supra, e convidará os Estados Membros a notificá-lo, o mais tardar quatro semanas antes da data fixada para o início da Conferência de Plenipotenciários, da classe de contribuição que tenham escolhido provisoriamente.

MOD 161E
PP-98
PP-02

4) Tendo em conta o projeto de Plano Financeiro emendado, a Conferência de Plenipotenciários determinará o quanto antes o limite superior definitivo do montante da unidade contributiva e fixará uma data, que deverá ser o mais tardar a segunda-feira da última semana da Conferência de Plenipotenciários, na qual, por convite do Secretário Geral, os Estados Membros deverão anunciar a classe de contribuição que escolheram definitivamente.

ARTIGO 29

Idiomas**MOD 171**

1) Os idiomas oficiais da União são: o árabe, o chinês, o espanhol, o francês, o inglês e o russo.

- 6 -

PARTE II. Data de entrada em vigor

As emendas contidas no instrumento presente devem, por inteiro e na forma de um instrumento único, entrar em vigor em 1º de Janeiro de 2008 entre os Estados Membros que naquela época eram membros da Constituição e a Convenção da União Internacional de Telecomunicações (Genebra, 1992), e tendo depositado antes daquela data o seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação ou de adesão para o presente instrumento de Emenda.

TESTEMUNHANDO QUE os respectivos plenipotenciários assinaram o original do presente instrumento emendando a Constituição da União Internacional de Telecomunicação (Genebra, 1992), com emendas da Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994), da Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998) e da Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002).

Feito em Antalya, no dia 24 de novembro de 2006.

- 7 -

INSTRUMENTO DE EMENDA À CONVENÇÃO
DA
UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÃO
(GENEبرا, 1992),
com emendas da
Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994),
da
Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998)
e da
Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002)

(Emendas adotadas pela
Conferência de Plenipotenciários (Antalya, 2006))

CONVENÇÃO DA
UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES*
(GENEبرا, 1992)

PARTE I. Prefácio

Em virtude de, e pela implementação das disposições pertinentes da Convenção da União Internacional de Telecomunicação (Genebra, 1992), com emendas da Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994), da Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998) e da Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002), em particular as constantes do Artigo 42, a Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicação (Guadalajara, 2010) adotou as seguintes emendas à Constituição citada

* A linguagem empregada nos instrumentos fundamentais da União (Constituição e Convenção) deve ser considerada isenta de conotações de gênero.

CONVENÇÃO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ARTIGO 2

Eleições e assuntos conexos

Funcionários eleitos

MOD 13

1 O Secretário Geral, o Vice-secretário Geral e os Diretores dos Setores tomarão posse de seus cargos nas datas determinadas no momento de sua eleição pela Conferência de Plenipotenciários. Normalmente permanecerão nas funções até a data determinada pela Conferência de Plenipotenciários seguinte e somente serão re-elegíveis uma única vez para o mesmo cargo. Por re-elegíveis, entende-se que somente poderão exercer um segundo mandato, seja ele consecutivo ou não.

Membros da Junta do Regulamento de Radiocomunicações

MOD 20

1 Os membros da Junta do Regulamento de Radiocomunicações tomarão posse de seus cargos nas datas determinadas, no momento de sua eleição, pela Conferência de Plenipotenciários. Permanecerão em suas funções até a data determinada pela Conferência de Plenipotenciários seguinte e serão re-elegíveis uma única vez. Por re-elegíveis, entende-se que apenas poderão exercer um segundo mandato, seja ele consecutivo ou não.

ARTIGO 4

O Conselho

SUP 58

**MOD 60B
PP-02**

Os Membros do Setor podem assistir, como observadores, às reuniões do Conselho, de seus comitês e grupos de trabalho, sujeitos às condições estabelecidas pelo Conselho, incluindo condições relativas ao número de tais observadores e os procedimentos para sua indicação.

- 9 -

MOD 73
PP-98
PP-02

7) examinará e aprovará o orçamento bienal da União, e examinará o orçamento previsto (incluído no relatório de gestão financeira preparado pelo Secretário Geral, conforme o número 101 da presente Convenção) para o biênio seguinte a um determinado período orçamentário, tendo em conta as decisões da Conferência de Plenipotenciários em relação ao número 50 da Constituição e o limite financeiro estabelecido por essa Conferência em conformidade com o disposto no número 51 da Constituição; devem-se garantir as máximas economias, mas tendo presente a obrigação da União de alcançar resultados satisfatórios com a maior rapidez possível. Agindo assim, o Conselho levará em conta as prioridades definidas pela Conferência de Plenipotenciários e conforme expressas no Plano Estratégico da União, as opiniões do Comitê de Coordenação contidas no relatório do Secretário Geral mencionado no número 86 da presente Convenção e o relatório de gestão financeira mencionado no número 101 da presente Convenção. O Conselho fará um exame anual dos ingressos e gastos para realizar os ajustes que entenda oportunos, em conformidade com as Resoluções e Decisões da Conferência de Plenipotenciários;

MOD 80
PP-94

14) será responsável pela coordenação com todas as organizações internacionais a que se referem os artigos 49 e 50 da Constituição e, para este efeito, celebrará em nome da União acordos provisórios com as organizações internacionais a que se refere o artigo 50 da Constituição e os números 269B e 269C da Convenção, e com as Nações Unidas nos termos do acordo entre esta última e a União Internacional de Telecomunicações; esses acordos provisórios serão submetidos à Conferência de Plenipotenciários seguinte, em conformidade com o artigo 8 da Constituição;

ARTIGO 5

Secretaria Geral

- MOD 96** *m)* preparará recomendações para a primeira reunião dos chefes de delegação a que se refere o número 49 do Regulamento Geral de Conferências, Assembléias e reuniões da União, tendo em conta os resultados de qualquer consulta regional;
- MOD 100**
PP-98 *q)* após consulta ao Comitê de Coordenação e tendo realizado todas as economias possíveis, preparará e submeterá ao Conselho uma proposta de orçamento bienal que cubra os gastos da União, tendo em conta os limites financeiros fixados pela Conferência de Plenipotenciários. Esta proposta compreenderá um orçamento consolidado, incluindo informação relativa ao orçamento baseado nos resultados e nos custos para a União, preparado em conformidade com as diretrizes orçamentárias emanadas do Secretário Geral e compreenderá duas versões. Uma versão corresponderá à estimativa de crescimento zero da unidade contributiva e a outra a crescimento inferior ou igual ao limite fixado pela Conferência de Plenipotenciários, após qualquer eventual retração na conta de reserva. Uma vez aprovada pelo Conselho, a resolução relativa ao orçamento será enviada a todos os Estados Membros para seu conhecimento;
- MOD 105** O Secretário Geral ou o Vice-secretário Geral podem participar, em caráter assessor, das conferências da União; O Secretário Geral ou seu representante pode participar em caráter assessor de qualquer outra reunião da União.

ARTIGO 6

Comitê de Coordenação

- MOD 111**
PP-02 4 Deve-se elaborar um relatório das atividades do Comitê de Coordenação, que deve ser disponibilizado aos Estados Membros.

- 11 -

ARTIGO 12

Bureau de Radiocomunicações**MOD 178**
PP-98

- b) trocará informações com os Estados Membros e Membros do Setor, compatíveis com leitura ótica e outras formas, preparará e manterá atualizada a documentação e as bases de dados do Setor de Radiocomunicações e organizará, junto com o Secretário Geral, sua publicação nos idiomas da União, em conformidade com o disposto no número 172 da Constituição;

ARTIGO 15

Bureau de Normalização das Telecomunicações**MOD 203**
PP-98

- d) trocará informações com os Estados Membros e Membros do Setor, compatíveis com leitura automatizada e outras formas, preparará e manterá atualizada a documentação e as bases de dados do Setor de Normalização das Telecomunicações e organizará, junto com o Secretário Geral, sua publicação nos idiomas da União em conformidade com o disposto no número 172 da Constituição;

ARTIGO 16

Conferências de Desenvolvimento das Telecomunicações**MOD 209**

- a) as Conferências Mundiais de Desenvolvimento das Telecomunicações estabelecerão programas de trabalho e diretrizes para a definição das questões e as prioridades de desenvolvimento das telecomunicações e fornecerão orientações e diretrizes para o programa de trabalho do Setor de Desenvolvimento das Telecomunicações. Elas decidirão, considerando os programas de trabalho antes mencionados, sobre a necessidade de manter, extinguir ou estabelecer Comissões de Estudo e atribuir a cada uma delas as questões a serem estudadas;

- 12 -

ARTIGO 17A

Grupo Assessor de Desenvolvimento das Telecomunicações

- MOD 215C** 1 O Grupo Assessor de Desenvolvimento das Telecomunicações estará aberto aos representantes das administrações dos Estados Membros, aos representantes dos Membros do Setor e aos Presidentes e Vice-presidentes das Comissões de Estudo e outros grupos, e atuará por intermédio do Diretor.

ARTIGO 18

Bureau de Desenvolvimento das Telecomunicações

- MOD 220** c) intercambiará com os membros dados Setor sob uma forma acessível de leitura automatizada e sob outras formas, preparará e manterá atualizada a documentação e as bases de dados do Setor de Desenvolvimento das Telecomunicações e organizará junto com o Secretário Geral sua publicação nos idiomas da União, em conformidade com o disposto no número 172 da Constituição;

ARTIGO 19

Participação de entidades e organizações distintas das administrações nas atividades da União

- (MOD) 235** 5 Toda solicitação de qualquer das entidades ou organizações indicadas no número 231 anterior (com exceção das mencionadas nos números 269B e 269C da presente Convenção) para participar dos trabalhos de um Setor deverá ser enviada ao Secretário Geral e tratada em conformidade aos procedimentos estabelecidos pelo Conselho.

- (MOD) 236** 6 Toda solicitação de qualquer das organizações a que se faz referência nos números 269B a 269D da presente Convenção para participar dos trabalhos de um Setor deverá ser enviada ao Secretário Geral, e a organização interessada será incluída nas listas a que se refere o número 237 seguinte.

- 13 -

(MOD) 237
PP-98

7 O Secretário Geral preparará e manterá listas atualizadas das entidades e organizações referidas nos números 229 a 231 anteriores bem como nos números 269B a 269D da presente Convenção e que estão autorizadas a participar dos trabalhos dos Setores e, em intervalos regulares, publicará e distribuirá essas listas a todos os Estados Membros e Membros dos Setores interessados e ao Diretor do *Bureau* em questão. O Diretor comunicará às entidades e organizações interessadas o andamento dado à sua solicitação e informará os Estados Membros pertinentes.

MOD 240
PP-98

10 Todo Membro de um Setor terá direito a denunciar sua participação no mesmo mediante notificação dirigida ao Secretário Geral. Esta participação poderá ser também denunciada, se for o caso, pelo Estado Membro em questão ou, no caso de um Membro de Setor aprovado em conformidade com o número 234C anterior, segundo os critérios e procedimentos acordados pelo Conselho. A denúncia surtirá efeito transcorridos seis meses da data de recebimento da notificação pelo Secretário Geral.

ARTIGO 21

Recomendações de uma conferência a outra

(MOD) 251

2 Estas recomendações serão dirigidas ao Secretário Geral em tempo hábil, a fim de que possam ser agrupadas, coordenadas e comunicadas nas condições previstas no número 44 do Regulamento Geral das conferências, assembleias e reuniões da União.

ARTIGO 23

PP-02

Admissão às Conferências de Plenipotenciários

MOD 269
PP-94
PP-02

d) observadores das seguintes organizações, agências e entidades, para participarem em caráter assessor:

MOD 269E
PP-02

e) observadores dos Membros do Setor mencionados nos números 229 e 231 da presente Convenção.

ARTIGO 24

PP-02

Admissão às Conferências de RadiocomunicaçõesMOD 278
PP-02

b) observadores das organizações e agências mencionadas nos números 269A a 269D da presente Convenção, para participarem em caráter assessor;

MOD 279
PP-02

c) observadores de outras organizações internacionais que tenham sido convidados em conformidade com as disposições pertinentes no Capítulo I do Regulamento Geral das conferências, assembleias e reuniões da União, para participarem em caráter assessor;

MOD 280
PP-98

d) observadores dos Membros do Setor do Setor de Radiocomunicações;

ARTIGO 25

PP-98
PP-02**Convite e admissão às Assembleias de Radiocomunicações e Assembleias Mundiais de Normalização das Telecomunicações e às Conferências de Desenvolvimento das Telecomunicações**

ADD 296bis

b) representantes dos Membros de Setor interessados;

MOD 297
PP-02

c) observadores, para participarem em caráter assessor, que pertençam a:

ADD 297bis

i) organizações e agências referidas nos números 269A a 269D da presente Convenção;

SUP 298A

SUP 298B

(MOD) 298C
PP-02

ii) qualquer outra organização regional ou organização internacional que se ocupe de matérias de interesse da assembleia ou da conferência.

SUP 298D

SUP 298E

SUP* 298F

ARTIGO 33

Finanças**MOD 468**
PP-98

1) A Escala de onde cada Estado Membro, observando o que dispõe o número 468A seguinte, e Membro do Setor, observando o que dispõe o número 468B seguinte, escolherá sua classe contributiva, nos termos dos dispositivos pertinentes Artigo 28 da Constituição, será a seguinte:

Classe de 40 unidades	Classe de 8 unidades
Classe de 35 unidades	Classe de 6 unidades
Classe de 30 unidades	Classe de 5 unidades
Classe de 28 unidades	Classe de 4 unidades
Classe de 25 unidades	Classe de 3 unidades
Classe de 23 unidades	Classe de 2 unidades
Classe de 20 unidades	Classe de 1 1/2 unidade
Classe de 18 unidades	Classe de 1 unidade
Classe de 15 unidades	Classe de 1/2 de unidade
Classe de 13 unidades	Classe de 1/4 de unidade
Classe de 11 unidades	Classe de 1/8 de unidade
Classe de 10 unidades	Classe de 1/16 de unidade

MOD 476
PP-94
PP-98
PP-02

1) As organizações indicadas nos números 269A a 269E da presente Convenção, outras organizações também especificadas no Capítulo II da mesma (salvo se forem isentadas pelo Conselho em regime de reciprocidade) e os Membros dos Setores assinalados no número 230 desta Convenção que participem, em conformidade com as disposições pertinentes da presente Convenção, em uma conferência de plenipotenciários, conferência, assembléia ou reunião de um Setor da União, ou em uma conferência mundial de telecomunicações internacionais, contribuirão com o ressarcimento das despesas das conferências, assembléias e reuniões nas quais participem em função dos gastos das mesmas e em conformidade com o Regulamento Financeiro. Não obstante, os Membros dos Setores não contribuirão especificamente com os gastos correspondentes à sua participação em uma conferência, assembléia ou reunião de seu respectivo Setor, salvo no caso das conferências regionais de radiocomunicações.

(MOD) 480A
PP-98???

5bis) Quando um Membro de um Setor contribuir para o ressarcimento das despesas da União em cumprimento do número 159A da Constituição, o Setor ao qual se destina a contribuição deverá ser claramente identificado.

ADD 480B

5 ter) Em circunstâncias excepcionais, o Conselho pode autorizar uma redução do número de unidades contributivas, quando um Membro de Setor assim o solicitar e demonstrar impossibilidade de manter por mais tempo sua contribuição na classe escolhida inicialmente.

- 16 -

ANEXO

**Definição de alguns termos empregados na presente
Convenção e nos Regulamentos Administrativos da
União Internacional de Telecomunicações**

MOD 1002
PP-94
PP-98

Observador: Pessoa enviada por um Estado Membro, uma organização, uma agência ou uma entidade para participar de uma conferência, assembléia ou reunião da União ou do Conselho, sem direito a voto e em conformidade com as disposições aplicáveis dos textos fundamentais da União.

- 17 -

PARTE II. Data de entrada em vigor

As emendas contidas no instrumento presente devem, por inteiro e na forma de um instrumento único, entrar em vigor em 1º de Janeiro de 2008 entre os Estados Membros que naquela época eram membros da Constituição e a Convenção da União Internacional de Telecomunicações (Genebra, 1992), e tendo depositado antes daquela data o seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação ou de adesão para o presente instrumento de Emenda.

TESTEMUNHANDO QUE os respectivos plenipotenciários assinaram o original do presente instrumento emendando a Constituição da União Internacional de Telecomunicação (Genebra, 1992), com emendas da Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994), da Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998) e da Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002).

Feito em Antalya, no dia 24 de novembro de 2006.



União Internacional de Telecomunicações

ATOS FINAIS

DA CONFERÊNCIA DE PLENIPOTENCIÁRIOS

(Guadalajara, 2010)

Instrumentos de Emenda à
Constituição e à Convenção da
União Internacional de Telecomunicação (Genebra, 1992),
com emendas
da Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994),
da Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998),
da Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002)
e da Conferência de Plenipotenciários (Antalya, 2006)

- 2 -

NOTAS EXPLICATIVAS

Símbolos utilizados

Os símbolos apresentados na margem indicam as alterações adotadas pela Conferência de Plenipotenciários (Guadalajara, 2010), com relação aos textos da Constituição e da Convenção (Genebra, 1992), de acordo com as emendas da Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994), da Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998) e da Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002) e têm os significados que seguem:

ADD = acréscimo de nova disposição

MOD= modificação de disposição existente

(MOD) = alteração no texto de uma disposição existente

SUP = supressão de uma disposição existente

SUP*= disposição mudada para outro lugar nos Atos Finais

ADD* = disposição existente mudada de um lugar nos Atos Finais para o lugar indicado

Estes símbolos são seguidos pelo número da disposição existente. Para novas disposições (símbolo ADD), o lugar em que elas estão inseridas será indicado pelo número da disposição precedente, seguido por uma letra.

- 3 -

Instrumento de Emenda à Constituição da União Internacional de Telecomunicação (Genebra, 1992), com emendas da Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994), da Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998), da Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002) e da Conferência de Plenipotenciários (Antalya, 2006)

(Emendas adotadas pela Conferência de Plenipotenciários – Guadalajara, 2010)

CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES*
(GENEBRA, 1992)

PARTE I. Prefácio

Em virtude de, e pela implementação das disposições pertinentes da Constituição da União Internacional de Telecomunicação (Genebra, 1992), com emendas da Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994), da Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998), da Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002) e da Conferência de Plenipotenciários (Antalya, 2006), em particular as constantes do Artigo 55, a Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicação (Guadalajara, 2010) adotou as seguintes emendas à Constituição citada:

* A linguagem empregada nos instrumentos fundamentais da União (Constituição e Convenção) deve ser considerada isenta de conotações de gênero.

- 4 -

CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CAPÍTULO V

Outras Disposições Relativas ao Funcionamento da União

ARTIGO 28

Finanças da União

MOD 165
PP-98

5 Ao escolher sua classe contributiva, um Estado Membro não poderá reduzi-la em mais de 15 por cento do número de unidades escolhidas por esse Estado Membro para o período que precede a essa dita redução, arredondando ao número de unidades inferior mais próximo na escala, para as contribuições de três ou mais unidades; e em mais de uma classe de contribuição para as contribuições inferiores a três unidades. O Conselho o indicará a forma em que tal redução se operará gradualmente durante o período entre Conferências de Plenipotenciários. Não obstante, em circunstâncias excepcionais, tais como catástrofes naturais que exijam o lançamento de programas de ajuda internacional, a Conferência de Plenipotenciários poderá autorizar uma redução maior da classe contributiva quando um Estado Membro assim o solicitar e demonstrar que não lhe é possível seguir mantendo sua contribuição na classe inicialmente escolhida.

- 5 -

PARTE II. Data de entrada em vigor

As emendas contidas no instrumento presente devem, por inteiro e na forma de um instrumento único, entrar em vigor em 1º de Janeiro de 2012 entre os Estados Membros que naquela época eram membros da Constituição e a Convenção da União Internacional de Telecomunicações (Genebra, 1992), e tendo depositado antes daquela data o seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação ou de adesão para o presente instrumento de Emenda.

TESTEMUNHANDO QUE os respectivos plenipotenciários assinaram o original do presente instrumento emendando a Constituição da União Internacional de Telecomunicação (Genebra, 1992), com emendas da Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994), da Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998), da Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002) e da Conferência de Plenipotenciários (Antalya, 2006).

Feito em Guadalajara no dia 22 do mês de outubro do ano de 2010.

- 6 -

Instrumento de Emenda à Convenção da União Internacional de Telecomunicação (Genebra, 1992) com emendas da Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994), da Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998), da Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002) e da Conferência de Plenipotenciários (Antalya, 2006)

(Emendas adotadas pela Conferência de Plenipotenciários – Guadalajara, 2010)

**CONVENÇÃO
UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES *
(GENEVA, 1992)**

PARTE I. Prefácio

Em virtude de, e pela implementação das disposições pertinentes da Convenção da União Internacional de Telecomunicação (Genebra, 1992), com emendas da Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994), da Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998), da Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002) e da Conferência de Plenipotenciários (Antalya, 2006), em particular as constantes do Artigo 42, a Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicação (Guadalajara, 2010) adotou as seguintes emendas à Constituição citada:

* A linguagem empregada nos instrumentos fundamentais da União (Constituição e Convenção) deve ser considerada isenta de conotações de gênero.

- 7 -

CONVENÇÃO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES ^{*)}**CAPÍTULOS IV****Outras Disposições****ARTIGO 33****Finanças**

MOD 468 1 1) A Escala de onde cada Estado Membro, observando o que dispõe
PP-98 o número 468A seguinte, e Membro do Setor, observando o que dispõe o
PP-06 número 468B seguinte, escolherá sua classe contributiva, nos termos dos
dispositivos pertinentes Artigo 28 da Constituição, será a seguinte::

Da classe de 40 unidades à classe de 2 unidades:

Em intervalos de uma unidade

Abaixo da classe de 2 unidades, será a seguinte:

Classe de 1 1/2 unidades

Classe de 1 unidade

Classe de 1/2 unidade

Classe de 1/4 de unidade

Classe de 1/8 de unidade

Classe de 1/16 de unidade

^{*)} *Nota do Secretário-Geral:* De acordo com a Resolução 70 (Rev. Marraqueche, 2002) da Conferência de Plenipotenciários sobre a incorporação de uma política de gênero na UIT, a linguagem empregada nos textos fundamentais da União (Constituição e Convenção) deve ser considerada de gênero neutro.

- 8 -

PARTE II. Data de entrada em vigor

As emendas contidas no instrumento presente devem, por inteiro e na forma de um instrumento único, entrar em vigor em 1º de Janeiro de 2012 entre os Estados Membros que naquela época eram membros da Constituição e a Convenção da União Internacional de Telecomunicações (Genebra, 1992), e tendo depositado antes daquela data o seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação ou de adesão para o presente instrumento de Emenda.

TESTEMUNHANDO QUE os respectivos plenipotenciários assinaram o original do presente instrumento emendando a Constituição da União Internacional de Telecomunicação (Genebra, 1992), com emendas da Conferência de Plenipotenciários (Quioto, 1994), da Conferência de Plenipotenciários (Minneapolis, 1998), da Conferência de Plenipotenciários (Marraqueche, 2002) e da Conferência de Plenipotenciários (Antalya, 2006).

Feito em Guadalajara no dia 22 do mês de outubro do ano de 2010.

PRIMEIRA-SECRETARIA	
RECEBIDO, nesta Secretaria	
Em 05 / 01 / 16 às 9:23 horas	
lme.	5.876
Nome legível	nº Ponto

Aviso nº 683 - C. Civil.

Em 29 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado BETO MANSUR
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

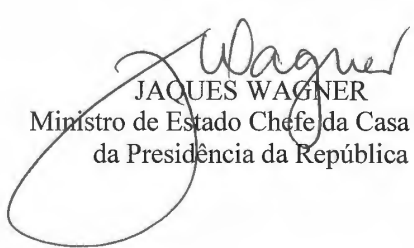
MSC. 595/2015

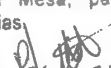
Assunto: Texto de acordo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República relativa os textos das Conferências de Plenipotenciários de Antalya (PP-06) e Guadalajara (PP-10), que oferecem emendas à Constituição e Convenção da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Atenciosamente,


JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

PRIMEIRA SECRETARIA
Em 05 / 01 / 16
De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências.
 Luiz César Lima Costa Chefe de Gabinete

Secretaria-Geral da Mesa SFPM 05/Jan/2016 11:44
Ponto: 4553 Ass.: Moura
Arquivado: 15/01/16

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49